

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIAS E CONTABILIDADE
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**“ EVOLUÇÃO DO CONSUMO DAS
FAMÍLIAS DE FORTALEZA ”**

Fortaleza, 06 de setembro de 1996

“ EVOLUÇÃO DO CONSUMO DAS FAMÍLIAS DE FORTALEZA ”

DIRLENE MAIA DE SOUSA ALMEIDA

MONOGRAFIA SUBMETIDA À COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS
ECONÔMICAS COMO PARTE DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS À
OBTENÇÃO DO DIPLOMA DE BACHAREL

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

FORTALEZA - 1996

Essa monografia foi submetida como parte dos requisitos necessários à obtenção do diploma de bacharel em Ciências Econômicas outorgado pela Universidade Federal do Ceará.

MONOGRAFIA APROVADA EM 06/09/86

DIRENE MAIA DE SOUSA ALMEIDA

FRANCISCO DE ASSIS SOARES
(Orientador)

JOANA D'ARC DE OLIVEIRA

RICARDO ANTÔNIO DE CASTRO PEREIRA

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente à DEUS que me guiou durante esta difícil caminhada, dando-me forças para que esta vitória se concretizasse.

Aos meus PAIS, que sempre me deram apoio e estímulo para concluir este curso.

À Rildo Landim, meu namorado, que tanto ajudou na confecção desta monografia, e me incentivou nos momentos mais difíceis.

À meu IRMÃO, PARENTES e AMIGOS pelo convívio nestes quatro anos de estudo universitário.

Ao professor Francisco de Assis Soares, pela orientação e atenção despendida durante o processo de elaboração deste.

Aos professores Joana D'arc de Oliveira e Ricardo Antônio de Castro Pereira pelas participações na banca examinadora e pelas sugestões apresentadas, que só vieram enriquecer o mesmo.

À todos que direta ou indiretamente colaboraram para que esta monografia se realizasse.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
------------------	---

CAPÍTULO 1 - CONDIÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS DA CIDADE DE FORTALEZA

1.1- A REGLÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA NO CONTEXTO DAS REGIÕES METROPOLITANAS DO BRASIL	3
1.1.1- INSTRUÇÃO	4
1.1.2- MÃO-DE-OBRA	5
1.1.3- RENDA	5
1.1.4- SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	5
1.2- O MUNICÍPIO DE FORTALEZA.....	6
1.2.1- SITUAÇÃO GEOGRÁFICA.....	6
1.2.2- POPULAÇÃO.....	6
1.2.3- NÍVEL EDUCACIONAL	8
1.2.4- CARACTERÍSTICAS DOS DOMICÍLIOS	10
1.2.5- RENDA	12
1.3- CONSIDERAÇÕES FINAIS	16

CAPÍTULO 2 - DECISÕES DE CONSUMO DAS FAMÍLIAS

2.1- DECISÕES EM NÍVEL MICROECONÔMICO	39
2.1.1- ASPECTOS CONCEITUAIS	39
2.1.2- TEORIA DO CONSUMIDOR, ÍNDICES DE PREÇOS E PADRÃO DE VIDA ---	47
2.2- DECISÕES EM NÍVEL MACROECONÔMICO	52

2.3- CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	56
---------------------------------	----

CAPÍTULO 3- CONSUMO DE PRODUTOS INDUSTRIAIS

3.1- METODOLOGIA-----	58
-----------------------	----

3.2- COMPORTAMENTO DO CONSUMO -----	59
-------------------------------------	----

3.2.1- PRODUTOS ALIMENTARES -----	59
-----------------------------------	----

3.2.2- PRODUTOS DE VESTUÁRIO-----	61
-----------------------------------	----

3.2.3- CALÇADOS E ARTIGOS DE COURO, PLÁSTICO E BORRACHA -----	63
---	----

3.2.4- PRODUTOS DE LIMPEZA DOMÉSTICA-----	64
---	----

3.2.5- PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL -----	65
--	----

3.2.6- BENS DURÁVEIS DE USO PESSOAL -----	66
---	----

3.2.7- BENS DURÁVEIS DE USO DOMICILIAR-----	67
---	----

3.2.8- PRODUTOS DIVERSOS -----	68
--------------------------------	----

3.3- ESTRUTURA DE GASTOS FAMILIARES-----	69
--	----

3.4- CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	71
---------------------------------	----

CONCLUSÃO -----	120
------------------------	------------

BIBLIOGRAFIA -----	122
---------------------------	------------

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - População das Regiões Metropolitanas no período 1970-91 -----	18
TABELA 2 - Taxa de crescimento média anual das Regiões Metropolitanas-----	19
TABELA 3 - Dimensão relativa da Região Metropolitana de Fortaleza no contexto regional----	19
TABELA 4 - Informações básicas das Regiões Metropolitanas - 1990 -----	20
TABELA 5 - População, por sexo, segundo a idade. CEARÁ. -----	21
TABELA 6 - Estrutura percentual da população de Fortaleza e do Ceará, por sexo -----	22
TABELA 7 - Estrutura percentual da população de Fortaleza das pessoas de 10 anos e mais, por sexo, segundo a idade -----	22
TABELA 8 - Taxa de crescimento no período 1970-1991, por sexo, segundo a idade -----	23
TABELA 9 - Taxa de crescimento média anual no período 1970-1991, por sexo, segundo a idade CEARÁ -----	24
TABELA 10 - Estrutura percentual da população, por sexo, segundo a idade -----	25
TABELA 11 - Estudantes de 5 anos ou mais, por sexo e por situação do domicílio, segundo o grau que frequentam -----	26
TABELA 12 - Estrutura percentual de estudantes de 5 anos ou mais, por sexo e por situação do domicílio, segundo o grau que frequentam -----	27
TABELA 13 - Estrutura percentual de estudantes de 5 anos ou mais, por sexo e por situação do domicílio, segundo o grau que frequentam -----	28
TABELA 14 - Dados sobre educação e saneamento na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) 1991 -----	29
TABELA 15 - Principais características dos domicílios do Ceará e de Fortaleza-----	30
TABELA 16 - Percentual das principais características dos domicílios (Ceará e Fortaleza) ----	31

TABELA 17 - Estimativa da renda interna per capita do Estado e Municípios - 1985/91 -----	32
TABELA 18 - Rendimento das pessoas de 10 anos e mais, por sexo, segundo grupos de idade - 1970 - CEARÁ -----	33
TABELA 19 - Percentual do rendimento das pessoas de 10 anos e mais, por sexo, segundo grupos de idade - 1970 - CEARÁ -----	34
TABELA 20 - Rendimento das pessoas de 10 anos e mais, por sexo, segundo grupos de idade - 1980 - CEARÁ -----	35
TABELA 21 - Percentual do rendimento das pessoas de 10 anos e mais, por sexo, segundo grupos de idade - 1980 - CEARÁ -----	36
TABELA 22 - Rendimento das pessoas de 10 anos e mais, por sexo, segundo grupos de idade - 1991 - CEARÁ -----	37
TABELA 23 - Percentual do rendimento das pessoas de 10 anos e mais, por sexo, segundo grupos de idade - 1991 - CEARÁ -----	38
TABELA 24 - Consumo "per capita" anual médio de produtos alimentares -----	72
TABELA 25 - Consumo anual e disponibilidade média "per capita" de produtos de vestuário para homem -----	77
TABELA 26 - Consumo anual e disponibilidade média "per capita" de produtos de vestuário para mulher -----	78
TABELA 27 - Consumo anual e disponibilidade média "per capita" de produtos de vestuário para menino -----	79
TABELA 28 - Consumo anual e disponibilidade média "per capita" de produtos de vestuário para menina -----	80
TABELA 29 - Consumo "per capita" anual médio de calçados e artefatos de couro, borracha e plástico para homem -----	87

TABELA 30 - Consumo "per capita" anual médio de calçados e artefatos de couro, borracha e plástico para mulher-----	88
TABELA 31 - Consumo "per capita" anual médio de calçados e artefatos de couro, borracha e plástico para menino -----	89
TABELA 32 - Consumo "per capita" anual médio de calçados e artefatos de couro, borracha e plástico para menina -----	90
TABELA 33 - Consumo anual médio "per capita" e por domicílio de produtos de limpeza doméstica -----	97
TABELA 34 - Consumo anual e disponibilidade "per capita" e por domicílio média dos produtos de toucador e higiene pessoal -----	101
TABELA 35 - Disponibilidade "per capita" de bens duráveis de uso pessoal -----	105
TABELA 36 - Disponibilidade média por domicílio de bens duráveis de uso domiciliar -----	109
TABELA 37 - Consumo anual e disponibilidade "per capita" e por domicílio média de produtos diversos -----	113
TABELA 38 - Percentual das despesas familiares, segundo os tipos de despesa, nos anos 1974/75 e 1987/88 -----	117

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Freqüência dos domicílios no consumo de produtos alimentares - 1965 -----	74
GRÁFICO 2 - Freqüência dos domicílios no consumo de produtos alimentares - 1971 -----	75
GRÁFICO 3 - Freqüência dos domicílios no consumo de produtos alimentares - 1991 -----	76
GRÁFICO 4 - Freqüência dos domicílios no consumo e na disponibilidade de produtos de vestuário para homem - 1971 -----	81
GRÁFICO 5 - Freqüência dos domicílios no consumo e na disponibilidade de produtos de vestuário para menino - 1971 -----	81
GRÁFICO 6 - Freqüência dos domicílios no consumo e na disponibilidade de produtos de vestuário para mulher - 1971 -----	82
GRÁFICO 7 - Freqüência dos domicílios no consumo e na disponibilidade de produtos de vestuário para menina - 1971 -----	82
GRÁFICO 8 - Freqüência dos domicílios no consumo e na disponibilidade de produtos de vestuário para homem - 1991 -----	83
GRÁFICO 9 - Freqüência dos domicílios no consumo e na disponibilidade de produtos de vestuário para menino - 1991 -----	84
GRÁFICO 10 - Freqüência dos domicílios no consumo e na disponibilidade de produtos de vestuário para mulher - 1991 -----	85
GRÁFICO 11 - Freqüência dos domicílios no consumo e na disponibilidade de produtos de vestuário para menina - 1991 -----	86
GRÁFICO 12 - Freqüência dos domicílios no consumo de calçados e artefatos de couro, borracha e plástico para homem - 1971 -----	91

GRÁFICO 13 - Freqüência dos domicílios no consumo de calçados e artefatos de couro, borracha e plástico para menino - 1971-----	91
GRÁFICO 14 - Freqüência dos domicílios no consumo de calçados e artefatos de couro, borracha e plástico para mulher - 1971 -----	92
GRÁFICO 15 - Freqüência dos domicílios no consumo de calçados e artefatos de couro, borracha e plástico para menina - 1971-----	92
GRÁFICO 16 - Freqüência dos domicílios no consumo de calçados e artefatos de couro, borracha e plástico para homem - 1991-----	93
GRÁFICO 17 - Freqüência dos domicílios no consumo de calçados e artefatos de couro, borracha e plástico para mulher - 1991 -----	94
GRÁFICO 18 - Freqüência dos domicílios no consumo de calçados e artefatos de couro, borracha e plástico para menino - 1991-----	95
GRÁFICO 19 - Freqüência dos domicílios no consumo de calçados e artefatos de couro, borracha e plástico para menina - 1991-----	96
GRÁFICO 20 - Freqüência dos domicílios no consumo de produtos de limpeza doméstica - 1965 -----	98
GRÁFICO 21 - Freqüência dos domicílios no consumo de produtos de limpeza doméstica - 1971 -----	99
GRÁFICO 22 - Freqüência dos domicílios no consumo de produtos de limpeza doméstica - 1991 -----	100
GRÁFICO 23 - Freqüência dos domicílios no consumo de produtos de higiene pessoal - 1965 -----	102
GRÁFICO 24 - Freqüência dos domicílios no consumo de produtos de higiene pessoal - 1971 -----	103

GRÁFICO 25 - Frequência dos domicílios no consumo de produtos de higiene pessoal	
- 1991 -----	104
GRÁFICO 26 - Frequência dos domicílios na disponibilidade de bens duráveis de uso pessoal e domiciliar - 1965 -----	106
GRÁFICO 27 - Frequência dos domicílios na disponibilidade de bens duráveis de uso pessoal	
- 1971 -----	107
GRÁFICO 28 - Frequência dos domicílios na disponibilidade de bens duráveis de uso pessoal	
- 1991 -----	108
GRÁFICO 29 - Frequência dos domicílios na disponibilidade de bens duráveis de uso domiciliar	
- 1971 -----	111
GRÁFICO 30 - Frequência dos domicílios na disponibilidade de bens duráveis de uso domiciliar	
- 1991 -----	112
GRÁFICO 31 - Frequência dos domicílios no consumo e na disponibilidade de produtos diversos	
- 1965 -----	114
GRÁFICO 32 - Frequência dos domicílios no consumo e na disponibilidade de produtos diversos	
- 1971 -----	115
GRÁFICO 33 - Frequência dos domicílios no consumo e na disponibilidade de produtos diversos	
- 1991 -----	116

RESUMO

Muito se fala a respeito das condições sócio-econômicas da população brasileira, principalmente dos que ocupam os níveis mais baixos da distribuição de renda, chegando-se, na maioria das vezes, a conclusões que indicam uma constante redução no bem-estar dessas classes. Pois, com uma renda cada vez menor, menos bens poderão ser adquiridos pelo consumidor (famílias).

Tratando-se particularmente de Fortaleza, o presente trabalho veio mostrar que, realmente, houve transformações estruturais nesta cidade, em termos de renda e emprego, que influenciaram os níveis de consumo de bens industriais dos indivíduos. Fortaleza caracteriza-se por uma concentração de renda, onde a maioria das pessoas recebe baixos salários, e por sua vez, tem um baixo padrão de vida. Por isso, os consumidores desta cidade não têm praticamente o que poupar.

Baseando-se nas pesquisas sobre o consumo de produtos industrializados em Fortaleza, nos anos de 1965, 1971 e 1991, foi feita uma análise de como evoluiu o consumo das famílias, durante esses anos.

Assim, verificou-se que os hábitos de consumo das famílias de Fortaleza mudaram. Fatores como, urbanização, moda, avanço tecnológico e aumento de vendas, fizeram com que alguns produtos deixassem de ser consumidos, dando lugar a outros mais modernos.

Contudo, observou-se, ainda, que as famílias de Fortaleza gastam grande parte de sua renda com alimentação. E, vale destacar, que as despesas com saúde aumentaram ao longo dos anos.

INTRODUÇÃO

A situação sócio-econômica em que se vive no Ceará, reforça a necessidade de uma análise do consumo de produtos industrializados em Fortaleza ao longo dos anos.

O desconhecimento do volume global das transações comerciais que os Estados nordestinos mantêm com outras regiões do País e com o exterior, quanto ao fluxo de produtos industrializados, não tem permitido quantificar a potencialidade dos mercados locais desses produtos, dificultando a identificação de novas oportunidades industriais.

Com o objetivo de preencher parcialmente esse vazio, no que tange ao Estado do Ceará, e mais precisamente à cidade de Fortaleza, verificar-se-á como as famílias residentes comportaram-se diante do consumo de produtos industriais, nos anos selecionados de 1965, 1971 e 1991. Após avaliar a evolução das quantidades de consumo per capita anual de produtos industriais, faremos uma confrontação com a estrutura das despesas familiares a partir das pesquisas de orçamento familiar.

No primeiro capítulo, far-se-á uma abordagem da estrutura econômica e social de Fortaleza, e como ela está situada socialmente e economicamente no contexto brasileiro. Através dos censos demográficos de 1970, 1980 e 1991, caracterizar-se-á a cidade de Fortaleza, segundo o seu nível educacional, situação domiciliar, renda, população e mão-de-obra.

No segundo capítulo, far-se-á uma abordagem teórica sobre as decisões de consumo a níveis microeconômico e macroeconômico, ou seja, as decisões de quanto e quando o consumidor deve gastar, procurando maximizar seu bem-estar econômico. Buscar-se-á, também, identificar os fatores que levam um indivíduo a consumir certo bem.

No terceiro capítulo, abordar-se-ão os aspectos empíricos do consumo utilizando-se as pesquisas realizadas pelo BNB, as quais foram feitas através de coleta direta, junto aos domicílios: objetiva-se com isto verificar as modificações do consumo de produtos industriais na cidade de Fortaleza, fazendo uma análise da evolução dos mesmos ao longo dos anos de 1965, 1971 e 1991. Mostrar-se-á, também, como o consumidor distribui sua despesa, de acordo com os grupos de produtos.

Por fim, tem-se uma conclusão onde constam os principais pontos abordados durante o desenvolvimento deste trabalho, caracterizando, portanto, o consumidor de Fortaleza, dando realce à tendência de consumo da população.

CAPÍTULO 1

CONDIÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS DA CIDADE DE FORTALEZA

1.1- A REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA NO CONTEXTO DAS REGIÕES METROPOLITANAS DO BRASIL

Para se verificar como o consumo das famílias de Fortaleza evoluiu, ao longo dos anos, é necessário, primeiramente, ter-se uma visão geral de como a Região Metropolitana de Fortaleza situa-se dentre as demais Regiões Metropolitanas existentes no Brasil, para que assim se possa conhecer melhor a cidade que será estudada, verificando o seu desempenho diante das demais. Posteriormente, será examinado, em especial, o Município de Fortaleza, procurando compreender a situação sócio-econômica das famílias residentes no mesmo.

De acordo com a TABELA 01, dentre as nove Regiões Metropolitanas (RMs) do existentes no Brasil, São Paulo foi a RM que apresentou maior população residente, representando, em 1970, 34,17% do total da população das RMs do Brasil, aumentando este percentual para 36,34%, em 1980, e decrescendo um pouco para 36,13%, em 1991. A RM do Rio de Janeiro é a segunda RM a apresentar maior população residente, sendo que, em 1970, representava 29,79% do total da população das RMs do Brasil, em 1980, este percentual decresceu para 26,03%, e em 1991, decresceu, mais uma vez, para 22,96%.

A Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) no contexto das RMs do Brasil (Belém, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre) mostrou um bom desempenho populacional. Pois, em 1970, a RMF apresentou uma população de 1.038.041 pessoas, representando 4,36% do total da população das RMs do Brasil, passando a representar, em 1980, 4,57%, e em 1991, chegou a 5,40%.

No entanto, Belém foi a RM que apresentou menor população residente, representando, em 1970, apenas 2,76% do total da população das RMs do Brasil, em 1980, este percentual aumentou para 2,89%, e em 1991, aumentou para 3,12%.

De 1970 a 1980, e de 1970 a 1991, Curitiba foi a RM que mais cresceu, apresentando uma taxa demográfica média anual de crescimento de 5,80% e 4,33%, respectivamente. (Ver TABELA 02). No entanto, de 1980 a 1991, Fortaleza foi a RM que mais cresceu, apresentando uma taxa demográfica média anual de crescimento de 3,48%. Vale destacar que, de 1970 a 1991, a RMF foi a segunda RM que mais cresceu apresentando uma taxa de 3,87%.

Nestes três períodos em análise, a RM que menos cresceu foi a do Rio de Janeiro, apresentando baixas taxas de crescimento médio anual.

Analisando a TABELA 3, vemos que a dimensão relativa da RMF foi bastante significativa no contexto nordestino. Entre os anos de 1970 e 1991, houve um aumento da participação percentual da RMF dentro das RMs nordestinas. Haja vista, que a RMF representou, em 1970, 57,90% da RM de Recife e, em 1991, passou a representar 80,23%. Com relação a RM de Salvador, estes percentuais foram bem maiores. Em 1970, a RMF representava 90,36% da RM de Salvador e, em 1991, passou a representar 92,40%.

1.1.1- INSTRUÇÃO

Fortaleza foi a segunda RM a apresentar menor percentual (76,67%) de pessoas de 5 anos ou mais alfabetizadas, sendo a primeira a RM de Recife (76,46%). E, a que apresentou maior percentual (90,15%) foi a RM de Belém. Ver TABELA 4. Nestes termos, a RMF ainda há muito que melhorar seu nível educacional, proporcionando mais condições de ensino público e gratuito, principalmente para a grande população carente.

1.1.2 - MÃO-DE-OBRA

A RMF apresentou, em 1990, uma população de 1.689.380 pessoas de 10 anos ou mais, sendo 52,81% economicamente ativas e 47,19% não economicamente ativas. No entanto, Porto Alegre foi a RM que apresentou maior percentual de pessoas de 10 anos ou mais economicamente ativas (58,34%). E, Recife foi a RM que apresentou menor percentual (49,41%).

1.1.3 - RENDA

A RMF obteve, em 1990, um rendimento médio mensal (CR\$), das pessoas economicamente ativas, de 20.784, sendo considerado baixo, se relacionarmos com o maior rendimento médio mensal, que foi obtido pela RM de São Paulo (42.092). No entanto, esse valor obtido pela RMF aproxima-se do menor rendimento, que foi obtido pela RM de Belém (20.414).

Contudo, a TABELA 04 também mostra que, em todas as RMs, os homens economicamente ativos são mais bem remunerados que as mulheres economicamente ativas, haja vista que o rendimento médio mensal dos homens são bem maiores que o das mulheres.

1.1.4 - SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO

A RMF apresentou, em 1990, 475.491 domicílios particulares permanentes, sendo 69,24% próprios, 20,90% alugados e 9,86% cedidos ou outra condição de ocupação. Estes dados mostram que, os domicílios da RMF apresentam boas condições de ocupação, pois a maioria tem moradia própria. E, esse percentual (69,24%) está bem próximo do percentual apresentado pela Região Metropolitana de Belém (73,32%), o qual foi o maior das RMs consideradas.

1.2- O MUNICÍPIO DE FORTALEZA

1.2.1 - SITUAÇÃO GEOGRÁFICA

O Município de Fortaleza abrange uma área de 336 Km² e está situado na zona litorânea, a 3° 45' de Latitude Sul e 38° 31' de Longitude W. Gr., com uma conformação topográfica constituída de dunas, que se estende entre as praias e a região plana do interior e um relevo com altitude média de 26,36 m, em relação ao nível do mar.

1.2.2 - POPULAÇÃO (1970-91)

A cidade de Fortaleza apresentava, em 1970, uma população de 857.980 pessoas, passando este número para 1.307.611, em 1980, e, em 1991, para 1.768.637 (TABELA 05). Isto representa, respectivamente, 19,67%, 24,73% e 27,78% da população

do Ceará (TABELA 06). Este, por sua vez, apresentou 4.361.603 pessoas, em 1970, 5.288.253, em 1980, e 6.366.647, em 1991.

Relacionando estes dados obtidos na TABELA 05, através do Censo demográfico, constatou-se (TABELA 08) que a taxa demográfica média anual de crescimento populacional de Fortaleza foi maior no período entre 1970 e 1980 (4,30%), e menor entre 1980 e 1991 (2,78%). Estas duas taxas, inclusive a do período entre 1970 e 1991 (3,50%), foram maiores que as taxas do Ceará, o qual apresentou um crescimento médio anual de 1,95% no período 1970/80, 1,70% no período 1980/91 e 1,82% no período 1970/91. Portanto, percebe-se que, no decorrer dos anos em análise, a população de Fortaleza veio crescendo proporcionalmente mais do que a população do Estado.

Contudo, a taxa de crescimento de Fortaleza no período 1970/91 foi de 106,14%, enquanto que no período 1970/80 foi de 52,41% e no período 1980/91 foi de 35,26%. Estas taxas foram maiores que as taxas do Ceará (TABELA 09).

A distribuição da população de Fortaleza, segundo grupos de idade (TABELA 05), revela a predominância da população feminina sobre a masculina nos anos do censo demográfico (1970, 1980 e 1991), observando-se que esse predomínio ocorre em todas as faixas etárias consideradas. A população de Fortaleza era constituída da seguinte distribuição de acordo com o sexo (TABELA 10): em 1970, 46,69% de homens e 53,31% de mulheres; em 1980, 46,40% de homens e 53,60% de mulheres; e em 1991, 46,35% de homens e 53,65% de mulheres. Contudo, pode-se notar que as percentagens de homens e de mulheres são aproximadas, sendo as distribuições semelhantes. Tomando-se, por exemplo, a população feminina do ano de 1980 e relacionando com a população feminina do ano de 1991, nota-se que a diferença em percentual de uma para a outra é de 0,05%, porém em valores absolutos isto representa 247.958 mulheres a mais existentes em 1991.

Observa-se, ainda, que a população fortalezense, nos anos 70 e 91, concentra-se mais na faixa etária entre 10-14 anos, representando 11,75% e 10,97% da população de Fortaleza, respectivamente, seguido das faixas de 15-19 e 20-24 anos. Ver TABELA 07. Já, em 1980, não aconteceu grande mudança, havendo maior concentração de pessoas entre 15-19 anos, representando 13,06% da população de Fortaleza, seguido das pessoas entre 10-14 e 20-24 anos. Nota-se, assim, que a população de Fortaleza é constituída por pessoas mais jovens, entre 10 e 24 anos. No entanto, a população mais velha, pessoas com 70 anos ou mais, apresentaram a menor percentagem sobre o total populacional de Fortaleza, em todos os três anos citados. Mais precisamente, de 50 anos em diante a população decresce consideravelmente, refletindo a baixa expectativa de vida.

Das faixas etárias, a que obteve maior crescimento médio anual no período 1970/80 foi a de 50-59 anos com 5,97% (TABELA 08), e nos períodos 1980/91 e 1970/91 foi a de 70 anos ou mais com 4,76% e 5,19%, respectivamente. Pode-se associar isto à queda na taxa de mortalidade, com o avanço da medicina. É interessante notar que, como foi dito, a partir dos 50 anos há um decrescimento populacional nos anos em análise, mas a partir desta idade a taxa de crescimento médio anual aumenta. No entanto, a faixa etária que obteve menor crescimento médio anual, no período de 1970/80, foi a de 40-49 anos com 4,11%, e nos períodos 1980/91 e 1970/91, foi a de 15-19 anos com 0,90% e 3,04%, respectivamente.

Pode-se ver, na TABELA 09 que, embora exista uma população masculina menor que a feminina, no decorrer do período 1970/91, a taxa de crescimento masculina apresentou-se maior que a feminina, mais notadamente na idade de 20 a 34 anos. E, pode-se associar isto ao êxodo rural, o qual é freqüente nessa faixa etária masculina.

1.2.3 - NÍVEL EDUCACIONAL

Como não se dispõe de uma série de dados da cidade de Fortaleza sobre os níveis educacionais, apresentar-se-ão os dados do Estado como refletindo uma posição que deve ser a pior hipótese para a posição de Fortaleza.

A indicação do nível educacional da população do Ceará pode ser verificada nas TABELAS 11, 12 e 13, de acordo com o sexo e a situação do domicílio das pessoas de 5 anos ou mais.

Assim, observa-se que, em 1970, o Ceará era composto por 709.153 estudantes de 5 anos ou mais, dentre eles, 46,89% eram homens e 53,11% eram mulheres. Quanto a situação do domicílio, 66,70% estavam na área urbana e 33,29% na área rural.

Em 1981, o Ceará passou a compor 1.261.693 estudantes de 5 anos ou mais, sendo 47,32% de homens e 52,68% de mulheres. Quanto a situação do domicílio, 63,19% estavam na área urbana e 36,81% na área rural.

E, finalmente, em 1990, o Ceará apresentou 1.674.295 estudantes de 5 anos ou mais, sendo 47,20% de homens e 52,80% de mulheres. Quanto a situação do domicílio, 64,27% estavam na área urbana e 35,73% na área rural.

Diante desses dados obtidos, pode-se notar o predomínio de estudantes do sexo feminino sobre os estudantes do sexo masculino em todos os graus de instrução, com exceção do curso superior, em 1970, o qual apresentou mais estudantes do sexo masculino que do sexo feminino.

Nota-se, ainda que, nestes 3 anos citados, há mais estudantes na área urbana que na área rural. Entretanto, é importante verificar que o número de pessoas de 5 anos ou mais que estudam na área urbana chega a ser o dobro do número de pessoas de 5 anos ou mais que

estudam na área rural, em quase todos os graus de instrução. Vale, ainda, destacar que, em 1990, não há estudantes de grau superior na área rural. E que, no decorrer dos anos 1970-90, quase ninguém domiciliado nesta área chegou sequer a cursar o 2º grau, mostrando assim a deficiência educacional que tem-se no Ceará. Isto mostra a necessidade de se investir em educação, principalmente no interior, onde se encontra a população mais pobre.

Também pode-se observar que o maior número de estudantes, em 1970, estava frequentando o pré-escolar (80,73%), enquanto que, em 1981 e 1990, havia um maior percentual de estudantes cursando o 1º grau (82,24% e 69,30%, respectivamente). E, uma minoria de estudantes frequentava curso superior ⁽¹⁾, refletindo, mais uma vez, o baixo nível educacional, onde os estudantes têm conhecimentos restritos.

De acordo com a TABELA 14, em 1991, a taxa de analfabetismo das pessoas com 9 anos ou mais no Ceará e em todos os municípios da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) foi maior na idade de 9 a 10 anos. Vale destacar que, nesta faixa etária, o município de Fortaleza apresentou uma taxa de analfabetismo de 24,20%, enquanto que o Ceará apresentou uma taxa bem maior de 50,10%.

No geral, de todos os municípios da RMF, Fortaleza foi o que mostrou menor taxa de analfabetismo, em todas as faixas etárias consideradas na TABELA 14, inclusive bem menor que a própria taxa de analfabetismo do Estado. E, o município que apresentou maior taxa de analfabetismo foi o de Aquiraz, com exceção das pessoas de 15 anos ou mais, onde o município de Guaiúba apresentou maior taxa, porém com apenas 1,20% a mais que a taxa de Aquiraz. Mesmo assim, pode-se considerar Aquiraz, o Município da RMF que comporta mais analfabetos.

(1) Inclusive Mestrado ou Doutorado.

1.2.4 - CARACTERÍSTICAS DOS DOMICÍLIOS

Segundo as características principais dos domicílios, TABELAS 15 e 16, o município de Fortaleza apresentou, em 1970, 147.640 domicílios particulares permanentes. Destes, apenas 13,40% dos domicílios dispõem de rede geral de água, enquanto que 50,07% dos domicílios têm poço ou nascente. Quanto às instalações sanitárias, apenas 2,87% dos domicílios dispõem de rede geral, e a maioria, 46,54% dos domicílios ainda possuem fossa rudimentar. Estes dados mostram a situação precária dos domicílios, no ano de 1970.

Em 1980, haviam 255.088 domicílios particulares permanentes no município de Fortaleza. Destes, 51,85% dos domicílios têm poço ou nascente, e 28,25% dos domicílios dispõem de rede geral de água. Quanto às instalações sanitárias, a maior parte dos domicílios (59,01%) possui pelo menos fossa séptica, e uma minoria (7,52%) dispõe de rede geral. Aqui, percebe-se uma boa melhora na situação dos domicílios em relação ao ano de 1970, onde grande parte deles não possuía sequer fossa séptica.

E, em 1991, haviam 385.789 domicílios particulares permanentes, dos quais um grande percentual de 77,05% dispõem de rede geral de água, representando um bom aumento em relação aos anos anteriores. Por outro lado, as instalações sanitárias não são boas. Um grande número de domicílios (48,15%) possui ainda fossa rudimentar, enquanto que, apenas 13,60% possuem rede geral.

No Ceará, ainda com base nos dados da TABELA 16, de 1970-90, o meio de comunicação que a maioria dos domicílios têm é o rádio. Poucos domicílios possuem televisão. No entanto, em Fortaleza, pode-se observar que, além do rádio, grande quantidade de domicílios possui televisão.

De acordo com a TABELA 14, nota-se que, em 1991, de todos os municípios da RMF, o município de Fortaleza foi o que mostrou abastecimento de água mais adequado, destacando que apenas 30% dos domicílios têm abastecimento de água inadequado. E, o município que mostrou abastecimento de água mais inadequado foi o de Aquiraz (80%, sendo 78,40% na área urbana). No entanto, o Estado apresentou 60,20% dos domicílios com abastecimento de água inadequado, representando o dobro do percentual do município de Fortaleza.

É importante destacar que, o município de Eusébio tem 100% dos domicílios com esgoto inadequado, vindo seguido do município de Guaiúba (99,90%). E, o município que apresentou melhor condição de esgoto foi Maracanaú (50,30% inadequado), enquanto que Fortaleza apresentou 83,90% dos domicílios com esgoto inadequado. Assim, pode-se ver que o Ceará, bem como os municípios da RMF, apresentam péssimas condições de esgoto.

Ainda, no município de Fortaleza, apenas 15,10% do lixo não foi coletado, 3,30% foi queimado ou enterrado e 11,80% foi jogado ou dado outro uso. Estes foram os menores percentuais dentre os municípios da RMF, mostrando que Fortaleza, em 1991, apresentou bom trabalho de limpeza da cidade. E, o município que mostrou um péssimo trabalho de limpeza, com altos percentuais, foi o município de Eusébio, o qual apresentou 85,10% do lixo não foram coletados, 66,60% foram queimados ou enterrados, porém Maranguape mostrou maior percentual (36,70%) de lixo que foi jogado ou dado outro uso.

1.2.5 - RENDA

De acordo com a TABELA 17, estimou-se a renda interna total e a renda per capita do Ceará e dos nove municípios da Região Metropolitana de Fortaleza (Aquiraz, Caucaia, Eusébio, Fortaleza, Guaiúba, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape e Pacatuba), fazendo um paralelo entre os anos de 1985 e 1991.

Pode-se verificar então que, em 1985, de uma renda interna de US\$ 6.302.000.000 ⁽²⁾ obtida pelo Ceará, 72,40% estão na RMF, sendo que, deste percentual, 63,32% estão no município de Fortaleza, concentrando portanto quase toda a renda da RMF, e boa parte da renda do Ceará. E, em 1991, mesmo com a introdução dos municípios de Eusébio, Guaiúba e Itaitinga, a situação não foi muito diferente. Pois, de uma renda interna de US\$ 7.787.000.000 ⁽²⁾ obtida pelo Ceará, 77,80% estão na RMF, e deste percentual, 63,52% estão no município de Fortaleza.

Observa-se também que, nos dois anos em análise, o município de Fortaleza obteve renda interna per capita maior que a RMF e maior que o próprio Estado. No entanto, em 1991, o município de Eusébio alcançou o primeiro lugar no "ranking" dos municípios do Ceará pela ordem decrescente de renda interna per capita. O município de Maracanaú obteve o segundo lugar, e o de Fortaleza obteve o terceiro lugar, ambos conservando a posição que obtiveram em 1985. Vale destacar que, o município de Aquiraz passou da posição de sexto lugar para décimo-sexto, sofrendo assim o impacto do desmembramento do distrito de Eusébio. Isto ocorreu também com o município de Pacatuba, o qual passou da posição de vigésimo lugar para quinquagésimo-sexto, sofrendo portanto o impacto do desmembramento dos distritos de Itaitinga e Guaiúba.

A taxa de crescimento acumulada da renda de 1985-91 da RMF (32,79%) foi maior que a taxa do município de Fortaleza (23,94%), e maior que a taxa do Ceará

⁽²⁾ A preços de 1991.

(23,56%). No entanto, três municípios da RMF apresentaram taxa de crescimento negativa: Caucaia (4,34%), Pacatuba (67,74%) e Aquiraz (55,39%). E, vale ainda destacar que, o município de Maracanaú apresentou uma taxa de crescimento extraordinária de 198,95%.

Analisando o rendimento mensal das pessoas de 10 anos ou mais, por sexo, segundo os grupos de idade, em 1970, no Ceará, de acordo com as TABELAS 18 e 19, pode-se verificar que de um total de 1.520.506 mulheres de 10 anos ou mais, 1.292.335 (representando 84,99% do total de mulheres) não têm rendimento algum, e de um total de 1.408.971 homens de 10 anos ou mais, apenas 471.913 (representando 33,49% do total de homens) não têm rendimento.

Já em 1980 (TABELAS 20 e 21), houve uma queda percentual nos dois sexos. Assim, tem-se que, de um total de 1.959.190 mulheres de 10 anos ou mais, 1.394.235 (representando 71,16% do total de mulheres) não têm rendimento algum, e de um total de 1.805.171 homens de 10 anos ou mais, apenas 583.512 (representando 32,32% do total de homens) não têm rendimento.

Isto mostra que, nestes dois anos citados, a quantidade de mulheres sem rendimento é superior ao dobro de homens sem rendimento.

No entanto, para o ano de 1991, será citado o rendimento dos chefes de domicílios, a fim de ter-se uma visão parcial deste. De acordo com as TABELAS 22 e 23, de um total de 241.582 chefes de domicílios mulheres, apenas 11.522 (representando 4,77%) não têm rendimento, e de um total de 1.103.380 chefes de domicílios homens, apenas 14.966 (representando 1,36%) não têm rendimento.

Porém, o maior percentual de chefes de domicílios sem rendimento está na faixa etária de 50 anos ou mais, sendo que 0,51% destes são homens e 2,26% são mulheres.

Fazendo uma comparação grosseira com os anos anteriores, nota-se que, nesse ano de 1991, a quantidade de chefes de domicílios com 10 anos ou mais que não têm rendimento foi muito pequena. Este resultado já era previsto, pois, pensando de forma racional, um chefe de domicílio deve obrigatoriamente ter uma renda para sustento próprio e/ou familiar.

A faixa etária de 10-14 anos, em 1970 e 1980, é onde se encontra o maior número de homens e mulheres que não apresentam algum rendimento, mostrando, portanto, que os jovens em geral começam a trabalhar cedo, muitas vezes com o fim de acumular experiência, submetendo-se, assim, a um trabalho não remunerado, ou mesmo pouco remunerado.

Nos três anos citados, verifica-se que, no geral, os homens têm um rendimento mensal maior que o das mulheres, pois o maior percentual de homens de 10 anos ou mais apresentou um rendimento de $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo, e o maior percentual de mulheres de 10 anos ou mais apresentou um rendimento de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo.

Percebe-se que, em quase todas as faixas etárias, o percentual de homens que recebe algum rendimento é superior ao percentual de mulheres, em qualquer faixa de rendimento mensal, com exceção de poucos casos, onde o percentual de mulheres superou o de homens. Haja visto a preferência por indivíduos do sexo masculino para ocupar alguns tipos de cargos que sejam mais apropriados à eles, percebe-se que muitas vezes as mulheres são discriminadas, e até mesmo julgadas incapazes de realizar algum tipo de trabalho.

Nos anos em análise, nota-se também que a população mais jovem, entre 10-19 anos, em sua maioria, é pouco remunerada (recebe até 1 salário mínimo), devido ocuparem cargos de nível médio, pois estão na idade de ingressar em um curso de nível superior.

Apenas, uma minoria recebe mais de 1 salário mínimo. Isto reflete, também, a pouca maturidade para assumir cargos elevados, de confiança.

No entanto, as pessoas com idade de 30 anos ou mais são as mais bem remuneradas, por serem experientes profissionalmente, terem nível superior, e até mesmo pelo tempo de serviço prestado à uma certa empresa.

Vale destacar, que existe um número maior de pessoas que ganham mais de 20 salários mínimo na faixa etária de 50 anos ou mais. Os dados de 1970 mostram que de 3.554 homens que ganham mais de 20 salários mínimo, 1.228 estão nesta faixa etária, e de 193 mulheres que, também, ganham mais de 20 salários mínimo, 81 estão nesta faixa etária. No entanto, os dados de 1980 mostram que estes números subiram, embora percentualmente tenham sido semelhantes, pois de 8.564 homens que ganham mais de 20 salários mínimo, 3.206 estão nesta faixa etária, e de 541 mulheres que, também, ganham mais de 20 salários mínimo, 232 estão nesta faixa etária. Já, em 1991, estes dados também subiram, inclusive percentualmente, pois de 12.179 homens que ganham mais de 20 salários mínimo, 4.797 estão nesta faixa etária, e de 1.173 mulheres que, também, ganham mais de 20 salários mínimo, 659 estão nesta faixa etária.

1.3- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade de Fortaleza é caracterizada por muitas contradições, de um lado uma minoria rica privilegiada, e de outro uma maioria analfabeta e mal remunerada.

Conforme os dados analisados, no decorrer dos anos de 1970 a 1991, viu-se que a Região Metropolitana de Fortaleza, apesar de ter uma população pequena em relação às

outras RMs do Brasil, obteve um elevado crescimento médio anual populacional, o qual pode ser visto, mais claramente, quando comparado com as RMs nordestinas

A população fortalezense é jovem, e em sua maioria feminina, com uma diferença média de 7,04% de mulheres a mais.

Os domicílios são, em boa parte, próprios. Porém, muitos deles ainda não apresentam boas instalações sanitárias e rede de esgoto adequada. No entanto, o lixo é quase todo coletado.

E, quanto ao nível educacional, Fortaleza apresentou uma população com baixo nível de instrução, no decorrer dos anos analisados.

TABELA 01

POPULAÇÃO DAS REGIÕES METROPOLITANAS NO PERÍODO 1970-91

REGIÕES METROPOLITANAS	1970		1980		1991	
	VAL. ABSOLUTO	%	VAL. ABSOLUTO	%	VAL. ABSOLUTO	%
BELÉM	656.351	2,76	1.000.349	2,89	1.332.723	3,12
FORTALEZA	1.038.041	4,36	1.581.588	4,57	2.303.645	5,40
RECIFE	1.792.688	7,53	2.348.362	6,78	2.871.261	6,73
SALVADOR	1.148.828	4,82	1.772.018	5,11	2.493.224	5,84
BELO HORIZONTE	1.605.663	6,74	2.611.444	7,54	3.431.755	8,04
RIO DE JANEIRO	7.082.404	29,74	9.018.637	26,03	9.796.498	22,96
SÃO PAULO	8.137.401	34,17	12.588.439	36,34	15.416.416	36,13
CURITIBA	820.766	3,45	1.441.743	4,16	1.998.807	4,68
PORTO ALEGRE	1.531.168	6,43	2.281.081	6,58	3.026.029	7,09
TOTAL	23.813.310	100	34.643.661	100	42.670.358	100

FONTE: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

TABELA 02

**TAXA DE CRESCIMENTO MÉDIA ANUAL
DAS REGIÕES METROPOLITANAS**

REGIÕES METROPOLITANAS	1970/80	1980/91	1970/91
	%	%	%
BELEM	4,30	2,64	3,43
FORTALEZA	4,30	3,48	3,87
RECIFE	2,74	1,84	2,27
SALVADOR	4,43	3,15	3,76
BELO HORIZONTE	4,98	2,51	3,68
RIO DE JANEIRO	2,45	0,75	1,56
SÃO PAULO	4,46	1,86	3,09
CURITIBA	5,80	3,01	4,33
PORTO ALEGRE	4,07	2,60	3,30
TOTAL	3,82	1,91	2,82

FONTE: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

TABELA 03

DIMENSÃO RELATIVA DA RMF NO CONTEXTO REGIONAL

RMF	1970	1980	1991
RM - NORDESTE	%	%	%
<u>FORTALEZA</u>			
RECIFE	57,90	67,35	80,23
<u>FORTALEZA</u>			
SALVADOR	90,36	89,25	92,40

FONTE: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

TABELA 04

INFORMAÇÕES BÁSICAS DAS REGIÕES METROPOLITANAS - 1990

DISCRIMINAÇÃO	REGIÕES METROPOLITANAS								
	BELÉM	FORTALEZA	RECIFE	SALVADOR	BELO HORIZONTE	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	CURITIBA	PORTO ALEGRE
INSTRUÇÃO									
PESSOAS DE 5 ANOS OU MAIS									
TOTAL	1.113.981	1.964.658	2.753.988	2.225.437	3.370.238	10.484.157	15.871.159	2.171.383	2.788.584
ALFABETIZADO									
Pessoas	1.004.120	1.506.250	2.105.838	1.861.601	2.954.905	9.262.639	14.039.377	1.956.880	2.507.162
% Sobre Total	90,15	76,67	76,46	83,64	87,68	88,35	88,46	90,12	89,91
NÃO ALFABETIZADO									
Pessoas	109.761	458.408	648.150	363.836	415.333	1.221.518	1.831.782	214.503	281.422
% Sobre Total	9,85	23,33	23,54	16,35	12,32	11,65	11,54	9,88	10,09
MÃO-DE-OBRA									
PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS									
TOTAL	975.826	1.689.380	2.405.997	1.922.196	2.948.460	9.400.663	13.920.870	1.904.810	2.455.861
ECONOMICAMENTE ATIVAS									
Pessoas	498.758	892.153	1.188.721	1.091.543	1.709.848	5.068.091	7.989.238	1.104.283	1.432.769
% Sobre Total	51,11	52,81	49,41	56,79	57,99	53,91	57,39	57,97	58,34
NÃO ECONOMICAMENTE ATIVAS									
Pessoas	477.068	797.227	1.217.276	830.653	1.238.612	4.332.572	5.931.632	800.527	1.023.092
% Sobre Total	48,89	47,19	50,59	43,21	42,01	46,09	42,61	42,03	41,66
VALOR DO RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DAS PESSOAS ECONOMICAMENTE ATIVAS (CR\$)									
Total	20.414	20.784	23.434	29.654	31.368	31.741	42.092	34.647	37.456
Homens	30.642	24.887	27.039	37.329	38.471	37.999	49.606	41.036	44.738
Mulheres	11.538	14.958	17.670	19.756	20.911	21.572	29.544	23.726	26.530
DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES									
TOTAL	262.201	475.491	704.803	577.071	911.919	3.163.653	4.584.093	630.510	878.009
CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO (%)									
Próprios	73,32	69,24	71,84	72,32	68,11	63,46	59,24	70,67	73,09
Alugados	18,97	20,90	18,10	19,81	21,78	26,17	27,72	18,32	17,48
Cedidos ou outra	7,71	9,86	10,06	7,54	10,09	10,34	12,97	10,92	9,38
Sem declaração	-	-	-	0,33	0,02	0,03	0,07	0,09	0,05

FONTE: IPLANCE - Instituto de Planejamento do Ceará

TABELA 05

POPULAÇÃO, POR SEXO, SEGUNDO A IDADE

FAIXA ETÁRIA	1970			1980			1991		
	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES
CEARÁ	4.361.603	2.130.241	2.231.362	5.288.253	2.572.624	2.715.629	6.366.647	3.090.243	3.276.404
FORTALEZA									
TOTAL	857.980	400.587	457.393	1.307.611	606.684	700.927	1.768.637	819.752	948.885
10 ANOS E MAIS	612.388	276.996	335.392	988.752	447.287	541.465	1.360.960	613.660	747.300
10 - 14	100.828	47.865	52.963	157.638	75.207	82.431	193.945	93.671	100.274
15 - 19	100.394	44.766	55.628	170.767	77.971	92.796	188.374	84.048	104.326
20 - 24	90.754	40.729	50.025	139.475	62.575	76.900	186.990	85.113	101.877
25 - 29	64.443	28.351	36.092	109.865	48.777	61.088	171.621	78.142	93.479
30 - 34	55.763	25.064	30.699	89.404	40.491	48.913	133.372	60.596	72.776
35 - 39	44.447	19.913	24.534	68.324	30.733	37.591	109.831	48.919	60.912
40 - 49	72.262	33.463	38.799	108.074	48.566	59.508	161.008	72.377	88.631
50 - 59	42.445	19.236	23.209	75.779	33.976	41.803	103.103	45.027	58.076
60 - 69	24.298	10.809	13.489	41.959	18.134	23.825	68.571	28.692	39.879
70 ANOS E MAIS	15.253	6.087	9.166	26.466	10.433	16.033	44.145	17.075	27.070
ID. IGNORADA	1.501	713	788	1.001	424	577	-	-	-

FONTE: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

TABELA 06
ESTRUTURA PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE FORTALEZA E DO CEARÁ, POR SEXO

FAIXA ETÁRIA	1970			1980			1991		
	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES
CEARÁ	100	48,84	51,16	100	48,65	51,35	100	48,54	51,46
FORTALEZA	19,67	9,18	10,49	24,73	11,47	13,25	27,78	12,88	14,90

FONTE: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

TABELA 07
ESTRUTURA PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE FORTALEZA DAS PESSOAS DE 10 ANOS E MAIS, POR SEXO, SEGUNDO A IDADE

FAIXA ETÁRIA	1970			1980			1991		
	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES
TOTAL	100	46,69	53,31	100	46,40	53,60	100	46,35	53,65
10 ANOS E MAIS	71,38	32,28	39,09	75,62	34,21	41,41	76,95	34,70	42,25
10 - 14	11,75	5,58	6,17	12,06	5,75	6,30	10,97	5,30	5,67
15 - 19	11,70	5,22	6,48	13,06	5,96	7,10	10,65	4,75	5,90
20 - 24	10,58	4,75	5,83	10,67	4,79	5,88	10,57	4,81	5,76
25 - 29	7,51	3,30	4,21	8,40	3,73	4,67	9,70	4,42	5,29
30 - 34	6,50	2,92	3,58	6,84	3,10	3,74	7,54	3,43	4,11
35 - 39	5,18	2,32	2,86	5,23	2,35	2,87	6,21	2,77	3,44
40 - 49	8,42	3,90	4,52	8,26	3,71	4,55	9,10	4,09	5,01
50 - 59	4,95	2,24	2,71	5,80	2,60	3,20	5,83	2,55	3,28
60 - 69	2,83	1,26	1,57	3,21	1,39	1,82	3,88	1,62	2,25
70 ANOS E MAIS	1,78	0,71	1,07	2,02	0,80	1,23	2,50	0,97	1,53
ID. IGNORADA	0,17	0,08	0,09	0,08	0,03	0,04	-	-	-

FONTE: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

TABELA 08

**TAXA DE CRESCIMENTO NO PERÍODO 1970-91
POR SEXO, SEGUNDO A IDADE**

FAIXA ETÁRIA	1970/80			1980/91			1970/91		
	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES
CEARÁ	21,25	20,77	21,70	20,39	20,12	20,65	45,97	45,07	46,83
FORTALEZA	52,41	51,45	53,24	35,26	35,12	35,38	106,14	104,64	107,46
10 ANOS E MAIS	61,46	61,48	61,44	37,64	37,20	38,01	122,24	121,54	122,81
10 - 14	56,34	57,12	55,64	23,03	24,55	21,65	92,35	95,70	89,33
15 - 19	70,10	74,17	66,82	10,31	7,79	12,43	87,63	87,75	87,54
20 - 24	53,68	53,64	53,72	34,07	36,02	32,48	106,04	108,97	103,65
25 - 29	70,48	72,05	69,26	56,21	60,20	53,02	166,31	175,62	159,00
30 - 34	60,33	61,55	59,33	49,18	49,65	48,79	139,18	141,77	137,06
35 - 39	53,72	54,34	53,22	60,75	59,17	62,04	147,11	145,66	148,28
40 - 49	49,56	45,13	53,38	48,98	49,03	48,94	122,81	116,29	128,44
50 - 59	78,53	76,63	80,12	36,06	32,53	38,93	142,91	134,08	150,23
60 - 69	72,68	67,77	76,63	63,42	58,22	67,38	182,21	165,45	195,64
70 ANOS E MAIS	73,51	71,40	74,92	66,80	63,66	68,84	189,42	180,52	195,33
ID. IGNORADA	-33,31	-40,53	-26,78	-	-	-	-	-	-

FONTE: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

TABELA 09

**TAXA DE CRESCIMENTO MÉDIA ANUAL NO PERÍODO 1970-91,
POR SEXO, SEGUNDO A IDADE**

FAIXA ETÁRIA	1970/80			1980/91			1970/91		
	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES
CEARÁ	1,95	1,90	1,98	1,70	1,68	1,72	1,82	1,79	1,85
FORTALEZA	4,30	4,24	4,36	2,78	2,77	2,79	3,50	3,47	3,54
10 ANOS E MAIS	4,91	4,91	4,91	2,95	2,92	2,97	3,88	3,86	3,89
10 - 14	4,57	4,62	4,52	1,90	2,02	1,80	3,16	3,25	3,09
15 - 19	5,46	5,71	5,25	0,90	0,68	1,07	3,04	3,05	3,04
20 - 24	4,39	4,39	4,39	2,70	2,84	2,59	3,50	3,57	3,44
25 - 29	5,48	5,58	5,40	4,14	4,38	3,94	4,77	4,95	4,64
30 - 34	4,83	4,91	4,77	3,70	3,73	3,68	4,24	4,29	4,20
35 - 39	4,39	4,44	4,36	4,41	4,32	4,49	4,40	4,37	4,43
40 - 49	4,11	3,80	4,37	3,69	3,69	3,69	3,89	3,74	4,01
50 - 59	5,97	5,85	6,06	2,84	2,59	3,03	4,32	4,13	4,46
60 - 69	5,61	5,31	5,85	4,57	4,26	4,79	5,06	4,76	5,30
70 ANOS E MAIS	5,67	5,54	5,75	4,76	4,58	4,88	5,19	5,03	5,29
ID. IGNORADA	-3,97	-5,06	-3,07	-	-	-	-	-	-

FONTE: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

TABELA 10

ESTRUTURA PERCENTUAL DA POPULAÇÃO, POR SEXO, SEGUNDO A IDADE

FAIXA ETÁRIA	1970			1980			1991		
	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES
CEARÁ	100	48,84	51,16	100	48,65	51,35	100	48,54	51,46
FORTALEZA	100	46,69	53,31	100	46,40	53,60	100	46,35	53,65
10 ANOS E MAIS	100	45,23	54,77	100	45,24	54,76	100	45,09	54,91
10 - 14	100	47,47	52,53	100	47,71	52,29	100	48,30	51,70
15 - 19	100	44,59	55,41	100	45,66	54,34	100	44,62	55,38
20 - 24	100	44,88	55,12	100	44,86	55,14	100	45,52	54,48
25 - 29	100	43,99	56,01	100	44,40	55,60	100	45,53	54,47
30 - 34	100	44,95	55,05	100	45,29	54,71	100	45,43	54,57
35 - 39	100	44,80	55,20	100	44,98	55,02	100	44,54	55,46
40 - 49	100	46,31	53,69	100	44,94	55,06	100	44,95	55,05
50 - 59	100	45,32	54,68	100	44,84	55,16	100	43,67	56,33
60 - 69	100	44,49	55,51	100	43,22	56,78	100	41,84	58,16
70 ANOS E MAIS	100	39,91	60,09	100	39,42	60,58	100	38,68	61,32
ID. IGNORADA	100	47,50	52,50	100	42,36	57,64	-	-	-

FONTE: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

TABELA 11

ESTUDANTES DE 5 ANOS OU MAIS, POR SEXO E POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO,
SEGUNDO O GRAU QUE FREQUENTAM

GRAU QUE FREQUENTAM	1970					1981				
	TOTAL	SEXO		SITUAÇÃO DOMICILIAR		TOTAL	SEXO		SITUAÇÃO DOMICILIAR	
		HOMENS	MULHERES	URBANA	RURAL		HOMENS	MULHERES	URBANA	RURAL
TOTAL	709.153	332.516	376.637	473.047	236.106	1.261.693	597.095	664.598	797.298	464.395
PRÉ-ESCOLAR	572.527	267.633	304.894	348.030	224.497	92.815	43.252	49.563	64.270	28.545
1º GRAU	86.772	39.989	46.783	77.953	8.819	1.037.636	500.174	537.462	609.172	428.464
2º GRAU	34.982	16.404	18.578	32.745	2.237	96.552	37.045	59.507	89.841	6.711
SUPERIOR (*)	14.806	8.456	6.350	14.266	540	34.139	16.515	17.624	33.464	675
SEM DECLARAÇÃO DE GRAU	66	34	32	53	13	551	109	442	551	-

FONTE: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
(*) Inclusive mestrado ou doutorado

(Continuação)

GRAU QUE FREQUENTAM	1990				
	TOTAL	SEXO		SITUAÇÃO DOMICILIAR	
		HOMENS	MULHERES	URBANA	RURAL
TOTAL	1.674.295	790.333	883.962	1.075.998	598.297
PRÉ-ESCOLAR	377.837	191.777	186.060	191.216	186.621
1º GRAU	1.160.208	547.289	612.919	753.713	406.495
2º GRAU	100.413	34.283	66.130	95.232	5.181
SUPERIOR (*)	35.624	16.771	18.853	35.624	-
SEM DECLARAÇÃO DE GRAU	213	213	-	213	-

FONTE: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
(*) Inclusive mestrado ou doutorado

TABELA 12

**ESTRUTURA PERCENTUAL DE ESTUDANTES DE 5 ANOS OU MAIS, POR SEXO E
POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, SEGUNDO O GRAU QUE FREQUENTAM**

GRAU QUE FREQUENTAM	1970					1981				
	TOTAL	SEXO		SITUAÇÃO DOMICILIAR		TOTAL	SEXO		SITUAÇÃO DOMICILIAR	
		HOMENS	MULHERES	URBANA	RURAL		HOMENS	MULHERES	URBANA	RURAL
TOTAL	100	46,89	53,11	66,71	33,29	100	47,32	52,68	63,19	36,81
PRÉ-ESCOLAR	80,73	37,74	42,99	49,08	31,66	7,36	3,43	3,93	5,09	2,26
1º GRAU	12,24	5,64	6,60	10,99	1,24	82,24	39,64	42,60	48,28	33,96
2º GRAU	4,93	2,31	2,62	4,62	0,32	7,65	2,94	4,72	7,12	0,53
SUPERIOR (*)	2,09	1,19	0,90	2,01	0,08	2,71	1,31	1,40	2,65	0,05
SEM DECLARAÇÃO DE GRAU	0,01	0,00	0,00	0,01	0,00	0,04	0,01	0,04	0,04	-

FONTE: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

(*) Inclusive mestrado ou doutorado

(Continuação)

GRAU QUE FREQUENTAM	1990				
	TOTAL	SEXO		SITUAÇÃO DOMICILIAR	
		HOMENS	MULHERES	URBANA	RURAL
TOTAL	100	47,20	52,80	64,27	35,73
PRÉ-ESCOLAR	22,57	11,45	11,11	11,42	11,15
1º GRAU	69,30	32,69	36,61	45,02	24,28
2º GRAU	6,00	2,05	3,95	5,69	0,31
SUPERIOR (*)	2,13	1,00	1,13	2,13	-
SEM DECLARAÇÃO DE GRAU	0,01	0,01	-	0,01	-

FONTE: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

(*) Inclusive mestrado ou doutorado

TABELA 13

**ESTRUTURA PERCENTUAL DE ESTUDANTES DE 5 ANOS OU MAIS, POR SEXO E
POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, SEGUNDO O GRAU QUE FREQUÊNTAM**

GRAU QUE FREQUÊNTAM	1970					1981				
	TOTAL	SEXO		SITUAÇÃO DOMICILIAR		TOTAL	SEXO		SITUAÇÃO DOMICILIAR	
		HOMENS	MULHERES	URBANA	RURAL		HOMENS	MULHERES	URBANA	RURAL
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
PRÉ-ESCOLAR	80,73	80,49	80,95	73,57	95,08	7,36	7,24	7,46	8,06	6,15
1º GRAU	12,24	12,03	12,42	16,48	3,74	82,24	83,77	80,87	76,40	92,26
2º GRAU	4,93	4,93	4,93	6,92	0,95	7,65	6,20	8,95	11,27	1,45
SUPERIOR (*)	2,09	2,54	1,69	3,02	0,23	2,71	2,77	2,65	4,20	0,15
SEM DECLARAÇÃO DE GRAU	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,04	0,02	0,07	0,07	-

FONTE: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

(*) Inclusive mestrado ou doutorado

(Continuação)

GRAU QUE FREQUÊNTAM	1990				
	TOTAL	SEXO		SITUAÇÃO DOMICILIAR	
		HOMENS	MULHERES	URBANA	RURAL
TOTAL	100	100	100	100	100
PRÉ-ESCOLAR	22,57	24,27	21,05	17,77	31,19
1º GRAU	69,30	69,25	69,34	70,05	67,94
2º GRAU	6,00	4,34	7,48	8,85	0,87
SUPERIOR (*)	2,13	2,12	2,13	3,31	-
SEM DECLARAÇÃO DE GRAU	0,01	0,03	-	0,02	-

FONTE: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

(*) Inclusive mestrado ou doutorado

TABELA 14

**DADOS SOBRE EDUCAÇÃO E SANEAMENTO NA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA (RMF)
1991**

DISCRIMINAÇÃO	ESTADO	MUNICÍPIOS DA RMF								
		AQUIRAZ	CAUCAIA	EUSÉBIO	FORTALEZA	GUAIÚBA	ITAITINGA	MARACANAÚ	MARANGUAPE	PACATUBA
EDUCAÇÃO										
TAXA DE ANALFABETISMO (%)										
9 a 10 anos	50,10	61,10	43,70	43,80	24,20	52,00	-	32,50	47,10	42,40
11 a 14 anos	33,10	39,20	26,70	26,70	13,00	34,00	-	15,90	25,60	22,50
15 anos ou mais	37,40	44,90	28,40	37,20	16,80	46,10	-	22,40	34,90	30,00
TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO REAL (%)	75,80	81,00	75,40	83,60	-	57,40	98,20	82,10	84,40	54,50
SANEAMENTO										
ABASTECIMENTO DE ÁGUA INADEQUADO (%)										
Total	60,20	80,00	54,00	79,00	30,00	89,90	-	39,70	75,70	55,40
Área Urbana	42,10	78,40	49,10	79,00	30,00	83,80	-	39,50	68,80	50,40
ESGOTO INADEQUADO (%)										
Total	92,40	99,20	71,80	100,00	83,90	99,90	-	50,30	99,50	98,00
Área Urbana	88,70	99,10	68,80	100,00	83,90	99,90	-	50,10	99,40	97,80
LIXO										
Não Coletado (%)	36,60	84,00	42,50	85,10	15,10	50,50	-	28,30	53,10	48,70
Queimado ou Enterrado (%)	7,20	50,50	13,80	66,60	3,30	13,70	-	6,80	16,40	24,30
Jogado ou outro (%)	29,30	33,50	28,70	18,50	11,80	36,70	-	21,50	36,70	24,50

FONTE : IPLANCE - Instituto de Planejamento do Ceará

TABELA 15

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DOS DOMICÍLIOS DO CEARÁ E DE FORTALEZA

DISCRIMINAÇÃO	CEARÁ			FORTALEZA		
	1970	1980	1990	1970	1980	1991
DOMICÍLIOS	745.460	999.192	1.391.744	147.640	255.088	385.789
ÁGUA						
REDE GERAL	45.814	176.378	503.426	19.783	72.055	297.255
POÇO OU NASCENTE	103.414	369.372	394.222	73.923	132.274	49.343
ILUMINAÇÃO ELÉTRICA	150.389	433.396	868.685	87.047	115.057	-
INSTALAÇÕES SANITÁRIAS						
REDE GERAL	4.376	19.812	-	4.232	19.173	52.449
FOSSA SÉPTICA	48.449	252.356	-	33.402	150.527	100.514
FOSSA RUDIMENTAR	133.426	142.513	-	68.705	44.738	185.753
OUTRO ESCOADOURO	15.497	14.869	-	4.688	1.179	2.212
FOGÃO	624.608	984.877	1.289.152	139.527	250.668	-
LENHA	427.263	542.197	-	9.800	5.421	-
GÁS	151.651	358.147	-	106.569	223.163	-
OUTRO COMBUSTÍVEL	45.694	84.533	-	23.158	22.084	-
RÁDIO	264.456	671.731	1.016.960	90.733	180.651	-
TELEVISÃO	52.408	286.383	605.552	40.067	176.832	-
GELADEIRA	70.428	245.199	496.424	48.973	150.655	-
AUTOMÓVEL	22.821	91.977	-	14.920	55.168	-

FONTE: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

TABELA 16

PERCENTUAL DAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DOS DOMICÍLIOS DO CEARÁ E DE FORTALEZA

DISCRIMINAÇÃO	CEARÁ			FORTALEZA		
	1970	1980	1990	1970	1980	1991
DOMICÍLIOS	100	100	100	100	100	100
ÁGUA						
REDE GERAL	6,15	17,65	36,17	13,40	28,25	77,05
POÇO OU NASCENTE	13,87	36,97	28,33	50,07	51,85	12,79
ILUMINAÇÃO ELÉTRICA	20,17	43,37	62,42	58,96	45,10	-
INSTALAÇÕES SANITÁRIAS						
REDE GERAL	0,59	1,98	-	2,87	7,52	13,60
FOSSA SÉPTICA	6,50	25,26	-	22,62	59,01	26,05
FOSSA RUDIMENTAR	17,90	14,26	-	46,54	17,54	48,15
OUTRO ESCOADOURO	2,08	1,49	-	3,18	0,46	0,57
FOGÃO	83,79	98,57	92,63	94,50	98,27	-
LENHA	57,32	54,26	-	6,64	2,13	-
GÁS	20,34	35,84	-	72,18	87,48	-
OUTRO COMBUSTÍVEL	6,13	8,46	-	15,69	8,66	-
RÁDIO	35,48	67,23	73,07	61,46	70,82	-
TELEVISÃO	7,03	28,66	43,51	27,14	69,32	-
GELADEIRA	9,45	24,54	35,67	33,17	59,06	-
AUTOMÓVEL	3,06	9,21	-	10,11	21,63	-

FONTE: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

TABELA 17

ESTIMATIVA DA RENDA INTERNA E PER CAPITA DO ESTADO E DOS MUNICÍPIOS - 1985/91

ESTADO E MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO		RENDA INTERNA				RENDA INTERNA PER CAPITA		TAXA DE CRESCI- MENTO (%)	RANKING	
			1985		1991		US\$ (*)			(**)	
	1985	1991	US\$ (*)	%	US\$ (*)	%	1985	1991	1985/91	1985	1991
CEARÁ	5.853.677	6.366.647	6.302.000.000	100,00	7.787.000.000	100,00	1.070	1.227	23,56	-	-
REG. METROP. DE											
FORTALEZA	1.934.581	2.294.524	4.562.389.618	72,40	6.058.465.101	77,80	2.358	2.640	32,79	-	-
FORTALEZA	1.582.414	1.758.334	3.990.728.896	63,32	4.945.913.050	63,52	2.522	2.813	23,94	3	3
CAUCAIA	108.616	163.793	143.509.144	2,28	137.277.023	1,76	1.321	838	(4,34)	9	18
EUSÉBIO	-	20.388	-	-	122.668.611	1,58	-	6.017	-	-	1
ITAITINGA	-	22.778	-	-	11.221.067	0,14	-	493	-	-	32
GUAIÚBA	-	17.542	-	-	6.969.365	0,09	-	397	-	-	42
MARACANAÚ	81.445	157.062	239.973.858	3,81	717.408.523	9,21	2.946	4.568	198,95	2	2
MARANGUAPE	61.440	71.166	63.101.926	1,00	65.379.652	0,84	1.027	919	3,61	13	15
PACATUBA	48.598	37.236	33.766.116	0,54	10.894.013	0,14	695	293	(67,74)	20	56
AQUIRAZ	52.068	46.225	91.309.678	1,45	40.733.797	0,52	1.754	881	(55,39)	6	16

FONTE : IPLANCE - Instituto de Planejamento do Ceará

(*) A preços de 1991

(**) RANKING dos municípios pela ordem decrescente de renda interna per capita municipal

TABELA 18

RENDIMENTO MENSAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS E MAIS, POR SEXO, SEGUNDO GRUPOS DE IDADE
- 1970 - CEARÁ

GRUPOS DE IDADE	RENDIMENTO MENSAL (SALÁRIO MÍNIMO = CR\$124,80) E SEXO											
	TOTAIS		ATÉ 1/2		MAIS DE 1/2 A 1		MAIS DE 1 A 1 1/2		MAIS DE 1 1/2 A 2		MAIS DE 2 A 3	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
TOTAL	1.408.971	1.520.506	229.492	132.921	405.388	38.342	112.537	24.255	60.555	10.289	43.274	8.136
10-14	274.113	278.914	18.613	10.087	10.543	564	444	101	69	13	19	13
15-19	228.897	249.055	41.678	27.875	44.364	3.407	6.863	2.338	1.843	331	666	223
20-24	181.041	205.601	35.836	24.595	58.360	6.210	19.805	5.893	7.749	1.759	4.650	1.137
25-29	128.963	147.968	25.369	14.269	50.079	4.835	16.457	4.285	8.445	1.695	5.947	1.320
30-39	206.322	234.532	37.195	21.007	83.839	7.885	27.678	5.574	15.845	2.580	12.215	2.026
40-49	164.717	172.916	27.588	15.579	68.854	6.950	20.669	3.284	13.089	1.880	10.147	1.673
50 OU MAIS IDADE IGNORADA	222.477	228.518	42.875	19.270	88.539	8.401	20.471	2.727	13.416	2.013	9.587	1.729

33 FONTE: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(continuação)

GRUPOS DE IDADE	RENDIMENTO MENSAL (SALÁRIO MÍNIMO = CR\$124,80) E SEXO											
	MAIS DE 3 A 5		MAIS DE 5 A 10		MAIS DE 10 A 20		MAIS DE 20		SEM RENDIMENTO		SEM DECLARAÇÃO	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
TOTAL	33.823	5.818	22.707	3.242	9.562	969	3.554	193	471.913	1.292.335	16.166	4.006
10-14	11	4	5	4	-	-	-	5	243.652	267.901	757	222
15-19	330	44	120	-	3	-	4	-	130.404	214.193	2.622	639
20-24	2.864	536	1.181	150	229	27	60	4	47.119	164.590	3.188	700
25-29	4.291	906	2.869	431	939	77	202	14	12.351	119.720	2.014	416
30-39	9.121	1.715	7.734	810	3.003	259	885	45	7.732	191.986	2.790	645
40-49	8.505	1.277	5.984	809	2.744	331	1.175	44	4.180	140.647	1.782	438
50 OU MAIS IDADE IGNORADA	8.656	1.324	6.494	1.035	2.636	275	1.228	81	26.034	190.774	2.541	839

FONTE: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

TABELA 19

PERCENTUAL DO RENDIMENTO MENSAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS E MAIS, POR SEXO, SEGUNDO GRUPOS DE IDADE
- 1970 - CEARÁ

GRUPOS DE IDADE	RENDIMENTO MENSAL (SALÁRIO MÍNIMO = CR\$124,80) E SEXO											
	TOTAIS		ATÉ 1/2		MAIS DE 1/2 A 1		MAIS DE 1 A 1 1/2		MAIS DE 1 1/2 A 2		MAIS DE 2 A 3	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
TOTAL	100	100	16,29	8,74	28,77	2,52	7,99	1,60	4,30	0,68	3,07	0,54
10-14	19,45	18,34	1,32	0,66	0,75	0,04	0,03	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00
15-19	16,25	16,38	2,96	1,83	3,15	0,22	0,49	0,15	0,13	0,02	0,05	0,01
20-24	12,85	13,52	2,54	1,62	4,14	0,41	1,41	0,39	0,55	0,12	0,33	0,07
25-29	9,15	9,73	1,80	0,94	3,55	0,32	1,17	0,28	0,60	0,11	0,42	0,09
30-39	14,64	15,42	2,64	1,38	5,95	0,52	1,96	0,37	1,12	0,17	0,87	0,13
40-49	11,69	11,37	1,96	1,02	4,89	0,46	1,47	0,22	0,93	0,12	0,72	0,11
50 OU MAIS IDADE IGNORADA	15,79	15,03	3,04	1,27	6,28	0,55	1,45	0,18	0,95	0,13	0,63	0,11
	0,17	0,20	0,02	0,02	0,06	0,01	0,01	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00

FONTE: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(continuação)

GRUPOS DE IDADE	RENDIMENTO MENSAL (SALÁRIO MÍNIMO = CR\$124,80) E SEXO											
	MAIS DE 3 A 5		MAIS DE 5 A 10		MAIS DE 10 A 20		MAIS DE 20		SEM RENDIMENTO		SEM DECLARAÇÃO	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
TOTAL	2,40	0,38	1,61	0,21	0,68	0,06	0,25	0,01	33,49	84,99	1,15	0,26
10-14	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	-	0,00	17,29	17,62	0,05	0,01
15-19	0,02	0,00	0,01	-	0,00	-	0,00	-	9,26	14,09	0,19	0,04
20-24	0,20	0,04	0,08	0,01	0,02	0,00	0,00	0,00	3,34	10,82	0,23	0,05
25-29	0,30	0,06	0,20	0,03	0,07	0,01	0,01	0,00	0,38	7,87	0,14	0,03
30-39	0,65	0,11	0,55	0,05	0,21	0,02	0,06	0,00	0,55	12,63	0,20	0,04
40-49	0,60	0,08	0,42	0,05	0,19	0,02	0,08	0,00	0,30	9,25	0,13	0,03
50 OU MAIS IDADE IGNORADA	0,61	0,09	0,46	0,07	0,19	0,02	0,09	0,01	1,85	12,55	0,18	0,06
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	-	0,03	0,17	0,03	0,00

FONTE: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

TABELA 20

RENDIMENTO MENSAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS E MAIS, POR SEXO, SEGUNDO GRUPOS DE IDADE
- 1980 - CEARÁ

GRUPOS DE IDADE	RENDIMENTO MENSAL (SALÁRIO MÍNIMO = CR\$4.149,60) E SEXO											
	TOTAIS		ATÉ 1/2		MAIS DE 1/2 A 1		MAIS DE 1 A 1 1/2		MAIS DE 1 1/2 A 2		MAIS DE 2 A 3	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
TOTAL	1 805.171	1 959.190	348.464	321.670	438.710	129.400	160.974	40.757	72.141	17.942	74.796	18.772
10-14	359.502	361.110	32.290	19.619	7.456	986	698	148	168	41	81	24
15-19	313.166	327.898	65.363	49.224	60.178	12.739	9.475	1.916	2.347	672	1.331	325
20-24	204.383	236.705	37.636	36.291	70.219	24.198	25.459	7.807	10.837	3.117	8.512	2.328
25-29	160.928	186.911	28.905	25.339	54.258	17.285	23.086	7.061	11.285	3.569	11.579	3.542
30-39	261.233	295.009	47.305	42.998	86.298	26.062	37.913	9.761	18.723	4.805	21.040	5.598
40-49	193.198	218.114	35.181	35.085	64.156	18.985	28.371	6.976	13.503	2.752	15.204	3.172
50 OU MAIS IDADE IGNORADA	310.224	330.674	101.147	112.422	95.323	28.895	35.697	7.008	16.153	2.966	16.871	3.728
	2.537	2.769	637	692	822	250	275	80	125	20	173	55

FONTE: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(continuação)

GRUPOS DE IDADE	RENDIMENTO MENSAL (SALÁRIO MÍNIMO = CR\$4.149,60) E SEXO											
	MAIS DE 3 A 5		MAIS DE 5 A 10		MAIS DE 10 A 20		MAIS DE 20		SEM RENDIMENTO		SEM DECLARAÇÃO	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
TOTAL	55.060	16.172	35.401	10.331	18.281	3.311	3.564	541	583.512	1.394.235	9.268	6.059
10-14	19	8	4	-	-	-	-	-	318.184	339.693	602	591
15-19	679	175	158	58	44	4	4	-	171.731	261.680	1.859	1.105
20-24	4.767	1.185	1.950	532	385	62	102	8	43.073	160.482	1.443	695
25-29	8.362	2.842	5.013	1.680	2.074	418	403	30	14.811	124.635	1.152	510
30-39	15.939	5.193	10.610	3.353	5.850	1.132	2.301	131	13.627	195.368	1.627	608
40-49	12.030	3.240	7.751	2.166	4.701	788	2.532	140	8.713	144.123	1.056	682
50 OU MAIS IDADE IGNORADA	13.182	3.483	9.840	2.515	5.202	887	3.206	232	13.090	166.663	1.513	1.850
	35	46	75	27	25	20	16	-	283	1.561	16	18

FONTE: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

TABELA 21

PERCENTUAL DO RENDIMENTO MENSAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS E MAIS, POR SEXO, SEGUNDO GRUPOS DE IDADE
- 1980 - CEARÁ

GRUPOS DE IDADE	RENDIMENTO MENSAL (SALÁRIO MÍNIMO = CR\$4.149,60) E SEXO											
	TOTAIS		ATÉ 1/2		MAIS DE 1/2 A 1		MAIS DE 1 A 1 1/2		MAIS DE 1 1/2 A 2		MAIS DE 2 A 3	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
TOTAL	100	100	19,30	16,42	24,30	6,60	8,92	2,08	4,00	0,92	4,14	0,96
10-14	19,92	18,43	1,79	1,00	0,41	0,05	0,04	0,01	0,01	0,00	0,00	0,00
15-19	17,35	16,74	3,62	2,51	3,33	0,65	0,52	0,10	0,13	0,03	0,07	0,02
20-24	11,32	12,08	2,08	1,85	3,89	1,24	1,41	0,40	0,60	0,16	0,47	0,12
25-29	8,91	9,54	1,60	1,29	3,01	0,88	1,28	0,36	0,63	0,18	0,64	0,18
30-39	14,47	15,06	2,62	2,19	4,78	1,33	2,10	0,50	1,04	0,25	1,17	0,29
40-49	10,70	11,13	1,95	1,79	3,55	0,97	1,57	0,36	0,75	0,14	0,84	0,16
50 OU MAIS	17,19	16,88	5,60	5,74	5,28	1,47	1,93	0,36	0,84	0,15	0,93	0,19
IDADE IGNORADA	0,14	0,14	0,04	0,04	0,05	0,01	0,02	0,00	0,01	0,00	0,01	0,00

FONTE: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(continuação)

GRUPOS DE IDADE	RENDIMENTO MENSAL (SALÁRIO MÍNIMO = CR\$4.149,60) E SEXO											
	MAIS DE 3 A 5		MAIS DE 5 A 10		MAIS DE 10 A 20		MAIS DE 20		SEM RENDIMENTO		SEM DECLARAÇÃO	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
TOTAL	3,05	0,83	1,96	0,53	1,01	0,17	0,47	0,03	32,32	71,16	0,51	0,31
10-14	0,00	0,00	0,00	-	-	-	-	-	17,63	17,34	0,03	0,03
15-19	0,04	0,01	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	-	9,51	13,36	0,10	0,06
20-24	0,26	0,06	0,11	0,03	0,02	0,00	0,01	0,00	2,39	3,19	0,03	0,04
25-29	0,46	0,15	0,28	0,09	0,11	0,02	0,02	0,00	0,82	6,36	0,06	0,03
30-39	0,38	0,27	0,59	0,17	0,32	0,06	0,13	0,01	0,75	9,97	0,09	0,03
40-49	0,67	0,17	0,43	0,11	0,26	0,04	0,14	0,01	0,48	7,36	0,06	0,03
50 OU MAIS	0,73	0,18	0,55	0,13	0,29	0,05	0,18	0,01	0,73	8,51	0,08	0,09
IDADE IGNORADA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,02	0,03	0,00	0,00

FONTE: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

TABELA 22

RENDIMENTO NOMINAL MÉDIO MENSAL DOS CHEFES DE DOMICÍLIOS, POR SEXO, SEGUNDO GRUPOS DE IDADE
- 1991 - CEARÁ

GRUPOS DE IDADE	RENDIMENTO NOMINAL MÉDIO MENSAL (SALÁRIO MÍNIMO=CR\$36.161,60) E SEXO											
	TOTAIS		ATÉ 1/2		MAIS DE 1/2 A 1		MAIS DE 1 A 1 1/2		MAIS DE 1 1/2 A 2		MAIS DE 2 A 3	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
TOTAL	1 103 330	241 582	294 003	84 881	359 562	76 700	147 622	24 759	69 649	10 898	77 104	11 169
10-14	470	117	168	52	173	34	63	9	22	1	17	5
15-19	9 403	1 756	3 139	605	3 621	482	1 340	178	411	62	336	65
20-24	73 793	7 374	20 772	2 147	27 108	2 334	11 178	982	5 183	373	4 418	359
25-29	140 852	13 610	34 527	3 750	46 506	4 149	21 311	1 835	11 000	770	11 168	855
30-39	275 269	38 386	61 367	10 442	83 446	11 217	39 840	5 031	20 112	2 240	23 794	2 697
40-49	230 650	46 037	54 951	14 049	71 365	18 822	32 438	5 385	14 623	2 261	17 996	2 633
50 OU MAIS	372 943	134 302	119 079	53 836	127 343	44 662	41 452	11 339	18 298	5 191	19 375	4 555

FONTE: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(continuação)

GRUPOS DE IDADE	RENDIMENTO NOMINAL MÉDIO MENSAL (SALÁRIO MÍNIMO=CR\$36.161,60) E SEXO											
	MAIS DE 3 A 5		MAIS DE 5 A 10		MAIS DE 10 A 20		MAIS DE 20		SEM RENDIMENTO		SEM DECLARAÇÃO	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
TOTAL	52 878	8 980	50 150	7 781	23 394	3 287	12 179	1 173	14 966	11 522	1 373	432
10-14	6	2	7	2	1	1	-	-	11	11	2	-
15-19	125	46	92	41	22	8	7	2	302	263	3	4
20-24	2 138	243	1 332	196	344	48	80	9	1 114	662	76	21
25-29	6 866	673	5 330	507	1 394	166	558	41	1 538	826	154	39
30-39	16 814	2 145	16 035	1 813	7 398	732	2 963	204	3 153	1 783	344	82
40-49	12 262	2 169	12 859	1 978	6 815	871	3 774	258	3 199	2 510	368	101
50 OU MAIS	14 614	3 702	14 495	3 244	7 420	1 462	4 797	659	5 649	5 467	421	185

FONTE: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

TABELA 23

PERCENTUAL DO RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DOS CHEFES DE DOMICÍLIOS, POR SEXO, SEGUNDO GRUPOS DE IDADE
- 1991 - CEARÁ

GRUPOS DE IDADE	RENDIMENTO NOMINAL MÉDIO MENSAL (SALÁRIO MÍNIMO=CR\$36.161,60) E SEXO											
	TOTAIS		ATÉ 1/2		MAIS DE 1/2 A 1		MAIS DE 1 A 1 1/2		MAIS DE 1 1/2 A 2		MAIS DE 2 A 3	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
TOTAL	100	100	26,65	35,14	32,59	31,75	13,33	10,25	6,31	4,51	6,99	4,62
10-14	0,04	0,05	0,02	0,02	0,02	0,01	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15-19	0,35	0,73	0,28	0,25	0,33	0,20	0,12	0,07	0,04	0,03	0,03	0,03
20-24	6,69	3,05	1,88	0,89	2,46	0,97	1,01	0,41	0,47	0,15	0,40	0,15
25-29	12,77	5,63	3,13	1,55	4,21	1,72	1,93	0,76	1,00	0,32	1,01	0,35
30-39	24,95	15,89	5,56	4,32	7,56	4,64	3,61	2,08	1,32	0,93	2,16	1,12
40-49	20,30	19,06	4,98	5,82	6,47	5,72	2,94	2,23	1,33	0,94	1,63	1,09
50 OU MAIS	33,30	55,59	10,79	22,28	11,54	18,49	3,76	4,69	1,66	2,15	1,76	1,39

FONTE: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(continuação)

GRUPOS DE IDADE	RENDIMENTO NOMINAL MÉDIO MENSAL (SALÁRIO MÍNIMO=CR\$36.161,60) E SEXO											
	MAIS DE 3 A 5		MAIS DE 5 A 10		MAIS DE 10 A 20		MAIS DE 20		SEM RENDIMENTO		SEM DECLARAÇÃO	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
TOTAL	4,79	3,72	4,55	3,22	2,17	1,36	1,10	0,49	1,36	4,77	0,12	0,18
10-14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00	0,00	-
15-19	0,01	0,02	0,01	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,11	0,00	0,00
20-24	0,20	0,10	0,12	0,08	0,03	0,02	0,01	0,00	0,10	0,27	0,01	0,01
25-29	0,62	0,28	0,48	0,21	0,17	0,07	0,05	0,02	0,14	0,34	0,01	0,02
30-39	1,52	0,89	1,45	0,75	0,67	0,30	0,27	0,08	0,29	0,74	0,03	0,03
40-49	1,11	0,90	1,17	0,82	0,62	0,36	0,34	0,11	0,29	1,04	0,03	0,04
50 OU MAIS	1,32	1,53	1,31	1,34	0,67	0,61	0,43	0,27	0,51	2,26	0,04	0,08

FONTE: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

CAPÍTULO 2

DECISÕES DE CONSUMO DAS FAMÍLIAS: QUESTÕES TEÓRICAS

2.1 - DECISÕES EM NÍVEL MICROECONÔMICO

2.1.1 - ASPECTOS CONCEITUAIS

As decisões de consumo das famílias são as decisões de escolha de um bem e da quantidade que deverá consumi-lo. São, também, as decisões de quanto gastar hoje e de quanto poupar para gastar futuramente.

Para melhor compreensão deste processo decisivo, faz-se necessário uma abordagem da teoria do comportamento do consumidor, a fim de se conhecer suas preferências e, por sua vez, sua demanda.

Considerando-se a existência de uma grande quantidade de bens e serviços diferentes ofertados no mercado, o consumidor é um indivíduo ou unidade familiar, portador de uma renda monetária limitada, que procura gastá-la de modo a obter o máximo de satisfação, ou seja, buscando maximizar seu bem-estar econômico.

O comportamento do consumidor pode ser explicado através de uma ordenação cardinal, uma ordenação ordinal ou pela teoria da preferência revelada. Estas são as três construções teóricas que pode-se encontrar na literatura econômica.

Como o propósito da atividade econômica é a produção de bens e serviços para satisfazer as necessidades humanas, então tais bens e serviços possuem utilidade. Uma

característica importante da teoria da utilidade é que um bem pode ser substituído por outro no consumo, de tal modo que o nível de utilidade total permaneça o mesmo.

A teoria da utilidade cardinal é obtida enumerando-se as cestas de mercadorias, de modo que se o valor da utilidade obtida com o consumo uma cesta "A" for maior que aquele de uma cesta "B", então a cesta "A" é preferida à "B". Esta função utilidade pode ser representada por equações matemáticas, tais que cada uma deve ser identificada por um número, ou seja, quantificada. Portanto, supõe-se que é possível medir o nível de utilidade de qualquer cesta através de uma medida homogênea, tal como uma medida métrica ou de peso.

As propriedades cardinais da função de utilidade podem ser destacadas para analisar escolhas de risco e para se comparar as utilidades dos consumidores. Portanto, para maximizar a utilidade do consumidor, será abordado o princípio da utilidade marginal decrescente.

Antes de mais nada, a utilidade marginal mede a satisfação adicional, obtida mediante o consumo de uma quantidade adicional de um bem. Supõe-se que a utilidade marginal é decrescente. Este princípio da utilidade marginal decrescente designa que: à medida que o consumo individual, de um dado bem, aumenta, a utilidade marginal do bem diminuirá para o consumidor. Na teoria cardinal da utilidade considere-se que a moeda (renda) é um bem especial, cuja utilidade marginal é constante. Isto é importante para se determinar a função demanda. Assim, suprimindo-se uma renda determinada para o consumidor e uma certa estrutura de preços dos bens e serviços, por exemplo, dois bens "A" e "B"; supondo-se ainda que o consumidor maximiza a sua função utilidade, pode-se então concluir que

$$U_A \times P_A = U_B \times P_B = U_M$$

onde U_A e U_B = utilidade marginal de "A" e "B", respectivamente; P_A e P_B = preços de "A" e "B"; U_M = utilidade marginal da moeda (renda), cujo preço é unitário por ser o bem numerário. Desta relação encontra-se a função demanda dos bens "A" e "B". A dificuldade prática desta teoria é que não se tem como medir a utilidade obtida ao se consumir cada bem. Por isso, ela não progrediu para aplicações empíricas.

A teoria da utilidade ordinal, por sua vez, supõe que os indivíduos ordenam os níveis de satisfação na seqüência da menor para a maior, não indicando, porém, a dimensão em que a utilidade é alcançada. Esta teoria é suficiente, na maioria dos casos, para entendermos de que forma são tomadas as decisões de consumo. Pois, segundo a Lei da Parcimônia, quando duas teorias têm o mesmo poder de previsão, aquela que tiver menos hipóteses é preferida. Contudo, estas decisões de consumo são, portanto, função de uma dada escala de preferências, ordenada pelo consumidor.⁽³⁾

Com a finalidade de escolher uma cesta de bens (conjunto de mercadorias) que lhe seja satisfatória, o consumidor deve ter pleno conhecimento das características do bem ou serviço ofertado, bem como de sua própria renda monetária.

Levando em conta a racionalidade humana, o consumidor ou prefere uma dada cesta de bens ao invés de outra, ou se mostra indiferente a ambas, ou seja, qualquer destas duas cestas lhe proporcionará o mesmo nível de satisfação. As preferências são também transitivas, ou seja, se a cesta "A" é preferível a cesta "B", e a cesta "B" é preferível a cesta "C", então a cesta "A" é preferível a cesta "C".

Considerando os preços desprezíveis, todas as mercadorias são desejáveis, por isso sempre se preferirá uma cesta (combinação de bens) maior que uma menor.

⁽³⁾ Michel, Nelson Emilio

Estas combinações são vistas através das curvas de indiferença. Estas são negativamente inclinadas, podendo uma mercadoria ser substituída por outra, de modo a manter a mesma satisfação; não se interceptam, para que não haja ambigüidade; e são côncavas para cima. O mapa de indiferença oferece uma ordenação ordinal de todas as escolhas que um consumidor possa fazer. E, por meio dele chega-se às preferências do consumidor.

O consumidor atingirá seu máximo de satisfação no ponto onde a curva de indiferença tangenciar a reta de orçamento. Este ponto, onde o consumidor gasta toda a sua renda na compra de bens, é chamado de ponto de equilíbrio. Para se chegar à este ponto, a taxa marginal de substituição (TMS) de um bem Y pela de um bem X deve ser igual à relação entre o preço do bem X e o preço do bem Y. A TMS de Y por X corresponde a quantidade de X que um indivíduo sacrifica para obter uma unidade adicional de Y. Ela decresce à medida que nos movemos para baixo ao longo da curva de indiferença.

Para se entender o comportamento do consumidor, além das preferências, tem-se que considerar as restrições orçamentárias, as quais limitam as escolhas do consumidor. Assim, a quantia gasta na compra de bens ou serviços deve ser igual ou menor à sua renda monetária, a qual é limitada.

Contudo, o poder aquisitivo do consumidor, ou seja, sua possibilidade de adquirir mercadorias, é determinado não apenas por sua renda, mas também pelos preços. Pois, quando o preço de uma mercadoria consumida por um indivíduo aumenta, este irá consumi-la menos, e passará a consumir mais de uma outra mercadoria, desde que esta não tenha aumentado seu preço.

Ademais, conhecendo as preferências do consumidor e suas restrições orçamentárias, pode-se determinar as escolhas do consumidor, ou seja, quanto ele desejará adquirir de cada mercadoria, de modo a maximizar seu grau de satisfação.

Outra construção teórica que permite se entender o comportamento do consumidor é a teoria da preferência revelada. Esta, ao contrário das duas anteriormente citadas, tem como ponto de partida a demanda do consumidor.

Conforme a teoria da preferência revelada, quando preço e renda variarem, podemos saber as preferências do consumidor, através de suas escolhas. Pois, quando o consumidor opta por adquirir uma cesta de bens mais dispendiosa que uma outra cesta, então ele está revelando sua preferência por ela.

Uma variação no preço nominal, permanecendo a renda monetária nominal constante, pode ocasionar uma alteração na escolha do consumidor por uma determinada cesta de mercadoria. Assim sendo, a quantidade demandada de um bem varia inversamente proporcional com o preço, permanecendo inalterados a renda nominal e os preços dos demais bens.

Contudo, uma variação na renda, também, surte efeitos. A ligação dos pontos de equilíbrio (anteriormente citado) dos orçamentos resultantes de vários níveis de renda monetária a preços constantes, formará a curva de renda-consumo. Desta curva pode-se derivar a curva de Engel, a qual relaciona a quantidade consumida de uma mercadoria com a renda dos consumidores. Ela é importante para analisar as variações das despesas do consumidor face à sua renda, ajudando-o a alocar esta renda com maior eficácia.

A curva de Engel apresentará inclinação positiva, quando os bens forem *normais* ou *superiores*, ou seja, quando a renda aumenta, a quantidade demandada pelo consumidor

aumenta, e apresentará inclinação negativa, quando os bens forem *inferiores*, ou seja, quando a renda aumenta, a quantidade demandada pelo consumidor diminui.

Contudo, sabe-se que as curvas de demanda relaciona o preço de um bem com a sua quantidade demandada, mantendo-se constantes as preferências, a renda e os preços dos outros bens. Porém, para muitos bens, a demanda relaciona-se com o consumo e preços de outras mercadorias. É o caso de bens substitutos e bens complementares. Quanto ao primeiro, um aumento no preço de um deles ocasiona um aumento na quantidade demandada do outro; como por exemplo: carne bovina e frango. E, quanto ao segundo, um aumento no preço de um deles ocasiona uma redução na quantidade demandada do outro; como por exemplo: raquete e bola de tênis.

Os efeitos de uma variação no preço relativo, ou seja, de uma mudança na forma pela qual o consumidor pode trocar um bem por outro, sobre a quantidade demandada de um bem são dois: efeito-substituição e efeito-renda. O efeito-substituição é aquele onde o nível de satisfação permanece constante, e o preço varia. O efeito-renda é aquele no qual o preço permanece constante, e o nível de satisfação varia. Ele mede a variação do poder aquisitivo do consumidor, e pode ser positivo, para casos de bens normais, ou negativo, para casos de bens inferiores. Para que o efeito-renda seja positivo, um aumento na renda real deverá provocar um aumento na quantidade demandada, e vice-versa. E, para que ele seja negativo, um aumento na renda deverá provocar uma queda no consumo.

Pode-se determinar o valor dos benefícios que as pessoas recebem ao consumir um produto, através do excedente econômico. Este é a diferença entre o valor que o consumidor estaria disposto a pagar por um bem e o valor que ele realmente paga ao adquirir esse bem. É através dele que pode-se saber em quanto aumentou o bem-estar do consumidor.

Contudo, existem fatores que podem influenciar o desejo e a satisfação do consumidor, como embalagem e propaganda dos bens. Eles podem diferenciar bens que na sua essência são iguais, a fim de impressionar o consumidor. A durabilidade dos bens é um outro fator, pois muitos bens têm curta duração de vida útil, ficando obsoletos num período de tempo, muitas vezes já planejado, deixando assim o consumidor menos satisfeito. E, por fim, os aumentos, com frequência, dos preços, dando a impressão de que o consumidor está perdendo seu poder aquisitivo que, muitas vezes, não são repostos pelos reajustes salariais.

Portanto, estes fatores podem aumentar ou diminuir a sensação de um bem-estar econômico do consumidor.

Assim, para se descobrir a demanda do mercado, pode-se juntar as demandas individuais dos consumidores. Muitas vezes, a demanda de um consumidor depende das demais. Quando isto ocorre, diz-se que há uma externalidade de rede, ou seja, a decisão de compra de um bem tomada por um consumidor é influenciada pela de outros que já tenham adquirido este bem.

Uma externalidade de rede pode ser positiva ou negativa. O efeito imitação é um exemplo de externalidade de rede positiva, e o efeito esnobação é um exemplo de externalidade de rede negativa. Ambos se dão quando a quantidade de um bem demandada por um consumidor típico aumenta. Porém, isto ocorre no efeito imitação em virtude de outros já terem adquirido esse bem, ou por estar na moda. Enquanto que, no efeito esnobação isto ocorre devido uma queda no número de consumidores deste bem, proporcionando assim uma aquisição de bens exclusivos ou raros.

A decisão de quanto consumir é uma decisão sobre o gasto do dinheiro agora ao invés de reter o dinheiro para financiar o consumo futuro. A base apropriada para a teoria do

consumo é, portanto, a teoria da escolha intertemporal (escolhas de consumo ao longo do tempo), a qual formaliza o dilema entre o consumo presente e o consumo futuro.

O consumidor, o qual possui uma riqueza de ativos, recebe uma renda de trabalho, que pode ser em forma de salários, e uma renda de capital, que são os rendimentos vindos de aluguéis, dividendos, juros e outros, que, por sua vez, resultam de decisões de investimentos anteriores. Esta última depende do bem e escolha do portfólio do consumidor. A primeira está sujeita a imprevistos choques, como desemprego para um trabalhador, ou uma pobre colheita para um agricultor.

O modelo do ciclo da vida explica o caminho no qual o consumo evolui com o período durante a vida dos indivíduos e famílias. Ele trabalha com dois períodos: o hoje e o amanhã. Os consumidores devem escolher quando gastar seus recursos existentes conforme suas necessidades e gostos. E, esse consumo é financiado pela existência de salários, renda, etc, ou pela herança de bens.

A preferência, por sua vez, é função de uma série de preferências intertemporais. Conforme a convexidade delas, o consumidor prefere consumir uma quantidade média em cada período, ao invés de consumir muito hoje e nada amanhã, ou vice-versa.

A restrição orçamentária para o consumo intertemporal expressa-se em termos de valor presente, onde o preço do período $T+1$ é medido em relação ao período T , ou em termos de valor futuro, onde ocorre o contrário.

A expectativa de um indivíduo reflete a incerteza sobre lucros futuros e rendimentos de trabalho.

Se o consumidor não gastar sua renda toda no consumo, num certo período T , ele ganhará juros pela quantidade poupada. Assim, seu consumo num período $T+1$ será igual a

sua renda no período T mais a quantidade que ele poupar neste período mais os juros que ele ganhar por suas poupanças.

O preço relativo de consumo de diferentes períodos são preditos pelas taxas de juros. Assim, os consumidores têm um incentivo para adiar consumo quando retornos são elevados. Eles decidem ser prestador ou tomador de empréstimos, de acordo com a variação da taxa de juros. Se o consumidor for um prestador, no caso de uma elevação na taxa de juros, ele deverá continuar a ser um prestador. Mas, se ele for um tomador de empréstimos e, neste mesmo caso, ele ainda quiser continuar a ser, sua situação irá piorar.

2.1.2 - TEORIA DO CONSUMIDOR, ÍNDICE DE PREÇOS E PADRÃO DE VIDA

Em economia, padrão de vida refere-se às quantidades de bens e serviços, normalmente, consumidas por uma pessoa com uma dada renda.

Devido às dificuldades de uma comparação minuciosa de mudanças nos padrões de vida, a renda monetária é geralmente usada como um critério de aproximada exatidão. Quando a renda sobe, o consumidor pode fazer maiores e mais diversificadas compras. Em consequência, as mudanças na renda comumente indicam movimentos nos padrões de vida. Mais precisamente, deve-se descontar as variações nos preços dos bens e serviços. Um grande aumento nos preços pode eliminar, totalmente, o benefício decorrente de um aumento salarial. O ajustamento se faz através de um índice de preço que indica o valor real de uma renda monetária, quer dizer, os bens e serviços que ele pode comprar. A existência de um razoável intervalo de tempo entre variações de preços e reajustes salariais, permite ao consumidor (trabalhador) manter o mesmo padrão de vida, frente a possíveis aumentos de custo de vida que possam ocorrer, vindos de elevações de preços. Porém, é impossível

medir com exatidão as mudanças nos padrões de consumo (padrões de vida), pois a qualidade e o tipo dos bens consumidos podem alterar-se acentuadamente.

Conceitua-se custo de vida como sendo a despesa necessária para manter um determinado padrão de vida. Face a uma variação de preços, o consumidor que desejar manter constante o seu custo de vida, deverá acrescentar um montante à sua renda, de modo a mantê-lo no mesmo nível de utilidade (mesmo padrão de vida). Este montante deverá equivaler ao aumento dos preços dos bens e serviços consumidos. Não há uma única e constante medida do custo de vida para uma comunidade no seu conjunto, uma vez que os hábitos pessoais de dispêndio são diferentes e se alteram no tempo. Os índices de custo de vida devem, portanto, ser entendidos como medidas, mais ou menos fidedignas, das tendências gerais nos preços que afetam uma dada comunidade, ou seja, é uma média ponderada dos preços de cada período.

A análise da variação do consumo de um indivíduo, entre um período e outro, que se dá devido uma alteração de preços, pode ser feita através de um índice de preços. E, podem ser feitos para um conjunto de consumidores ou para toda uma população, e para um grande número de produtos.

Para elaborar um índice de custo de vida, é preciso investigar o gasto de uma amostra de unidades familiares representativas, pertencentes ao grupo cujo custo de vida se deseja determinar. Essa investigação mostra o dispêndio de cada bem e de cada serviço, dentro do período em exame, pelos membros do grupo como um todo.

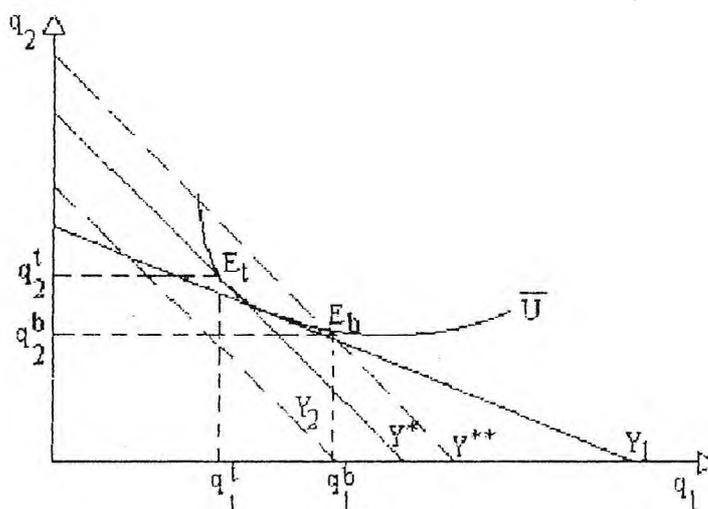
Para fazer comparações significativas de padrões de vida, ou seja, saber se o consumidor melhorou seu padrão de vida num certo período em relação ao período anterior, deve-se supor que ele mantenha seus gostos (mapa de preferências) constantes durante este período de tempo considerado.

A abordagem que se segue é, na verdade, baseada no conteúdo exposto por Melo (1976). Como visto anteriormente, a estrutura de gastos de um consumidor depende dos preços relativos e da renda (restrição orçamentária). Se o preço de um bem aumenta, o consumidor precisa ter sua renda nominal aumentada para manter o mesmo nível de satisfação. Portanto, se inicialmente a renda for de Y_1 a nova renda para compensar o aumento de preços será Y^* ($Y^* > Y_1$). A razão $M = Y^*/Y_1$ chama-se Índice de Custo de Vida. Como se supõe que o indivíduo gasta toda sua renda, tal relação é uma razão entre a despesa em dois momentos distintos para se manter a mesma satisfação. Por isso,

$$M = \frac{\sum_{i=1}^n p_i^t q_i^t}{\sum_{i=1}^n p_i^b q_i^b}$$

A figura 1 ilustra claramente esta situação de consumo, para dois bens q_1 e q_2 .

FIGURA 1



De acordo com a figura 1, o consumidor tinha inicialmente uma renda Y_1 , estando em equilíbrio $E_b (q_1^b, q_2^b)$. Com o aumento dos preços de q_1 e q_2 entre os períodos base (b) e o período (t), a renda se reduziu para Y_2 (linha tracejada). Para que o consumidor voltasse para a mesma curva de indiferença \bar{U} , a renda foi aumentada para Y^* (linha cheia), dando o novo equilíbrio $E_t (q_1^t, q_2^t)$.

A razão $M = Y^*/Y_1$ representa uma expressão teórica de difícil mensuração, pois depende dos dados reais sobre preços e quantidades. Para superar esta dificuldade, os economistas recorrem aos índices estatísticos de preços, que passam a funcionar como valores aproximados do custo de vida. O índice de preços de Laspeyres (L) ⁽⁴⁾ é comumente utilizado, porque reflete de maneira mais aproximada o verdadeiro índice de custo de vida. Em termos formais

$$L = \frac{\sum_{i=1}^n p_i^t q_i^b}{\sum_{i=1}^n p_i^b q_i^b}$$

que é o índice M na hipótese de que a quantidade consumida no período base se mantém no período t ($q_i^t = q_i^b$). Neste caso, a renda compensatória Y^* deverá ser aquela necessária para o consumidor alcançar o nível de satisfação inicial, mas consumindo a mesma cesta de mercadorias anterior. Considerando que esta nova renda seja Y^{**} , ($Y^{**} > Y^*$), encontra-se uma nova relação

$$M^* = L = \frac{Y^{**}}{Y_1} \quad (\text{Ver figura 1})$$

⁽⁴⁾ Os índices de Paasche, dentre outros, também são utilizados. Cada um deles tem desvios em relação ao verdadeiro índice. O índice de Laspeyres tende a superestimar o índice de custo de vida.

Comparando-se M com L, tem-se

$$\frac{M}{L} = \frac{\frac{\sum_{i=1}^n p_i^t q_i^t}{\sum_{i=1}^n p_i^b q_i^b}}{\frac{\sum_{i=1}^n p_i^t q_i^b}{\sum_{i=1}^n p_i^b q_i^b}}, \quad \text{ou}$$

$$\frac{M}{L} = \frac{\sum_{i=1}^n p_i^t q_i^t}{\sum_{i=1}^n p_i^t q_i^b}, \quad \text{que é um índice quantum .}$$

Este índice mostra a mudança na estrutura de consumo dos bens e serviços, na hipótese do consumo se realizar aos preços atuais. Nesta monografia, far-se-á uma análise das mudanças nas quantidades consumidas pelas famílias de Fortaleza para os anos de 1965, 1971 e 1991.

Voltando ao índice de Laspeyres, nota-se que o mesmo pode ser reescrito como:

$$L = \sum_{i=1}^n \frac{p_i^t}{p_i^b} \left[\frac{p_i^b q_i^b}{\sum_{i=1}^n p_i^b p_i^b} \right], \quad \text{Fazendo-se } W_i^b = \frac{p_i^b q_i^b}{\sum_{i=1}^n p_i^b p_i^b},$$

$$\text{tem-se: } L = \sum_{i=1}^n \frac{p_i^t}{p_i^b} \cdot W_i^b$$

Assim, o índice de preços L expressa a variação de preços supondo-se que os consumidores mantêm constante, para cada produto, a proporção da renda gasta no período base (W_i^b). Isto é importante, porque esta proporção pode ser obtida periodicamente através das Pesquisas de Orçamento Familiar (POF). Por este motivo, na parte empírica deste trabalho, além da avaliação das quantidades consumidas nos anos de referência, far-se-á uma análise do comportamento dos gastos das famílias (consumidores) nos anos 1961/62, 1971/72 e 1987/88, para os quais se dispõe das POF's para Fortaleza.

2.2 - DECISÕES EM NÍVEL MACROECONÔMICO

O comportamento do consumo a nível macroeconômico pode ser estudado através da seguinte função de consumo Keynesiana simples:

$$C = c \times YD \qquad 0 < c < 1$$

onde c é a propensão média a consumir, C é o consumo, e YD é a renda disponível. A equação mostra que o consumo é diretamente proporcional à renda disponível, e é geralmente responsável por mais de 60% da demanda agregada. A função consumo implica que a proporção de consumo em relação à renda, C/YD , é constante e independente do nível de renda.

Portanto, parte da renda do consumidor, que não é gasta no consumo, é poupada, estando, assim, disponível para financiar o investimento, bem como, o déficit orçamentário do governo e a aquisição de ativos de estrangeiros. Isto se dá, devido a poupança ser igual ao investimento mais déficit do governo mais superávit em conta corrente.

Com o propósito de manter perfis de consumo regulares no decorrer de suas vidas, os indivíduos comportam-se de acordo com suas oportunidades de consumo de longo

prazo: renda permanente ou renda de vida mais a riqueza. Assim, não só a renda corrente, mas também a riqueza e a renda esperada, determinam os gastos com consumo.

Contudo, existem duas teorias básicas do consumo: a teoria do ciclo de vida e a teoria da renda permanente.

A hipótese do ciclo de vida designa que indivíduos planejam seu comportamento de consumo e poupança no decorrer de longos períodos, a fim de alocar seu consumo de maneira mais satisfatória ao longo de sua vida. Por isso, ela é também uma teoria do ciclo de vida da poupança. Esta implica que os indivíduos poupam, enquanto trabalham, para financiarem seus consumos durante a aposentadoria, onde sua renda corrente é zero, ou seja, as poupanças são resultantes dos seus desejos em viabilizarem o consumo na velhice. Assim, a propensão a consumir da renda disponível e a propensão a consumir da riqueza dependem da idade do indivíduo. Isto significa que quando a renda é alta em relação à renda média da vida, a poupança é alta, e quando a renda é baixa, também em relação à renda média da vida, ocorre uma despoupança.

Contudo, a poupança agregada depende da taxa de crescimento da economia e de fatores como a distribuição etária da população.

O consumo no decorrer da vida de um indivíduo não pode exceder sua renda da vida, a não ser que ele tenha nascido rico (caso que será examinado mais adiante). Portanto, ele deverá distribuir seu consumo, procurando mantê-lo constante. Ao invés dele consumir muito hoje, e pouco amanhã, é preferível consumir quantidades iguais em cada período, pois se não o fizer, de acordo com a teoria da utilidade marginal decrescente, à medida que se vai consumindo, chega-se a um ponto de saciedade, onde a partir daí, o que ele consumir diminuirá sua satisfação, causando, portanto, insatisfação, devido o excesso de consumo ou consumo exagerado. Assim, ele só melhorará sua situação se transferir algum consumo para

o período de “fome”. Portanto, sempre haverá um ganho transferindo consumo, enquanto houver alguma diferença no consumo entre os dois períodos.

No entanto, supondo-se que o indivíduo tenha nascido rico, ou seja, tenha recebido alguma riqueza no início de sua vida, através de doações ou heranças, ele deverá levá-la em consideração, quando for calcular seu consumo para a vida inteira. Portanto, a nova função consumo será:

$$C = a WR + c YL$$

onde os coeficientes a e c são, respectivamente, propensões marginais a consumir da riqueza, e da renda do trabalho, WR é o estoque de riqueza, e YL é a renda do trabalho.

Conforme esta equação, nota-se que não só a renda do trabalho, como também a riqueza, afetam as decisões de consumo do indivíduo.

Vale destacar, que as propensões marginais a e c relacionam-se com a posição do indivíduo no ciclo de vida. Quanto mais próximo do fim da vida ele estiver, mais alta será a propensão marginal a consumir da riqueza. Assim, quanto maior a porcentagem de idosos na população de um país, menor será sua taxa de poupança.

Contudo, existe um argumento feito por *Laurence Kotlikoff* e *Lawrence Summers* ⁽⁵⁾ sugerindo que os indivíduos poupam principalmente para passar riqueza aos seus descendentes, ou seja, prover heranças, pois o volume de riqueza na economia é muito grande para que eles tenham poupado para a sua aposentadoria.

A segunda teoria do consumo é a teoria da renda permanente, a qual é um trabalho de *Milton Friedman* ⁽⁶⁾. Esta teoria defende que as pessoas geram seu

⁽⁵⁾ “The Role of Intergenerational Transfers in Aggregate Capital Accumulation”, *Journal of Political Economy*, agosto de 1981.

⁽⁶⁾ *Milton Friedman, A Theory of the consumption Function* Princeton, N.J., Princeton University Press, 1957.

comportamento de consumo em relação às oportunidades de consumo de longo prazo e não de acordo com o nível de renda corrente, pois esta é apenas um dos determinantes dos gastos com consumo. Estes, que por sua vez são gerados em relação à renda permanente ou média ou de longo prazo, são essencialmente iguais aos da teoria do ciclo de vida.

A hipótese da renda permanente do comportamento do consumo designa que o consumo é proporcional à renda permanente, e é expresso desta maneira:

$$C = c \times YP$$

onde YP é a renda permanente (disponível). Por isso, um aumento de 6% na renda permanente, aumenta o consumo, também, em 6%.

A renda permanente é, portanto, a taxa constante de consumo que um indivíduo pode manter para o resto de sua vida, dado o nível presente de riqueza e renda ganhos hoje e no futuro. Ela é a média ponderada das rendas corrente e passada.

No entanto, um aumento real na renda, não significa necessariamente um aumento na renda esperada ou permanente, pois este aumento pode ser transitório, ou seja, quando o indivíduo recebe uma remuneração excepcionalmente alta num dado ano, ele deverá ver este aumento, como transitório. Porém, ele poderá ter um aumento permanente, se, por exemplo, for promovido a um cargo mais elevado. Isto implica que a propensão a consumir da renda permanente é mais alta que a propensão a consumir da renda transitória.

Entretanto, o ajustamento do consumo frente à um aumento na renda, se dá lentamente, de maneira que, a curto prazo, este aumento causa um declínio na propensão média a consumir, porque os indivíduos não antecipam que esse aumento persistirá ou será permanente. Uma vez observado que o aumento realmente persiste, então eles ajustam totalmente seu consumo de acordo com a renda permanente mais alta.

Contudo, as duas teorias são complementares, e não competitivas. Porém, a hipótese do ciclo de vida concentra-se mais nos motivos que levam à poupança do que a hipótese da renda permanente, e apresenta razões para incluir a riqueza, assim como a renda na função consumo. Por outro lado, a hipótese da renda permanente concentra-se mais na formação de expectativas da renda futura do que a hipótese do ciclo de vida.

Vale, ainda, destacar, que a taxa de consumo e, portanto, de poupança, poderia em princípio ser afetada pela taxa de juros. A primeira vista, pensa-se que um aumento na taxa de juros, torna a poupança mais atrativa, devido o seu retorno ser maior. Porém, isto nem sempre acontece, pois suponha que um indivíduo poupe um volume que garanta que 1.000 reais por ano estarão disponíveis para a aposentadoria. Suponha, também, que a taxa de juros seja de 5%, e ele esteja poupando 100 reais por ano. Então, com um aumento na taxa de juros, passando para 10%, ele precisará poupar menos para obter a mesma quantia na aposentadoria. Por isso, na maioria dos casos a taxa de juros apresenta pequeno efeito sobre a poupança.

2.3- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para se compreender as decisões de consumo em nível microeconômico, utilizou-se a teoria do comportamento do consumidor, a qual, a partir das funções utilidade ou das curvas de indiferença individuais, deriva-se a função demanda; por outro lado, utiliza-se a teoria da preferência revelada, a qual inversamente à primeira, parte da demanda para a escala de preferências.

Constatou-se aqui, que os fatores que influenciam as decisões de consumo são renda, preços, propagandas, embalagens, e outros.

No agregado, as decisões de consumo em nível macroeconômico são entendidas pelas funções consumo, destacando-se: a teoria do ciclo de vida, a qual designa que o consumidor planeja seu consumo e poupança ao longo da vida, alocando-os de modo a satisfazer-se plenamente; e a teoria da renda permanente, a qual designa que o consumidor comporta-se conforme as oportunidades de consumo de longo prazo.

As decisões de consumo são, portanto, as decisões de escolha de um bem, e de quanto e quando consumi-lo.

As teorias aqui apresentadas, mesmo que de forma simplificada, ajudarão a compreender os resultados do comportamento do consumo das famílias de Fortaleza, os quais serão abordados no capítulo 3. Nele, pode-se verificar os produtos e as quantidades que os indivíduos realmente consumiram, quanto este consumo representou em seus orçamentos, e como eles distribuíram suas rendas ao longo dos anos.

CAPÍTULO 3

CONSUMO DE PRODUTOS INDUSTRIAIS

3.1- METODOLOGIA

Para se analisar a evolução do consumo das famílias de Fortaleza, utilizarei as pesquisas de 1965, 1971 e 1991, realizadas pelo BNB. Elas foram feitas entrevistando-se diretamente os domicílios desta cidade. As informações aqui agregadas possibilitam o conhecimento e comparação do consumo efetivo dos produtos industriais comercializados em Fortaleza.

Na pesquisa realizada para o ano de 1965, constatou-se existir em Fortaleza um universo de 115.000 domicílios, dos quais 944, correspondendo a 0,82% deste universo, foram selecionados para a coleta de dados. Esta pesquisa, feita por amostragem, compreendeu 160 produtos.

Entretanto, para o ano de 1971, constatou-se a existência de 154.414 domicílios, dos quais 1.008, correspondendo a 0,65% do total, foram selecionados para a coleta de dados. Esta pesquisa compreendeu mais de uma centena de produtos.⁽⁷⁾

E, para o ano de 1991 constatou-se a existência de 427.000 domicílios cadastrados e não cadastrados (favelas e não favelados). Porém, somente em 2.412 domicílios, correspondendo a 0,56% do total, foram coletados os dados. Esta é a pesquisa mais recente que compreendeu 321 produtos.

⁽⁷⁾ Não foi divulgado exatamente quantos produtos compreendeu esta pesquisa.

A classificação dos produtos, que é a mesma para os três anos pesquisados, é a seguinte: a) Produtos alimentares; b) Produtos de vestuário; c) Calçados e artigos de couro, plástico e borracha; d) Produtos de limpeza doméstica; e) Produtos de higiene pessoal; f) Bens duráveis de uso pessoal; g) Bens duráveis de uso domiciliar; h) Produtos diversos.

No entanto, os produtos considerados essenciais, independentemente de tipo e qualidade, foram efetivamente consumidos por toda a população investigada de Fortaleza, em quantidades que diferem de acordo com a renda "per capita" mensal dos consumidores. Porém, os produtos que são de consumo eventual e supérfluo, e até mesmo os que apresentam preços acessíveis somente à classe de renda mais elevada, são consumidos com pouca frequência.

A fidedignidade das informações obtidas, através das pesquisas realizadas, podem ser avaliadas considerando um erro relativo de amostragem de 5%.

Os índices de consumo anual e disponibilidade média "per capita" dos produtos industriais pesquisados, permite-nos observar a evolução do consumo ao longo dos anos de 1965, 1971 e 1991.

3.2- COMPORTAMENTO DO CONSUMO

3.2.1- PRODUTOS ALIMENTARES

Para os anos de 1965, 1971 e 1991, foram incluídos na pesquisa realizada, respectivamente, 32, 35 e 78 produtos alimentares, todos eles caracteristicamente de consumo individual, razão porque os cálculos de estimativas e projeções de seus consumos

baseiam-se na população levantada e estimada para a cidade de Fortaleza, a partir da amostra.

De acordo com a TABELA 24, nota-se que 22 produtos são comuns aos três anos, permitindo-nos, portanto, uma análise da evolução destes.

Observando os GRÁFICOS 1, 2 e 3, constatou-se que destes 22 produtos, 4 mantiveram percentuais de consumo superiores a 50% dos domicílios, no período de 1965 a 1991. São eles: macarrão, biscoito e bolacha, vinagre e óleo vegetal. Outros produtos como, açúcar, café e sal, os quais foram incluídos a partir da pesquisa de 1971, e arroz, o qual foi incluído somente na pesquisa de 1991, foram consumidos em quase 100% dos domicílios analisados. Constatou-se que dos 22 produtos, também, 4 mantiveram percentuais de consumo domiciliar abaixo de 10%, nos três anos analisados. São eles: suco de tomate, massa de tomate, geléia, doces em calda.

Vale destacar, que a manteiga obteve seu consumo reduzido. Pois, em 1965, 61% dos domicílios consumiam manteiga, em 1971 este percentual foi para 43%, e em 1991, foi para 15%. Com isto, conclui-se que a manteiga foi substituída pela margarina, pois esta apresenta um preço mais acessível, e obteve um crescimento no seu índice de consumo médio, atingindo no último ano pesquisado (1991) 3,575 Kg/ano per capita, o qual chegou a ser superior ao maior índice alcançado pela manteiga em 1965, que foi de 2,349 Kg/ano per capita.

Os dados apresentados na TABELA 24, revelam que houve um crescente consumo "per capita" anual médio, no decorrer dos anos em análise, em 8 produtos, a saber, fubá, biscoito, leite condensado, leite em pó, macarrão, margarina, óleo vegetal de soja e queijo. E, ocorreu um decréscimo deste índice nos produtos vinagre, suco de tomate, peixe em conserva, molho de tomate, massa de tomate, manteiga, doce caseiro, doce em

calda, doce em massa, carne em conserva e banha de porco, sendo que este último obteve uma queda mais notável que os demais. Isto evidencia que os hábitos alimentares das famílias de Fortaleza têm se modificado, provavelmente pelo aumento de renda per capita e pela expansão da oferta de novos produtos industrializados.

Destaca-se, também, que os produtos arroz, açúcar, aves, carne fresca, leite pasteurizado, pão francês e ovos, os quais são considerados produtos básicos de uma alimentação, apresentaram índices elevadíssimos de consumo.

Observa-se, ainda, que produtos como, arroz, aveia, aves, chá mate, iogurte, leite pasteurizado, ovos, palmito, requeijão, sardinha em lata e outros, foram pesquisados somente para o ano de 1991, pois em anos anteriores, muitos deles não eram, ainda, comercializados, e outros por terem consumo tão insignificante, que não foi destacado.

Por outro lado, produtos como, arrozina, creme de milho, feijoada em conserva e frutas, foram pesquisados somente para o ano de 1965, por seu consumo ter desaparecido nos anos subsequentes.

3.2.2- PRODUTOS DE VESTUÁRIO

As pesquisas realizadas, nos anos de 1965, 1970 e 1991, incluíram, respectivamente, 13, 21 e 40 produtos de vestuário, cujo consumo e disponibilidade foram classificados, segundo os seguintes tipos de consumidores: homem, mulher, menino e menina.⁽⁸⁾

⁽⁸⁾ Menino e menina refere-se à população com idade até 14 anos.

Para alguns artigos, foram registrados os consumos domiciliares, enquanto que para outros, foram registradas as suas disponibilidades, por terem vida útil quase sempre superior a um ano. Veja as TABELAS 25, 26, 27 e 28.

É importante esclarecer que os artigos registrados em 1965, como calça, blusa, camisa esporte e camisa social, não foram classificados pelo tipo de tecido, dificultando um pouco a análise dos mesmos. Além disso, não foi registrada a frequência de domicílios no consumo e na disponibilidade destes produtos.

O produto comum aos três anos da análise, que apresentou um decréscimo em seu consumo médio anual, assim como também na sua frequência domiciliar, para todos os tipos de consumidores, foi o pijama.

No entanto, para mulher e menina, o vestido apresentou o maior índice de consumo para os anos de 1965 e 1971. Porém, em 1991, este índice decresceu, e o produto que passou a apresentar maior índice, para as mulheres, foi blusa (algodão), e para as meninas, assim como também para os meninos, foi a fralda (crianças até 4 anos). E, finalmente, para os homens, os artigos calça, camisa esporte e meia foram os que apresentaram os maiores níveis de consumo anual, para o ano de 1965 e 1971. Mas, em 1991, os artigos camisa esporte de algodão, cueca de algodão e bermudas foram os que se destacaram, sendo os dois últimos incluídos somente na pesquisa deste ano.

É interessante observar que a calça de fibra sintética tem seu maior índice de consumo relativamente à de algodão, apenas para o consumidor do sexo masculino adulto (1971). Inclusive a frequência de consumo da calça de fibra sintética, bem como da camisa esporte e social, foram reduzidas, sendo consumidas por menos de 50% dos domicílios.

Nenhum produto, para menino e menina, foi consumido por mais da metade dos domicílios, nos anos de 1971 e 1991, com exceção do vestido, que apresentou 56% de

frequência, em 1971, para as meninas. O vestido, também, destaca-se por ter sido consumido por quase 100% das mulheres, em 1971, e por mais de 70%, em 1991.

Vale destacar, que o consumo de camisa social (algodão) para homem teve um grande aumento em sua frequência domiciliar, passando de 14% para 59%. Enquanto que, terno e gravata, por serem produtos de vida útil durável, tiveram suas frequências reduzidas (para homens e meninos).

3.2.3- CALÇADOS E ARTIGOS DE COURO, PLÁSTICO E BORRACHA

As pesquisas realizadas para este grupo contaram com 13, 11 e 21 artigos, nos anos de 1965, 1971 e 1991, respectivamente, que são classificados segundo a matéria-prima utilizada na fabricação dos mesmos, e conforme os quatro tipos de consumidores: homem, mulher, menino e menina.

Nos três estudos, constatou-se que os artigos de couro são preferíveis, pois seus índices de consumo "per capita" para todos os artigos são sempre superiores a seus similares em plástico e em borracha (bota), com exceção apenas do chinelo de couro, cujo similar em borracha (tipo japonesa), tem larga utilização por toda a população, independentemente de renda ou idade.

Observa-se, ainda, que nos anos de 1965 e 1971, os artigos mais consumidos pelos quatro tipos de consumidores foram: sapato de couro e chinela de borracha japonesa. No entanto, para o ano de 1991, foram: chinela de borracha japonesa e tênis (incluído somente nesta pesquisa) para meninos e meninas; e sapato e cinto de couro, para homens; e sapato de couro e sandálias para mulheres. Ver TABELAS 29, 30, 31 e 32.

Percebe-se, portanto, que o sapato de couro é o artigo mais consumido pela população, durante os três anos dos estudos, pois apresentou os maiores níveis de consumo anual e, também, as maiores frequências domiciliares. No entanto, é importante ressaltar que o tênis teve bastante aceitação de consumo, principalmente por meninos e meninas até 14 anos.

Vale destacar, que a galocha, a qual é considerada uma proteção ao sapato, foi incluída somente na pesquisa de 1965, e teve seu consumo médio muito baixo, para os quatro tipos de consumidores, em relação aos três tipos de calçados (sapato, chinelo e alpercata). E, depois deste ano, seu consumo desapareceu.

3.2.4- PRODUTOS DE LIMPEZA DOMÉSTICA

Neste grupo foram incluídos 18 produtos industrializados, nos anos 1965 e 1971, e 28, no ano de 1991, considerados indispensáveis a uma higiene doméstica razoável. Há exceção dos quatro tipos de sabão (sabão de côco, sabão em barra, sabão em pó e sabão líquido), caracterizados como de demanda individual, os demais produtos do grupo foram estudados em termos de consumo domiciliar.

Verifica-se que 12 produtos são comuns aos três anos da pesquisa. (Ver TABELA 37). Destes, os produtos sapóleo, creolina e sabão em barra obtiveram um decréscimo no seu índice de consumo médio, sendo que este último produto manteve seu consumo em mais de 80% dos domicílios, juntamente com a esponja de aço. Esta, por sua vez, obteve inclusive um crescimento no seu índice de consumo médio, somando-se também os produtos sabão de côco, sabão em pó e água sanitária, a qual se destacou por apresentar o maior índice de consumo médio, e crescimento extraordinário ao longo dos anos.

Vale destacar, que sabão em pó era consumido por cerca de 40% dos domicílios em 1965, passando este percentual para 64%, em 1971, e depois para 89%, em 1991. Já os produtos lustra móveis (cêra) e polidor de metais sempre foram consumidos por menos de 10% dos domicílios. Veja GRÁFICOS 20, 21 e 22.

3.2.5- PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL

Foram pesquisados para este grupo 23, 30 e 41 produtos, nos anos de 1965, 1971 e 1991, respectivamente. Estes produtos foram classificados considerando-se o tipo de demanda (individual e coletiva) e o tipo de consumidor (homem, mulher, ou ambos). Os produtos considerados como de disponibilidade são aqueles que têm vida útil quase sempre superior a unidade.

Observando o consumo anual e disponibilidade "per capita" e por domicílio média dos produtos de toucador e higiene pessoal, na TABELA 34, notou-se que absorvente higiênico, papel higiênico e barbeador manual descartável são os únicos produtos cujos índices de consumo médio anual ultrapassam 3 unidades, no ano de 1991. Para o ano de 1971, foram os produtos: papel higiênico, creme de limpeza de pele, dentífrico, pente, sabonete, talco, toalha de rosto e de banho. E, para o ano de 1965, foram os produtos: dentífrico, papel higiênico, pente e sabonete.

O produto que apresentou menor índice de consumo médio anual foi desodorante, e o que apresentou maior índice foi sabonete, nos anos de 1965 e 1971, e no ano de 1991, o que apresentou menor índice foi laquê, e o que apresentou maior índice foi papel higiênico.

Nota-se, também, que 22 produtos são comuns aos três anos pesquisados. Destes, apenas 4 produtos (desodorante, escova para dentes, shampoo e papel higiênico) obtiveram um crescimento no seu índice de consumo médio, ao longo destes anos, com destaque maior para o último produto, o qual revelou um crescimento extraordinário em 1991. E, os produtos rouge, esmalte, pó, óleo para cabelo, pente e sabonete apresentaram um decréscimo, sendo que estes dois últimos mantiveram seus consumos, ao longo dos anos, em mais de 50% dos domicílios.

Quanto a frequência domiciliar no consumo e na disponibilidade dos produtos de toucador e de higiene pessoal, constata-se que, além do pente e do sabonete, os produtos dentifício, escova para dentes, toalha de rosto e toalha de banho, também foram adquiridos por mais da metade dos domicílios de Fortaleza, nas três pesquisas realizadas. Veja GRÁFICOS 23, 24 e 25.

É interessante observar, ainda, que a brilhantina foi o único produto não pesquisado para o ano de 1991, devido seu consumo ter-se extinto aproximadamente depois de 1971, onde seu índice de consumo médio já havia se reduzido bastante. Isto mostra que os costumes e as preferências dos consumidores mudaram ao longo do tempo.

3.2.6- BENS DURÁVEIS DE USO PESSOAL

Neste grupo foram pesquisados 9, 11 e 19 bens duráveis de uso pessoal, nos anos 1965, 1971 e 1991, respectivamente, sendo classificados pelo tipo de demanda (individual e coletiva) e o tipo de consumidor (homem, mulher e criança).

De acordo com a TABELA 35, verificou-se que existem 6 produtos comuns aos anos das pesquisas. Destes, o único produto que manteve um crescimento no seu índice de

consumo médio foi óculos de grau, passando inclusive a ser mais consumido pelos domicílios, onde verificou-se que, em 1965, 24% dos domicílios consumiam óculos, em 1971, este percentual subiu para 40% e, no ano de 1991, atingiu 59%.

Vale destacar, que o produto cabide alcançou o maior índice de disponibilidade média (3,198 cabide/ano), sendo introduzido na pesquisa somente no ano de 1991, o que significa que anteriormente ele não era comercializado.

Verificou-se, ainda, que o produto rede, pesquisado a partir de 1971, chegou a ser consumido por quase cem por cento dos domicílios, sendo mais consumido que o colchão de molas, que alcançou um máximo de 48% em 1971, e colchões diversos, que alcançou um máximo de 74% em 1991. Veja GRÁFICOS 27 e 28.

3.2.7- BENS DURÁVEIS DE USO DOMICILIAR

Para esta categoria foram pesquisados 21, 34 e 70 bens duráveis de uso domiciliar, respectivamente para os anos de 1965, 1971 e 1991. Assim, vemos que a maior parte deles só foi introduzida em 1991.

Conforme a TABELA 36, verificou-se que 16 produtos são comuns aos anos da análise. Destes, aparelho de televisão, enceradeira, faqueiro completo, filtro para água, fogão a gás, garrafa térmica, geladeira, liquidificador, máquina de escrever, panela de pressão e ventilador apresentaram crescimento no seu índice de consumo médio, ao longo dos anos em análise, enquanto que bateria de cozinha e máquina de costura apresentaram um decréscimo.

No entanto, os produtos peças avulsas de bateria, peças avulsas de faqueiro, peças avulsas de louça, peças avulsas de aparelho de jantar e fita cassete apresentaram

Índices de consumo médio anual maior que 5 unidades, sendo os dois últimos introduzidos apenas na pesquisa de 1991, e os demais em 1971, não havendo, portanto, nenhum registro de consumo para o ano de 1965.

Quanto a frequência, os produtos fogão a gás e filtro para água foram consumidos por mais de 50% dos domicílios nos três anos da pesquisa.

É interessante notar que o ventilador, que era consumido por menos de 10% dos domicílios, passou a ser consumido por mais da metade destes, no ano de 1991.

3.2.8- PRODUTOS DIVERSOS

O estudo realizado contou com 17, 20 e 24 produtos diversos, nos anos de 1965, 1971 e 1991, respectivamente. Alguns foram considerados na pesquisa para avaliação do consumo ("per capita" e domiciliar) e outros para levantamento da disponibilidade (domiciliar e população masculina acima de 14 anos).

De acordo com o consumo anual e disponibilidade "per capita" e por domicílio média de produtos diversos, na TABELA 37, nota-se que pilha, vela, colcha de cama, fronha, lâmpada incandescente, lençol e toalha de mesa são os únicos produtos cujos índices de consumo médio anual ultrapassam 3 unidades, no ano de 1991. Para o ano de 1971, foram os produtos: espirais, pilha e lâmpada incandescente. E, para o ano de 1965, foi somente pilha.

No decorrer dos anos em análise, notou-se que o produto pilha manteve índices de consumo médio elevado e o produto pasta de sapato manteve índices baixos.

Observa-se, ainda, que apenas os produtos lençol, colcha de cama e fronha obtiveram um crescimento extraordinário ao longo dos anos em análise.

No tocante a freqüência domiciliar no consumo e na disponibilidade de produtos diversos, constata-se que os produtos lençol, colcha de cama e toalha de mesa são adquiridos por mais da metade dos domicílios de Fortaleza, nas três pesquisas realizadas, destacando o primeiro com mais de 90% de freqüência domiciliar. Veja GRÁFICOS 31, 32 e 33.

É interessante notar que os produtos cola-tudo, esferográfica de madeira e de plástico, espirais, escova para sapato, toalha de mesa (plástico) e torneira, deixaram de ser consumidos em 1991, haja visto que não foram pesquisados neste ano.

Por outro lado, os produtos chapéu de feltro e de palha, guardanapo de tecido, vela, filtro de papel e travesseiro só foram comercializados ou tiveram seus consumos aumentados em 1991. Vê-se, assim, que houve uma mudança de hábitos de consumo.

3.3- ESTRUTURA DE GASTOS FAMILIARES

Examinando a estrutura de gastos das famílias em Fortaleza, no decorrer dos anos de 1961 à 1988, nota-se que o consumidor sempre gastou a maior parte de sua renda com alimentação e bebidas, os quais são consumos de primeira necessidade.

De acordo com o QUADRO I que se segue, os consumidores reduziram seus gastos com artigos de residência, artigos de vestuário, transporte e comunicação, e alimentação e bebidas em 1971/72, elevando-se posteriormente, em 1987/88. Por outro lado, os consumidores aumentaram seus gastos com habitação e despesas pessoais, em 1971/72, reduzindo-se em 1987/88.

Vale destacar, que ocorreu um pequeno aumento de gastos com saúde e cuidados pessoais, pois em 1961/62 gastava-se 6%, em 1971/72, 6,13% e 1987/88, 6,52%.

QUADRO I

ESTRUTURA DE CONSUMO DAS FAMÍLIAS COM BENS E
SERVIÇOS EM FORTALEZA

DISCRIMINAÇÃO	1961/62 (1)	1971/72 (1)	1987/88 (2)
ALIMENTAÇÃO E BEBIDAS	47,10	46,87	47,23
ARTIGOS DE RESIDÊNCIA	7,80	6,03	7,65
ARTIGOS DE VESTUÁRIO	12,80	7,54	14,46
HABITAÇÃO	11,70	13,54	6,85
SAÚDE E CUIDADOS PESSOAIS	6,00	6,13	6,52
TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO	6,50	5,77	8,11
DESPESAS PESSOAIS	8,10	14,12	9,16
TOTAL	100,00	100,00	100,00

FONTE: (1) BNB / SEPLAN-CE / FGV; (2) IBGE

No entanto, observando a TABELA 38, nota-se que os hábitos de consumo mudaram consideravelmente, haja visto que muitos itens foram incluídos somente no orçamento de 1987/88, além de que os itens, que são comuns aos orçamentos dos dois períodos pesquisados, mostram percentuais alterados. Veja que os indivíduos passaram a se alimentar mais fora do seu domicílio, diminuindo, portanto, o consumo de alimento no seu próprio domicílio.

Note, também, que os consumidores aumentaram suas despesas com vestuário, mais notadamente com calçados e vestuário confeccionado.

Quanto à habitação, suas despesas decresceram, principalmente nos gastos com manutenção do lar.

Quanto à higiene e assistência a saúde, suas despesas cresceram, mais notadamente, despesas com remédios de marca.

Quanto ao transporte, este vale ser destacado por ter apresentado uma grande elevação de gastos, principalmente despesas com veículos próprios.

Quanto a educação, recreação e cultura, despesas diversas e outras despesas correntes, também mostraram elevações de gastos.

Enfim, observou-se que o aumento do ativo, em 1974/75, foi de 14,82%, enquanto que, em 1987/88, foi de 15,59%. Isto mostra que o patrimônio do consumidor, bem como seus gastos, aumentaram.

3.4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

As informações anteriormente discutidas mostram que, ao longo dos anos em estudo, houve um crescimento bastante significativo de produtos industrializados em Fortaleza. Isto fez com que o consumidor distribuisse sua renda de modo diferente em cada período. Ele passa a consumir novos produtos, e deixa de consumir outros. Porém, uma coisa persiste: do ponto de vista das despesas, o maior consumo e, por sua vez, a maior despesa do consumidor é com produtos alimentares.

Através das análises realizadas, pode-se observar que os hábitos dos consumidores realmente mudaram. Produtos como creolina, brilhantina e galocha, por exemplo, tiveram consumos reduzidos, ou até mesmo ficado ausentes. Por outro lado, produtos como, tênis, microcomputador e aparelhos eletrônicos, passaram a dominar uma considerável parcela do mercado de Fortaleza, o que não acontecia anteriormente.

Estas mudanças podem ser associadas à fatores como, aumento de vendas, urbanização, moda e avanço tecnológico, pois os consumidores mostraram-se flexíveis à chegada de novos produtos.

TABELA 24

CONSUMO "PER CAPITA" ANUAL MÉDIO DE PRODUTOS ALIMENTARES

PRODUTOS	UNIDADE	CONSUMO MÉDIO		
		1965	1971	1991
AÇÚCAR	Kg	-	29,867	29,518
ARROZ	Kg	-	-	35,822
ARROZINA	Kg	0,192	-	-
AVEIA	Kg	-	-	0,625
AVES	Kg	-	-	24,483
AZEITONA	Kg	-	0,156	0,207
BACALHAU	Kg	-	0,250	0,058
BANHA DE PORCO	Kg	2,142	1,078	0,107
BISCOITO	Kg	4,262	4,632	6,242
CAFÉ	Kg	-	6,958	3,490
CAJUÍNA	l	-	-	1,215
CAMARÃO RESFRIADO	Kg	0,084	-	0,199
CARNE EM CONSERVA	Kg	0,990	0,909	0,289
CARNE ENLATADA	Kg	0,407	-	0,509
CARNE FRESCA	Kg	-	-	19,967
CASTANHA EM LATA	Kg	0,029	-	0,012
CHÁ MATE	Kg	-	-	0,067
CHARQUE	Kg	-	-	0,520
CÔCO RALADO	Kg	-	-	0,061
CREME DE LEITE	Kg	-	-	0,816
CREME DE MILHO	Kg	0,448	-	-
DOCE CASEIRO	Kg	1,872	1,640	0,744
DOCE EM CALDA	Kg	0,360	0,274	0,234
DOCE EM MASSA	Kg	2,787	2,537	1,205
ERVILHA	Kg	-	0,213	0,294
EXTRATO DE TOMATE	Kg	-	-	0,292
FARINHA DE MANDIOCA	Kg	-	-	10,161
FARINHA DE ROSCA	Kg	-	-	0,235
FARINHA DE SOJA	Kg	-	-	0,033
FARINHA DE TRIGO	Kg	-	-	3,717
FARINHA LÁCTEA	Kg	-	-	0,837
FEIJOADA EM CONSERVA	Kg	0,489	-	-
FRUTAS	Kg	0,187	-	-
FUBÁ	Kg	2,048	2,327	4,525
GELATINA	Kg	-	-	0,062
GELÉIA	Kg	0,142	0,143	0,313
GORDURAS VEGETAIS	Kg	0,670	0,099	0,020
GUARANÁ EM PÓ	Kg	-	-	0,031
IOGURTE	Kg	-	-	1,536
KETCHUP	Kg	-	-	0,380
LEITE CONDENSADO	Kg	0,596	0,761	1,163

FONTE: ETENE / BNB

CONTINUAÇÃO

CONSUMO "PER CAPITA" ANUAL MÉDIO DE PRODUTOS ALIMENTARES

PRODUTOS	UNIDADE	CONSUMO MÉDIO		
		1965	1971	1991
LEITE DE CÔCO	L	-	-	0,124
LEITE EM PÓ	Kg	2,217	2,588	3,540
LEITE PASTEURIZADO	L	-	-	43,314
LEITE VITAMINADO	L	-	-	0,130
LINGÜIÇA	Kg	-	0,932	1,081
MACARRÃO	Kg	6,765	6,735	8,454
MAIONESE	Kg	-	-	0,774
MAIZENA	Kg	0,924	1,146	0,775
MANTEIGA	Kg	2,349	1,232	0,445
MARGARINA	Kg	0,196	1,540	3,575
MASSA DE TOMATES	Kg	0,130	0,101	0,034
MASSA P/ BOLO E TORTA	Kg	-	-	0,236
MILHO EM CONSERVA	Kg	-	-	0,101
MOLHO DE PIMENTA	L	-	-	0,066
MOLHO DE TOMATE	L	0,125	0,103	0,039
MOLHO INGLÊS	L	-	0,044	0,052
ÓLEO VEGETAL/ALGODÃO	L	-	-	0,418
ÓLEO VEGETAL/ARROZ	L	-	-	0,077
ÓLEO VEGETAL/MILHO	L	-	-	0,391
ÓLEO VEGETAL/SOJA	L	3,420	5,281	5,480
OVOS	U	-	-	147,089
PALMITO	Kg	-	-	0,136
PÃO FRANCÊS	Kg	-	32,056	24,046
PATÊ ENLATADO	Kg	-	-	0,039
PEIXE EM CONSERVA	Kg	0,788	0,605	0,250
PEIXE SALGADO	Kg	-	1,984	2,914
PÓ ACHOCOLATADO	Kg	-	0,303	0,819
PRESUNTO	Kg	-	0,312	0,455
QUEIJO	Kg	1,359	1,196	1,703
RAPADURA	Kg	-	-	1,716
REQUEIJÃO	Kg	-	-	0,083
SAKURA	L	-	-	0,013
SAL	Kg	-	4,436	3,296
SALSICHA	Kg	-	-	0,310
SARDINHA EM LATA	Kg	-	-	0,607
SOPAS E CALDOS	Kg	-	-	0,266
SUCO DE FRUTAS	L	0,160	0,322	1,852
SUCO DE TOMATE	L	0,160	-	0,032
VINAGRE	L	2,538	1,558	1,157
VINHO	L	-	-	0,138

FONTE: ETENE / BNB

GRÁFICO 1

FREQÜÊNCIA DOS DOMICÍLIOS NO CONSUMO DE
PRODUTOS ALIMENTARES - 1965

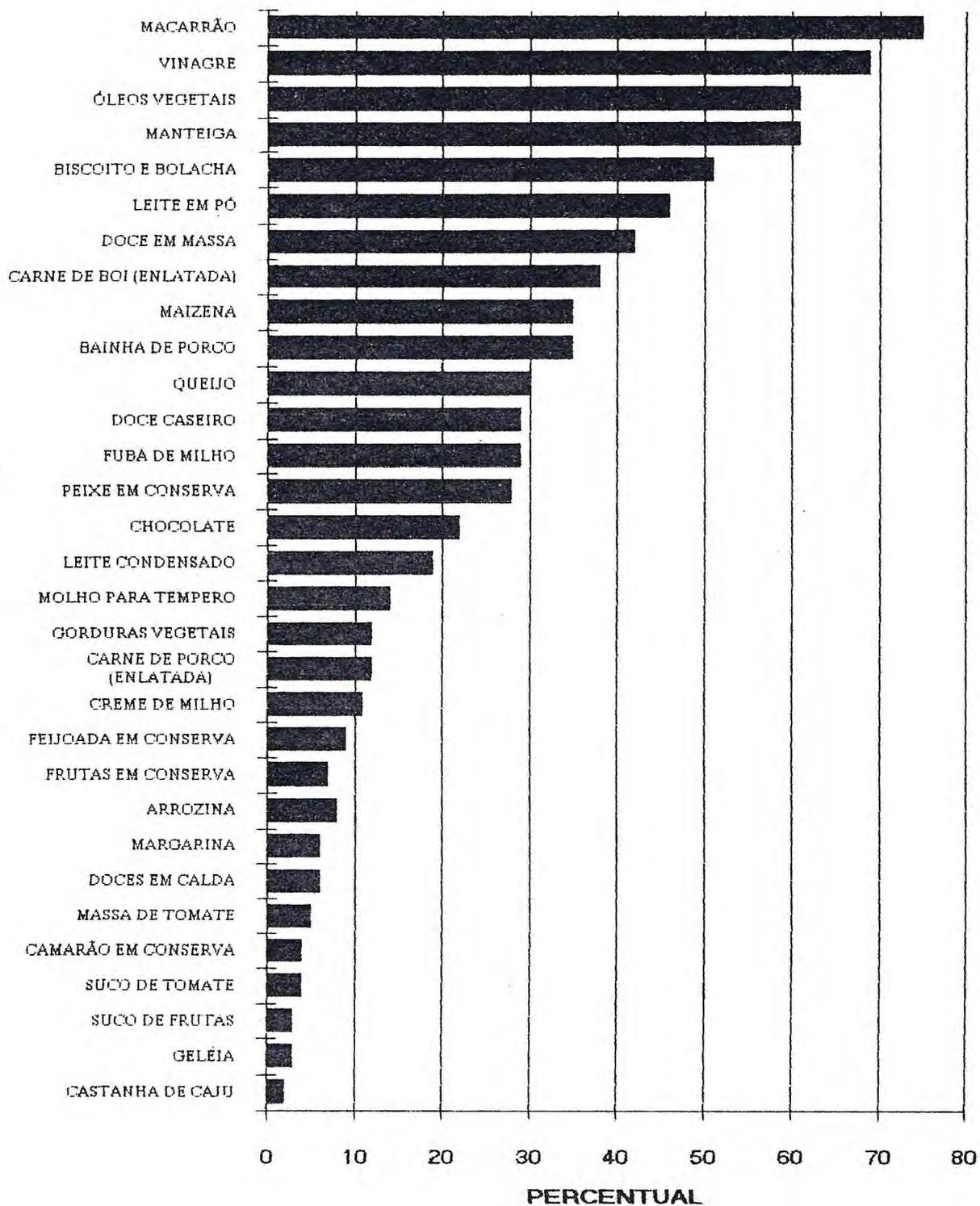


GRÁFICO 2

FREQÜÊNCIA DOS DOMICÍLIOS NO CONSUMO DE PRODUTOS ALIMENTARES - 1971

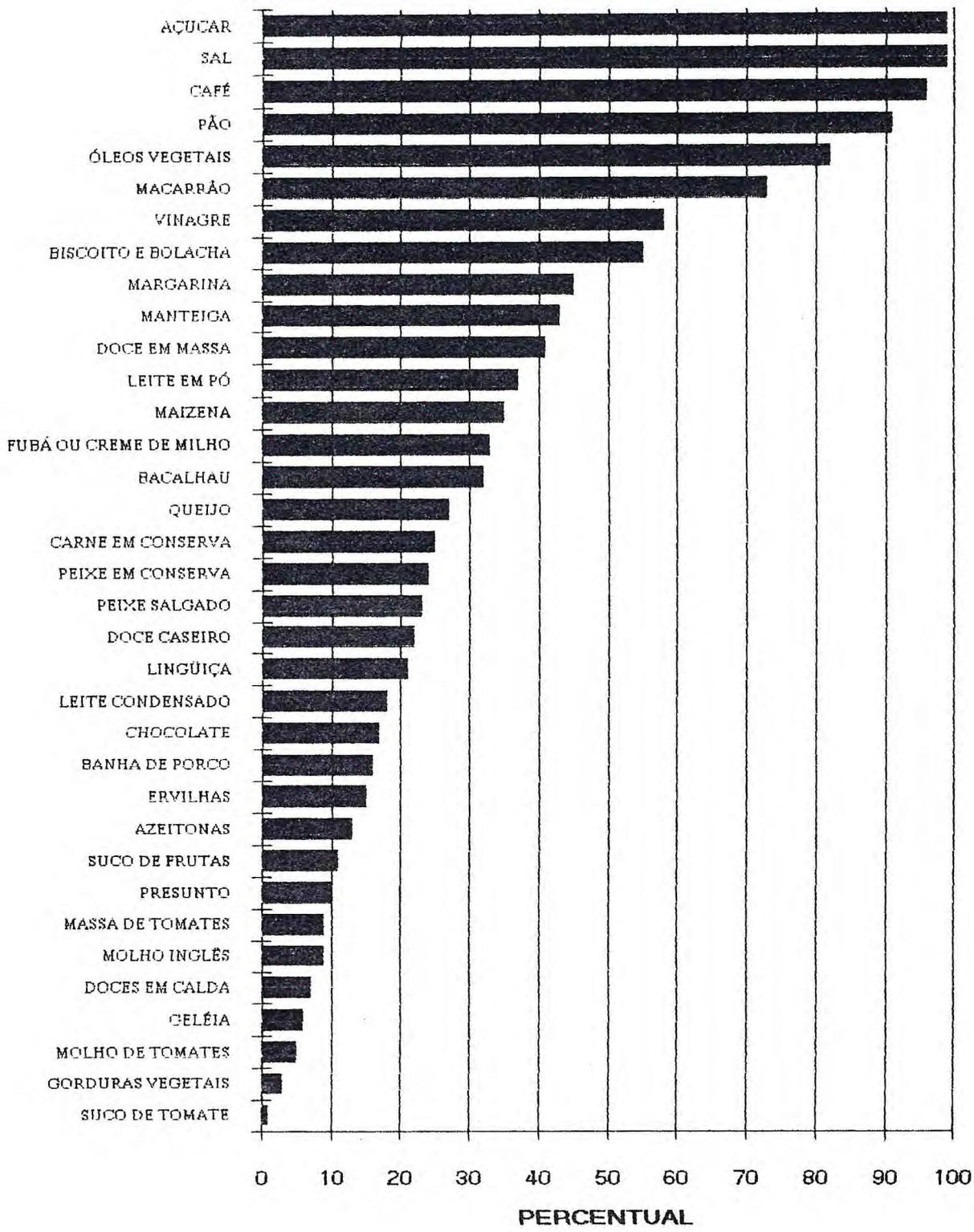


GRÁFICO 3

FREQÜÊNCIA DOS DOMICÍLIOS NO CONSUMO DE PRODUTOS ALIMENTARES - 1991

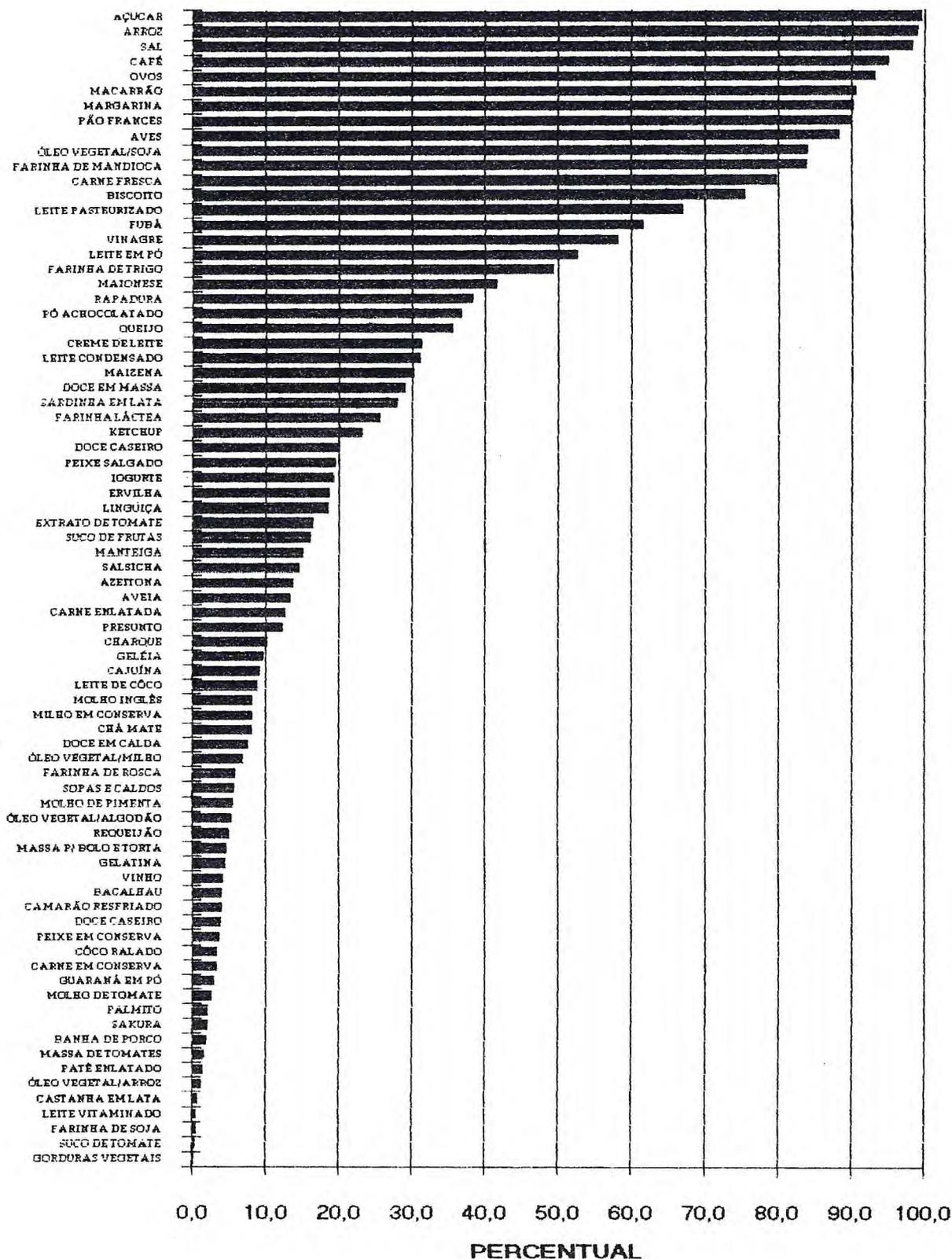


TABELA 25

**CONSUMO ANUAL E DISPONIBILIDADE MÉDIA "PER CAPITA"
DE PRODUTOS DE VESTUÁRIO PARA HOMEM**

PRODUTOS	UNIDADE	CONSUMO E DISPONIBILIDADE MÉDIA		
		1965	1971	1991
CONSUMO				
AVENTAIS	UNID.	-	-	0,023
BERMUDAS JEANS	UNID.	-	-	1,146
BERMUDAS	UNID.	-	-	3,365
BLUSA (ALGODÃO)	UNID.	-	-	0,139
BLUSA (FIBRA SINTÉTICA)	UNID.	-	-	0,042
CALÇAS	UNID.	4,298	-	-
CALÇA (ALGODÃO)	UNID.	-	1,227	2,207
CALÇA (FIBRA SINTÉTICA)	UNID.	-	2,889	0,727
CALÇA JEANS	UNID.	-	-	2,061
CAMISAS ESPORTE	UNID.	4,940	-	-
CAMISA ESPORTE (ALGODÃO)	UNID.	-	1,929	4,104
CAMISA ESPORTE (FIBRA SINT.)	UNID.	-	3,402	1,759
CAMISAS SOCIAL	UNID.	1,721	-	-
CAMISA SOCIAL (ALGODÃO)	UNID.	-	0,280	2,019
CAMISA SOCIAL (FIBRA SINT.)	UNID.	-	0,841	0,851
CAMISETA (S/ MANGA)	UNID.	-	-	1,377
CUECA (FIBRA SINTÉTICA)	UNID.	-	-	1,932
CUECA DE ALGODÃO	UNID.	-	-	4,483
LENÇO	UNID.	-	-	1,476
MELA	PAR	4,420	2,973	2,933
PIJAMA	UNID.	1,029	0,766	0,482
DISPONIBILIDADE				
CASACOS	UNID.	-	-	0,101
CALÇÃO DE BANHO	UNID.	-	0,812	0,724
GRAVATA	UNID.	0,971	1,078	0,511
ROUPÕES E ROBES	UNID.	-	-	0,055
TERNO	UNID.	0,818	0,740	0,302

FONTE: Dados da amostra.

NOTA: Refere-se à população masculina adulta com mais de 14 anos.

TABELA 26

**CONSUMO ANUAL E DISPONIBILIDADE MÉDIA "PER CAPITA"
DE PRODUTOS DE VESTUÁRIO PARA MULHER**

PRODUTOS	UNIDADE	CONSUMO E DISPONIBILIDADE MÉDIA		
		1965	1971	1991
CONSUMO				
AVENTAIS	UNID.	-	-	0,203
BERMUDAS JEANS	UNID.	-	-	1,132
BLUSAS	UNID.	2,734	-	-
BLUSA (ALGODÃO)	UNID.	-	1,551	4,254
BLUSA (FIBRA SINTÉTICA)	UNID.	-	1,204	2,092
CALÇA (ALGODÃO)	UNID.	-	0,820	0,962
CALÇA (FIBRA SINTÉTICA)	UNID.	-	0,486	0,343
CALÇA JEANS	UNID.	-	-	1,340
CALCINHA (ALGODÃO)	UNID.	-	-	4,123
CALCINHA (FIBRA SINTÉTICA)	UNID.	-	-	3,966
CAMISETA (S/ MANGA)	UNID.	-	-	0,994
CAMISOLA	UNID.	1,031	1,653	1,406
LENÇO	UNID.	-	-	0,382
MELA	PAR	0,873	0,410	0,505
MELA-CALÇA	UNID.	-	-	1,076
PIJAMA	UNID.	0,915	0,100	0,100
SUTIÃ	UNID.	-	-	2,974
SALAS	UNID.	2,426	-	-
SAIA (ALGODÃO)	UNID.	-	-	1,942
SAIA JEANS	UNID.	-	-	0,903
SAIA (FIBRA SINTÉTICA)	UNID.	-	-	0,548
SHORTS	UNID.	0,361	-	2,943
VESTIDOS	UNID.	5,103	5,295	2,380
DISPONIBILIDADE				
BIQUINI	UNID.	-	-	0,779
CASACOS	UNID.	-	-	0,135
CINTA	UNID.	-	-	0,125
MAIÔ	UNID.	0,309	0,493	0,492
ROUPÕES E ROBES	UNID.	-	-	0,258
XALES	UNID.	-	-	0,040

FONTE: Dados da amostra.

NOTA: Refere-se à população masculina adulta com mais de 14 anos.

TABELA 27

**CONSUMO ANUAL E DISPONIBILIDADE MÉDIA "PER CAPITA"
DE PRODUTOS DE VESTUÁRIO PARA MENINO**

PRODUTOS	UNIDADE	CONSUMO E DISPONIBILIDADE MÉDIA		
		1965	1971	1991
CONSUMO				
AVENTAIS	UNID.	-	-	0,031
BERMUDAS JEANS	UNID.	-	-	0,600
BERMUDAS	UNID.	-	-	3,122
BLUSA (ALGODÃO)	UNID.	-	-	0,120
BLUSA (FIBRA SINTÉTICA)	UNID.	-	-	0,016
CALÇAS	UNID.	3,065	-	-
CALÇA (ALGODÃO)	UNID.	-	2,266	0,777
CALÇA (FIBRA SINTÉTICA)	UNID.	-	1,143	0,193
CALÇA JEANS	UNID.	-	-	0,764
CAMISAS ESPORTE	UNID.	3,374	-	-
CAMISA ESPORTE (ALGODÃO)	UNID.	-	2,253	2,736
CAMISA ESPORTE (FIBRA SINT.)	UNID.	-	1,401	1,238
CAMISAS SOCIAL	UNID.	-	-	-
CAMISA SOCIAL (ALGODÃO)	UNID.	-	-	0,528
CAMISA SOCIAL (FIBRA SINT.)	UNID.	-	-	0,217
CAMISETA (S/ MANGA)	UNID.	-	-	2,157
CUECA (FIBRA SINTÉTICA)	UNID.	-	-	1,116
CUECA DE ALGODÃO	UNID.	-	-	2,935
LENÇO	UNID.	-	-	0,113
MEIA	PAR	2,165	1,920	2,141
PIJAMA	UNID.	0,569	0,397	0,276
FRALDA (CRIANÇA ATÉ 4 ANOS)	UNID.	-	1,446	8,572
DISPONIBILIDADE				
CASACOS	UNID.	-	-	0,042
CALÇÃO DE BANHO	UNID.	-	0,506	0,624
GRAVATA	UNID.	-	-	0,008
ROUPÕES E ROBES	UNID.	-	-	0,015
TERNO	UNID.	0,097	0,015	0,027

FONTE: Dados da amostra.

NOTA: Refere-se à população masculina adulta com mais de 14 anos.

TABELA 28

**CONSUMO ANUAL E DISPONIBILIDADE MÉDIA "PER CAPITA"
DE PRODUTOS DE VESTUÁRIO PARA MENINA**

PRODUTOS	UNIDADE	CONSUMO E DISPONIBILIDADE MÉDIA		
		1965	1971	1991
CONSUMO				
AVENTAIS	UNID.	-	-	0,027
BERMUDAS JEANS	UNID.	-	-	0,575
BIQUINI	UNID.	-	-	0,764
BLUSAS	UNID.	1,283	-	-
BLUSA (ALGODÃO)	UNID.	-	1,080	2,841
BLUSA (FIBRA SINTÉTICA)	UNID.	-	0,574	1,311
CALÇA (ALGODÃO)	UNID.	-	0,471	0,336
CALÇA (FIBRA SINTÉTICA)	UNID.	-	0,120	0,116
CALÇA JEANS	UNID.	-	-	0,506
CALCINHA (ALGODÃO)	UNID.	-	-	5,631
CALCINHA (FIBRA SINTÉTICA)	UNID.	-	-	1,621
CAMISETA (S/ MANGA)	UNID.	-	-	1,735
CAMISOLA	UNID.	0,734	0,668	0,514
LENÇO	UNID.	-	-	0,074
MEIA	PAR	1,818	1,725	1,580
MEIA-CALÇA	UNID.	-	-	0,257
PIJAMA	UNID.	0,419	0,239	0,096
SUTIÃ	UNID.	-	-	0,318
SAIAS	UNID.	1,145	-	-
SAIA (ALGODÃO)	UNID.	-	-	1,222
SAIA JEANS	UNID.	-	-	0,577
SAIA (FIBRA SINTÉTICA)	UNID.	-	-	0,292
SHORTS	UNID.	1,422	-	3,114
VESTIDOS	UNID.	3,640	3,883	1,600
FRALDA (CRIANÇA ATÉ 4 ANOS)	UNID.	-	-	8,356
DISPONIBILIDADE				
CASACOS	UNID.	-	-	0,044
CINTA	UNID.	-	-	0,004
MAIÔ	UNID.	0,172	0,288	0,202
ROPÕES E ROBES	UNID.	-	-	0,039
XALES	UNID.	-	-	0,006

FONTE: Dados da amostra.

NOTA: Refere-se à população masculina adulta com mais de 14 anos.

GRÁFICO 4

**FREQÜÊNCIA DOS DOMICÍLIOS NO CONSUMO E NA
DISPONIBILIDADE DE PRODUTOS DE VESTUÁRIO - 1971**

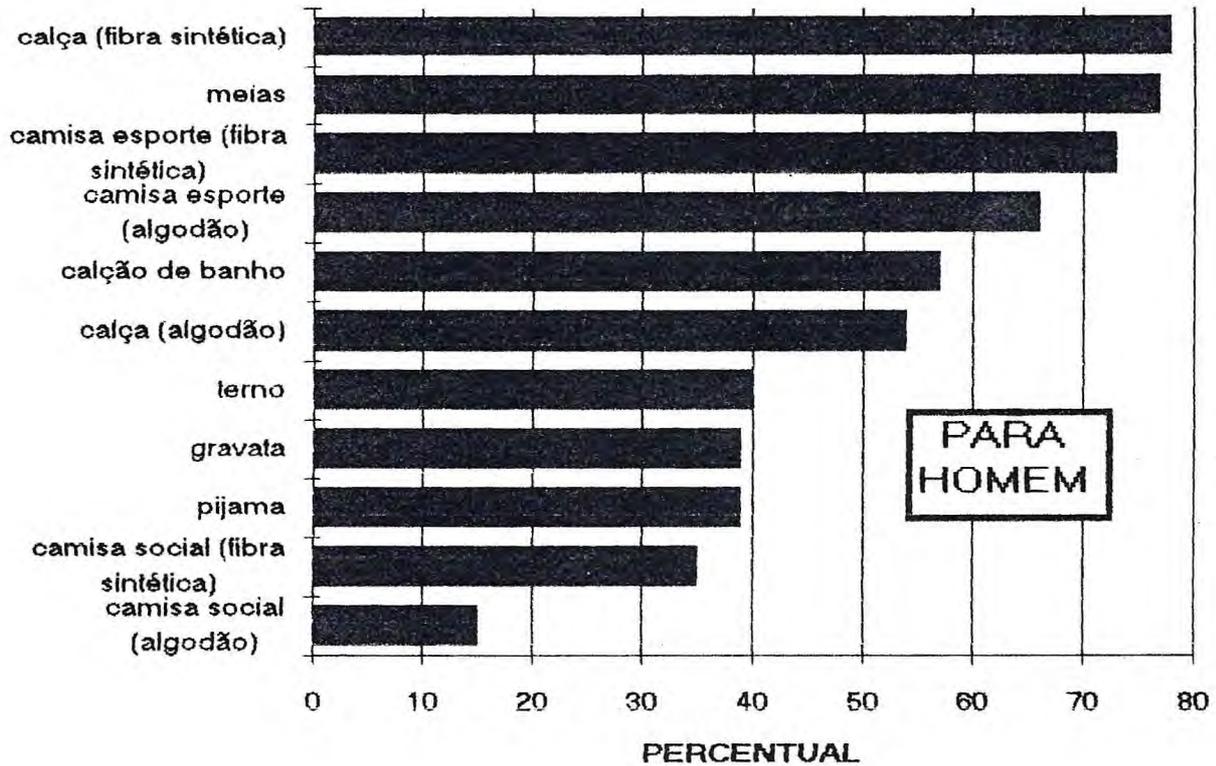


GRÁFICO 5

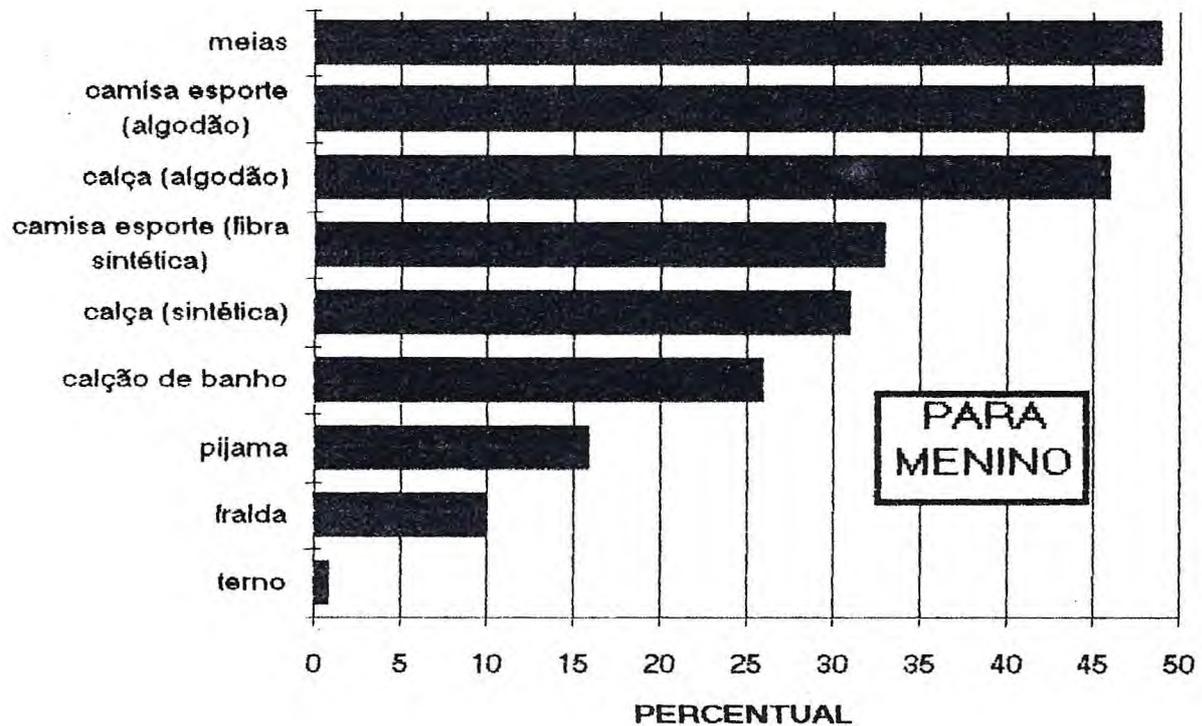


GRÁFICO 6

**FREQUÊNCIA DOS DOMICÍLIOS NO CONSUMO E NA
DISPONIBILIDADE DE PRODUTOS DE VESTUÁRIOS - 1971**

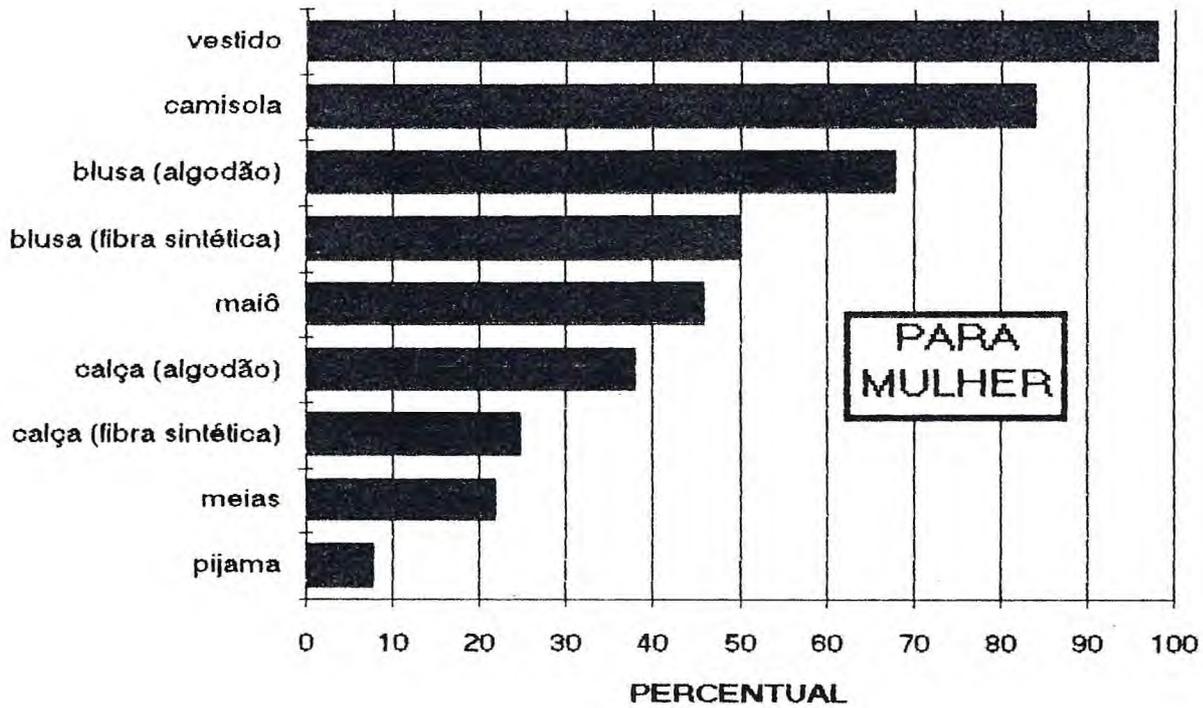


GRÁFICO 7

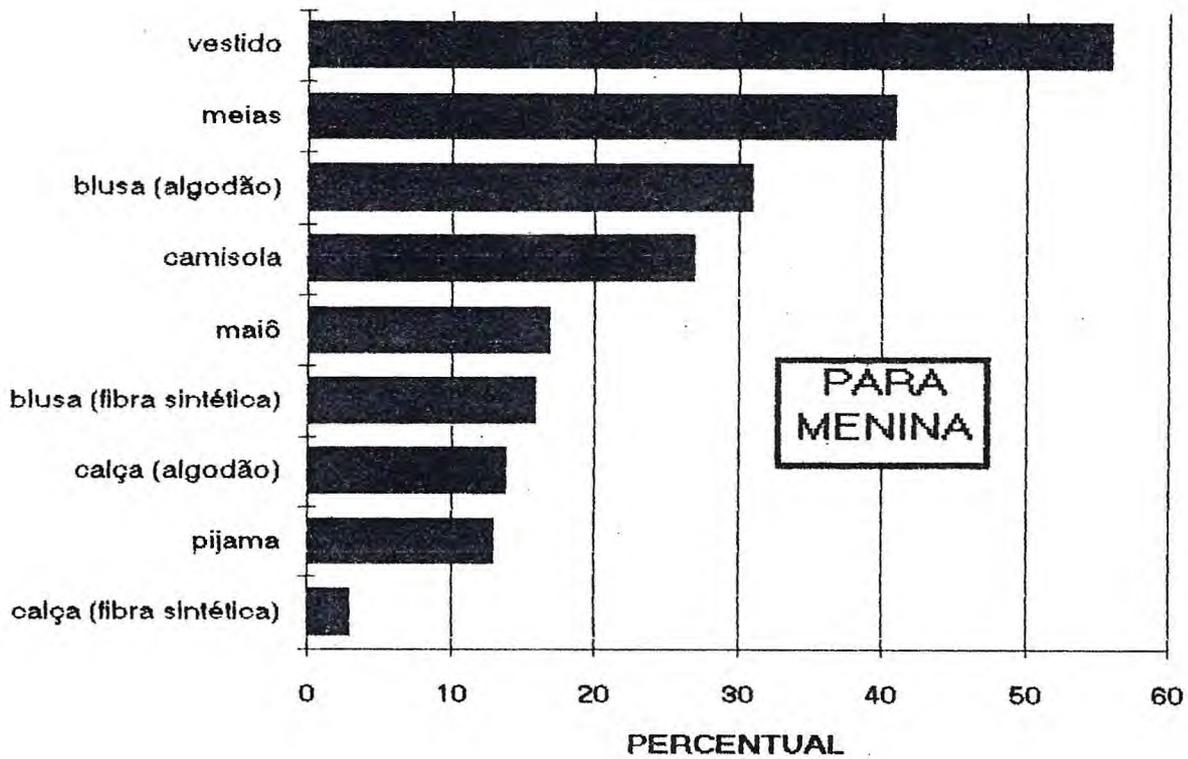


GRÁFICO 8

**FREQUÊNCIA DOS DOMICÍLIOS NO CONSUMO E NA
DISPONIBILIDADE DE PRODUTOS DE VESTUÁRIO - 1991**

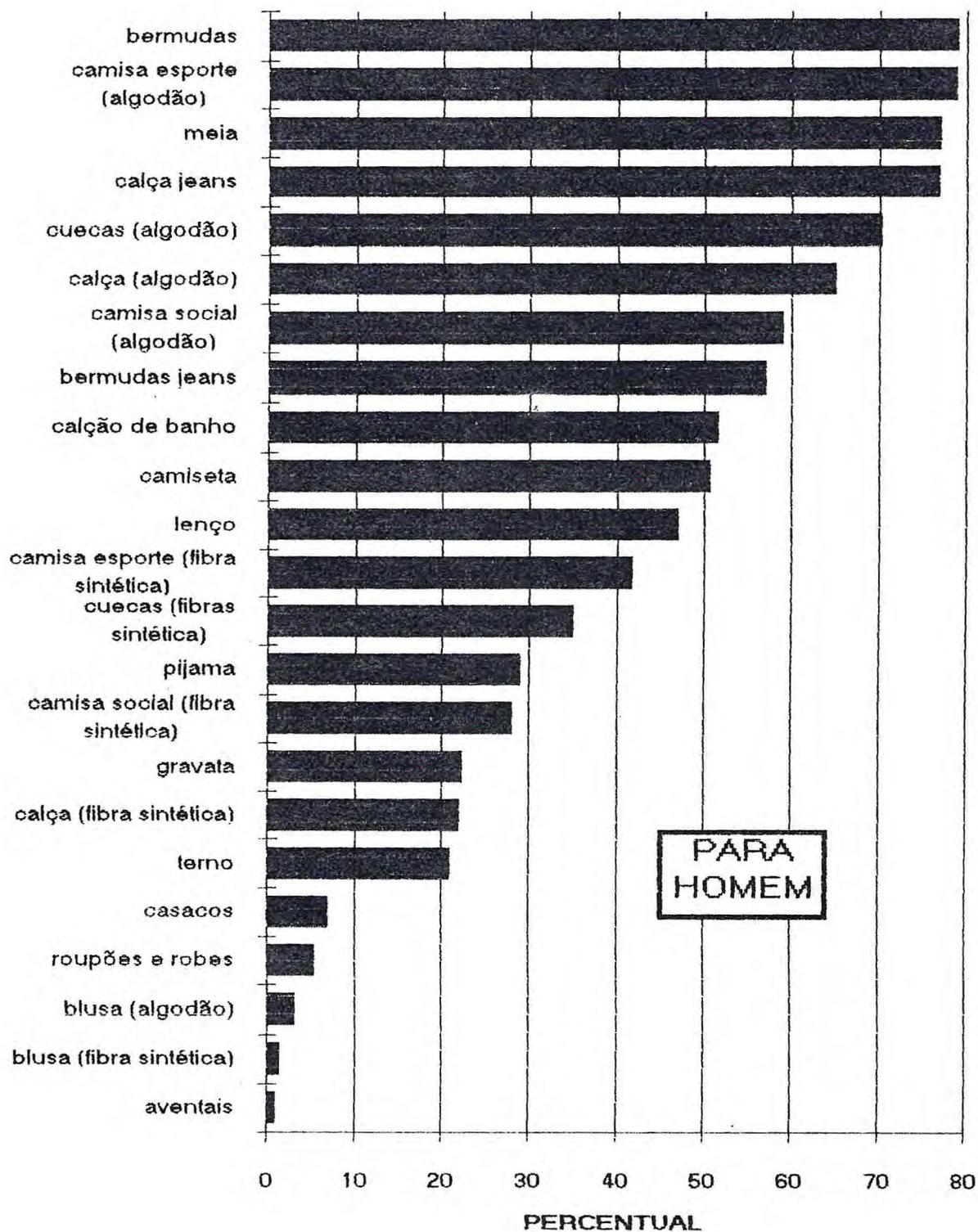


GRÁFICO 9

FREQUÊNCIA DOS DOMICÍLIOS NO CONSUMO E NA
DISPONIBILIDADE DE PRODUTOS DE VESTUÁRIO - 1991

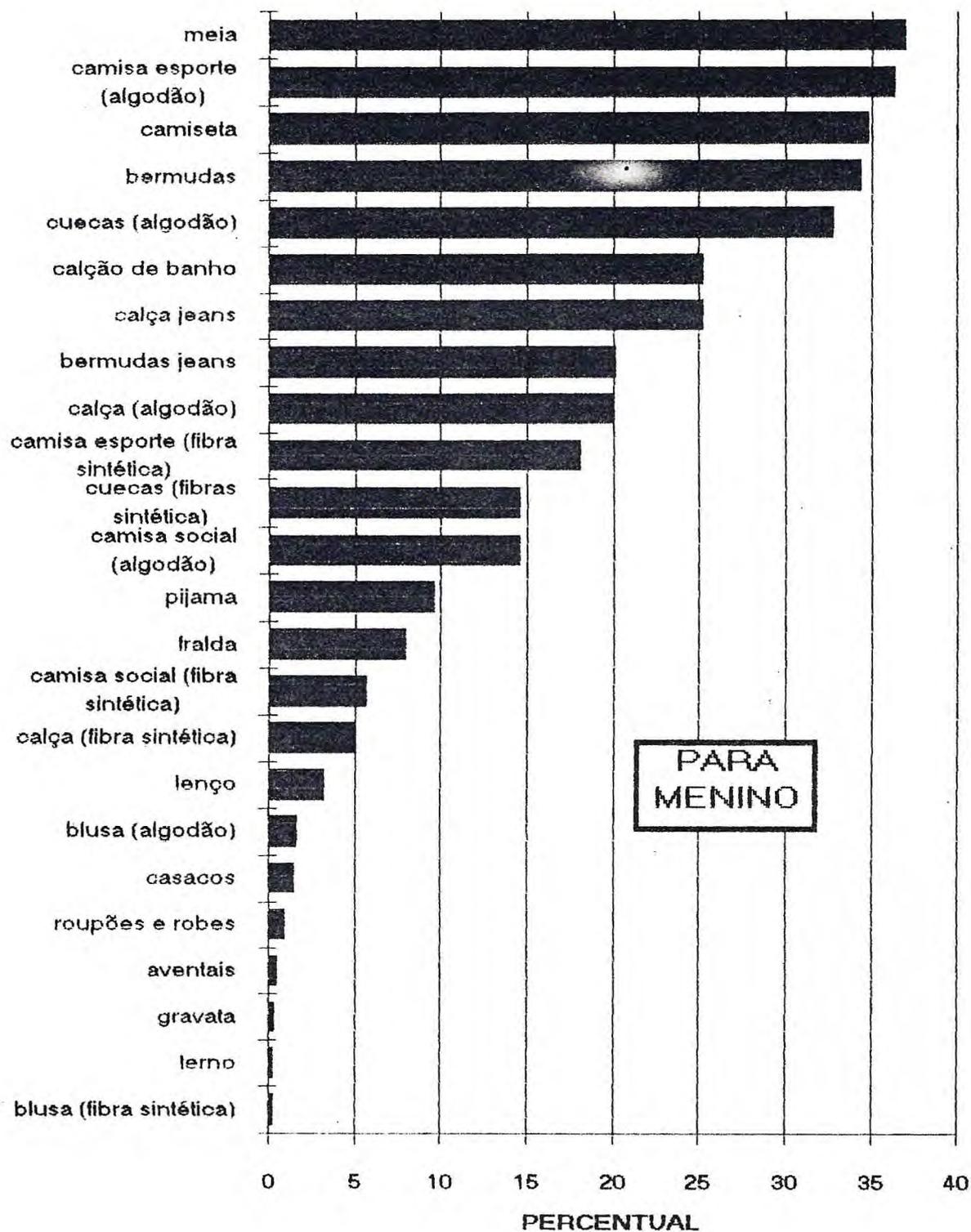


GRÁFICO 10

FREQUÊNCIA DOS DOMICÍLIOS NO CONSUMO E NA DISPONIBILIDADE DE PRODUTOS DE VESTUÁRIO - 1991

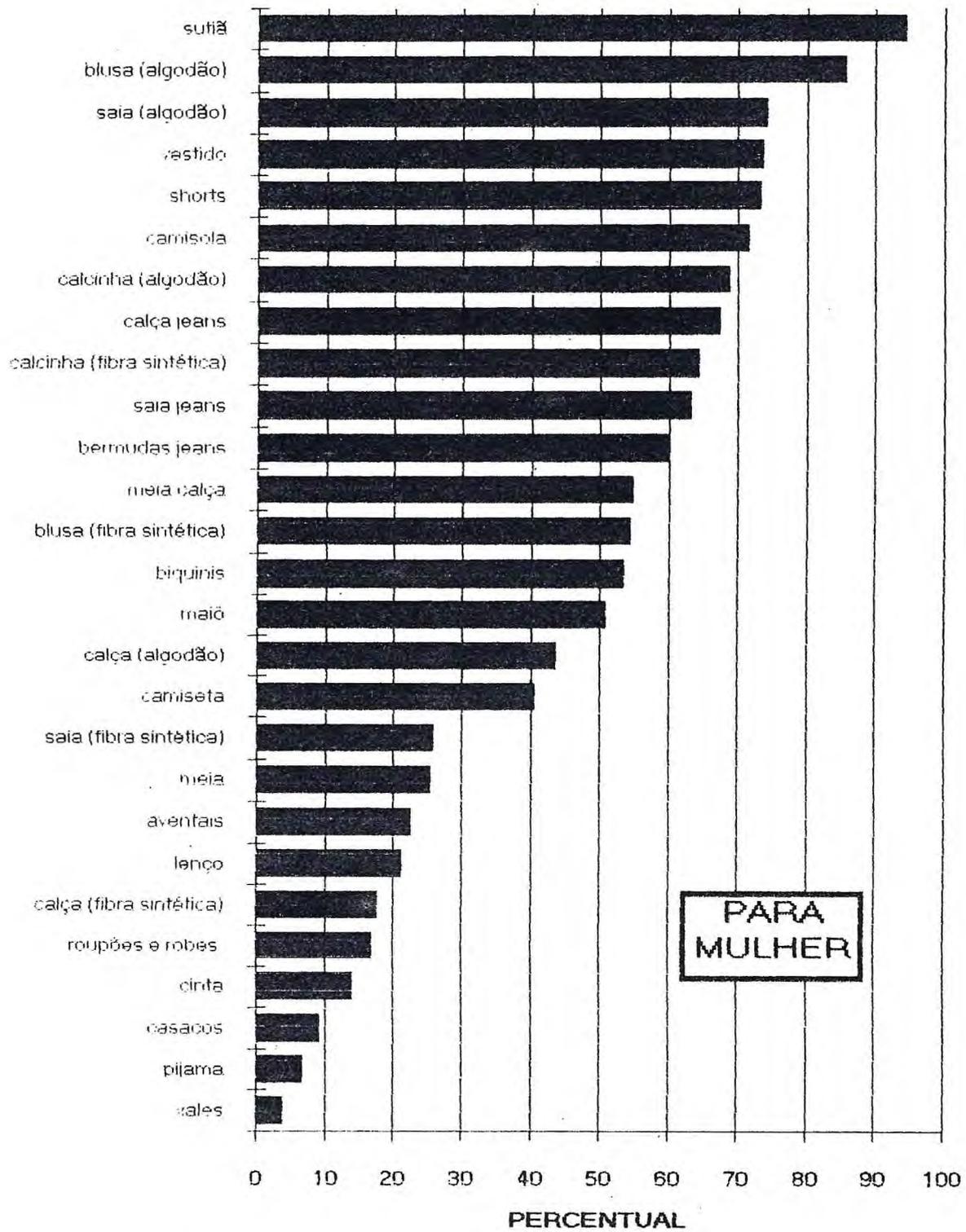


GRÁFICO 11

FREQUÊNCIA DOS DOMÍCIOS NO CONSUMO E NA
DISPONIBILIDADE DE PRODUTOS DE VESTUÁRIO - 1991

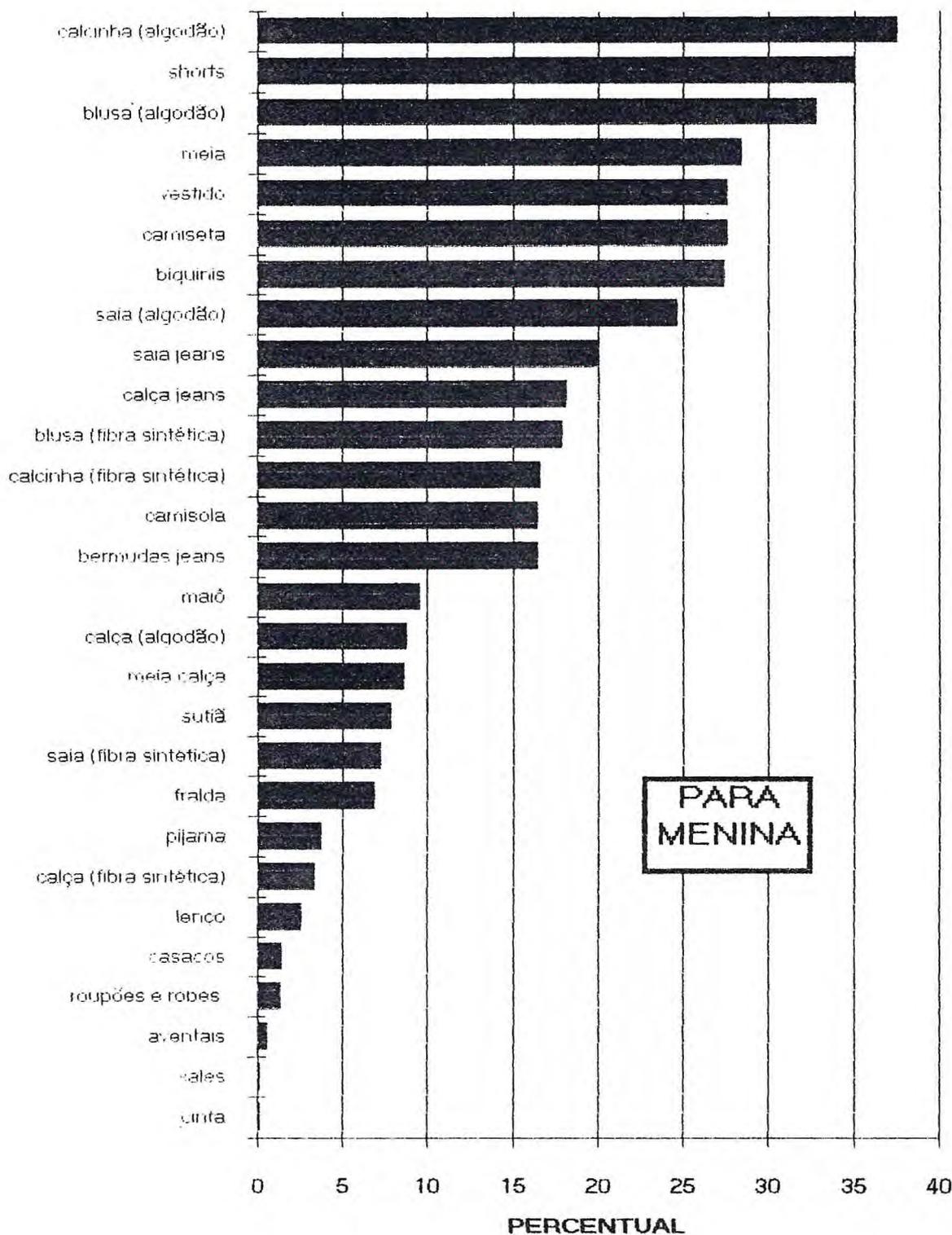


TABELA 29

CONSUMO "PER CAPITA" ANUAL MÉDIO DE CALÇADOS E ARTEFATOS
DE COURO, BORRACHA E PLÁSTICO PARA HOMEM

PRODUTOS	UNIDADE	CONSUMO MÉDIO		
		1965	1971	1991
ALPERCATA DE COURO	PAR	0,113	0,133	0,226
ALPERCATA DE PLÁSTICO	PAR	0,041	0,001	0,118
BOLSA DE COURO	UNID.	-	-	0,118
BOLSA DE PLÁSTICO	UNID.	-	-	0,056
BOLSA-PASTA DE COURO	UNID.	0,182	0,205	-
BOLSA-PASTA DE PLÁSTICO	UNID.	0,046	0,027	-
BOTA DE BORRACHA	PAR	-	-	0,020
BOTA DE COURO	PAR	-	-	0,065
CARTEIRA DE COURO	UNID.	0,544	0,524	0,541
CARTEIRA DE PLÁSTICO	UNID.	0,084	0,062	0,334
CHAPÉU DE COURO	UNID.	-	-	0,019
CHINELA DE BORRACHA JAPONESA	PAR	-	1,150	0,802
CHINELA DE COURO	PAR	0,416	0,692	0,170
CHINELA DE PLÁSTICO (*)	PAR	1,396	0,011	0,277
CINTO DE COURO	UNID.	1,011	-	1,204
CINTO DE PLÁSTICO	UNID.	0,027	-	0,109
GALOCHAS	PAR	0,081	-	-
PASTA DE COURO	UNID.	-	-	0,110
PASTA DE PLÁSTICO	UNID.	-	-	0,041
SAPATO DE COURO	PAR	2,069	1,615	1,375
SAPATO DE PLÁSTICO	PAR	0,138	0,017	0,055
TÊNIS	PAR	-	-	0,949

FONTE: Dados da amostra.

NOTA: Refere-se à população masculina adulta com mais de 14 anos.

(*) Inclusive tipo japonesa, para o ano de 1965.

TABELA 30

CONSUMO "PER CAPITA" ANUAL MÉDIO DE CALÇADOS E ARTEFATOS
DE COURO, BORRACHA E PLÁSTICO PARA MULHER

PRODUTOS	UNIDADE	CONSUMO MÉDIO		
		1965	1971	1991
ALPERCATA DE COURO	PAR	0,409	0,338	-
ALPERCATA DE PLÁSTICO	PAR	0,076	0,01	-
BOLSA DE COURO	UNID.	-	-	0,728
BOLSA DE PLÁSTICO	UNID.	-	-	0,355
BOLSA-PASTA DE COURO	UNID.	0,581	0,273	-
BOLSA-PASTA DE PLÁSTICO	UNID.	0,095	0,185	-
BOTA DE BORRACHA	PAR	-	-	0,003
BOTA DE COURO	PAR	-	-	0,015
CARTEIRA DE COURO	UNID.	0,381	0,248	0,307
CARTEIRA DE PLÁSTICO	UNID.	0,085	0,067	0,267
CHAPÉU DE COURO	UNID.	-	-	0,005
CHINELA DE BORRACHA JAPONESA	PAR	-	1,060	0,807
CHINELA DE COURO	PAR	0,446	0,788	0,158
CHINELA DE PLÁSTICO (*)	PAR	1,314	0,044	0,257
CINTO DE COURO	UNID.	0,112	-	0,907
CINTO DE PLÁSTICO	UNID.	0,014	-	0,157
GALOCHAS	PAR	0,063	-	-
PASTA DE COURO	UNID.	-	-	0,035
PASTA DE PLÁSTICO	UNID.	-	-	0,052
SAPATO DE COURO	PAR	2,149	1,681	1,469
SAPATO DE PLÁSTICO	PAR	0,090	0,024	0,132
SANDÁLIAS	PAR	-	-	0,966
TAMANCO DE MADEIRA	PAR	-	-	0,027
TÊNIS	PAR	-	-	0,540

FONTE: Dados da amostra.

NOTA: Refere-se à população feminina adulta com mais de 14 anos.

(*) Inclusive tipo japonesa, para o ano de 1965.

TABELA 31

CONSUMO "PER CAPITA" ANUAL MÉDIO DE CALÇADOS E ARTEFATOS
DE COURO, BORRACHA E PLÁSTICO PARA MENINO

PRODUTOS	UNIDADE	CONSUMO MÉDIO		
		1965	1971	1991
ALPERCATA DE COURO	PAR	0,074	0,094	0,108
ALPERCATA DE PLÁSTICO	PAR	0,091	0,029	0,112
BOLSA DE COURO	UNID.	-	-	0,010
BOLSA DE PLÁSTICO	UNID.	-	-	0,063
BOLSA-PASTA DE COURO	UNID.	0,150	0,080	-
BOLSA-PASTA DE PLÁSTICO	UNID.	0,115	0,038	-
BOTA DE BORRACHA	PAR	-	-	0,019
BOTA DE COURO	PAR	-	-	0,032
CARTEIRA DE COURO	UNID.	0,075	0,037	0,064
CARTEIRA DE PLÁSTICO	UNID.	0,013	0,012	0,209
CHAPÉU DE COURO	UNID.	-	-	0,008
CHINELA DE BORRACHA JAPONESA	PAR	-	1,327	0,777
CHINELA DE COURO	PAR	0,166	0,179	0,047
CHINELA DE PLÁSTICO (*)	PAR	1,205	0,027	0,265
CINTO DE COURO	UNID.	0,259	-	0,328
CINTO DE PLÁSTICO	UNID.	0,014	-	0,052
GALOCHAS	PAR	0,023	-	-
PASTA DE COURO	UNID.	-	-	0,009
PASTA DE PLÁSTICO	UNID.	-	-	0,096
SAPATO DE COURO	PAR	1,214	1,213	0,577
SAPATO DE PLÁSTICO	PAR	0,243	0,101	0,064
TÊNIS	PAR	-	-	0,970

FONTE: Dados da amostra.

NOTA: Refere-se à população masculina até 14 anos.

(*) Inclusive tipo japonesa, para o ano de 1965.

TABELA 32

CONSUMO "PER CAPITA" ANUAL MÉDIO DE CALÇADOS E ARTEFATOS
DE COURO, BORRACHA E PLÁSTICO PARA MENINA

PRODUTOS	UNIDADE	CONSUMO MÉDIO		
		1965	1971	1991
ALPERCATA DE COURO	PAR	0,167	0,154	-
ALPERCATA DE PLÁSTICO	PAR	0,087	0,022	-
BOLSA DE COURO	UNID.	-	-	0,051
BOLSA DE PLÁSTICO	UNID.	-	-	0,137
BOLSA-PASTA DE COURO	UNID.	0,142	0,067	-
BOLSA-PASTA DE PLÁSTICO	UNID.	0,091	0,062	-
BOTA DE BORRACHA	PAR	-	-	0,027
BOTA DE COURO	PAR	-	-	0,020
CARTEIRA DE COURO	UNID.	0,052	0,021	0,030
CARTEIRA DE PLÁSTICO	UNID.	0,025	0,012	0,087
CHAPÉU DE COURO	UNID.	-	-	0,004
CHINELA DE BORRACHA JAPONESA	PAR	-	1,228	0,724
CHINELA DE COURO	PAR	0,28	0,202	0,044
CHINELA DE PLÁSTICO (*)	PAR	1,059	0,022	0,317
CINTO DE COURO	UNID.	0,032	-	0,229
CINTO DE PLÁSTICO	UNID.	0,006	-	0,123
GALOCHAS	PAR	0,039	-	-
PASTA DE COURO	UNID.	-	-	0,010
PASTA DE PLÁSTICO	UNID.	-	-	0,124
SAPATO DE COURO	PAR	1,339	1,201	0,678
SAPATO DE PLÁSTICO	PAR	0,152	0,093	0,174
SANDÁLIAS	PAR	-	-	0,509
TAMANCO DE MADEIRA	PAR	-	-	0,010
TÊNIS	PAR	-	-	0,756

FONTE: Dados da amostra.

NOTA: Refere-se à população feminina até 14 anos.

(*) Inclusive tipo japonesa, para o ano de 1965.

GRÁFICO 12

FREQUÊNCIA DOS DOMICÍLIOS NO CONSUMO DE CALÇADOS E ARTEFATOS DE COURO, BORRACHA E PLÁSTICO - 1971

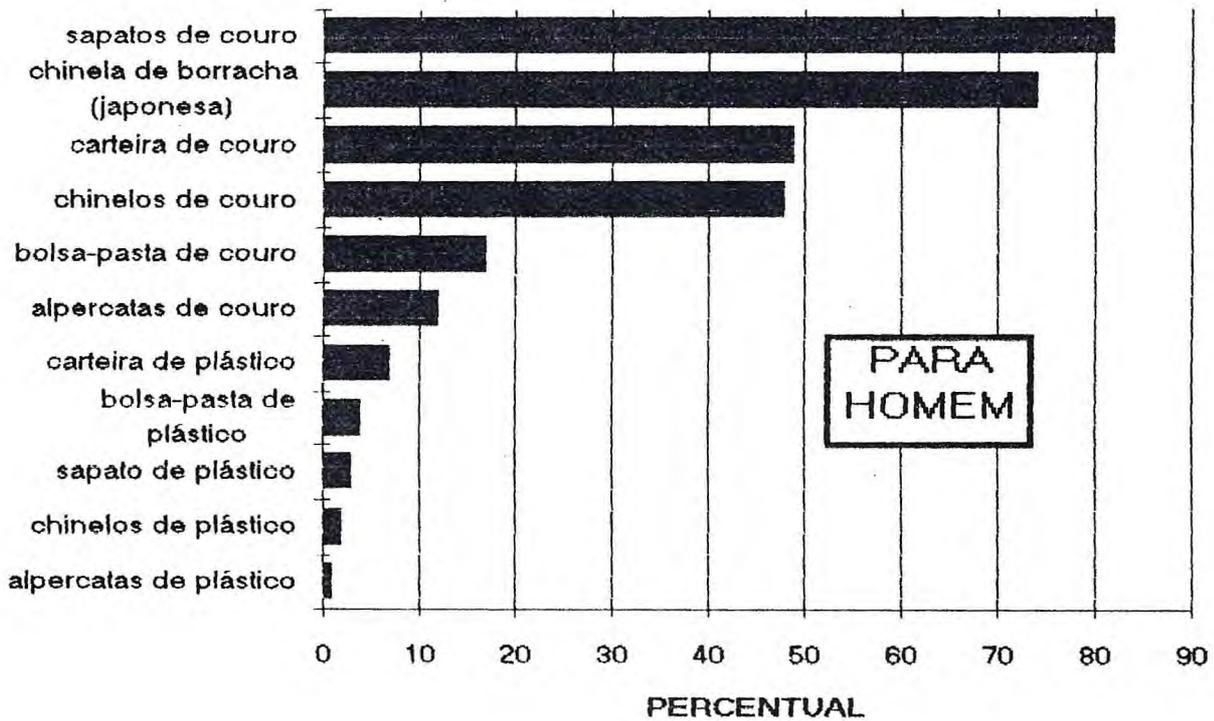


GRÁFICO 13

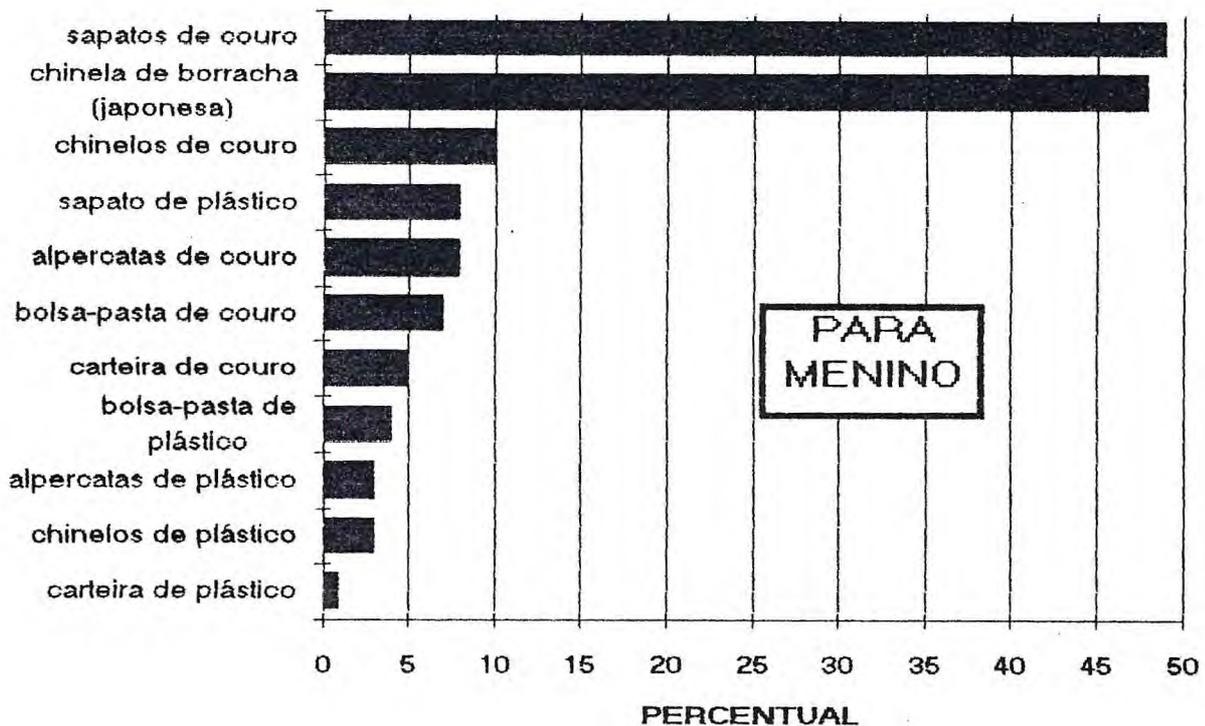


GRÁFICO 14

FREQUÊNCIA DOS DOMICÍLIOS NO CONSUMO DE CALÇADOS E ARTEFATOS DE COURO, BORRACHA E PLÁSTICO - 1971

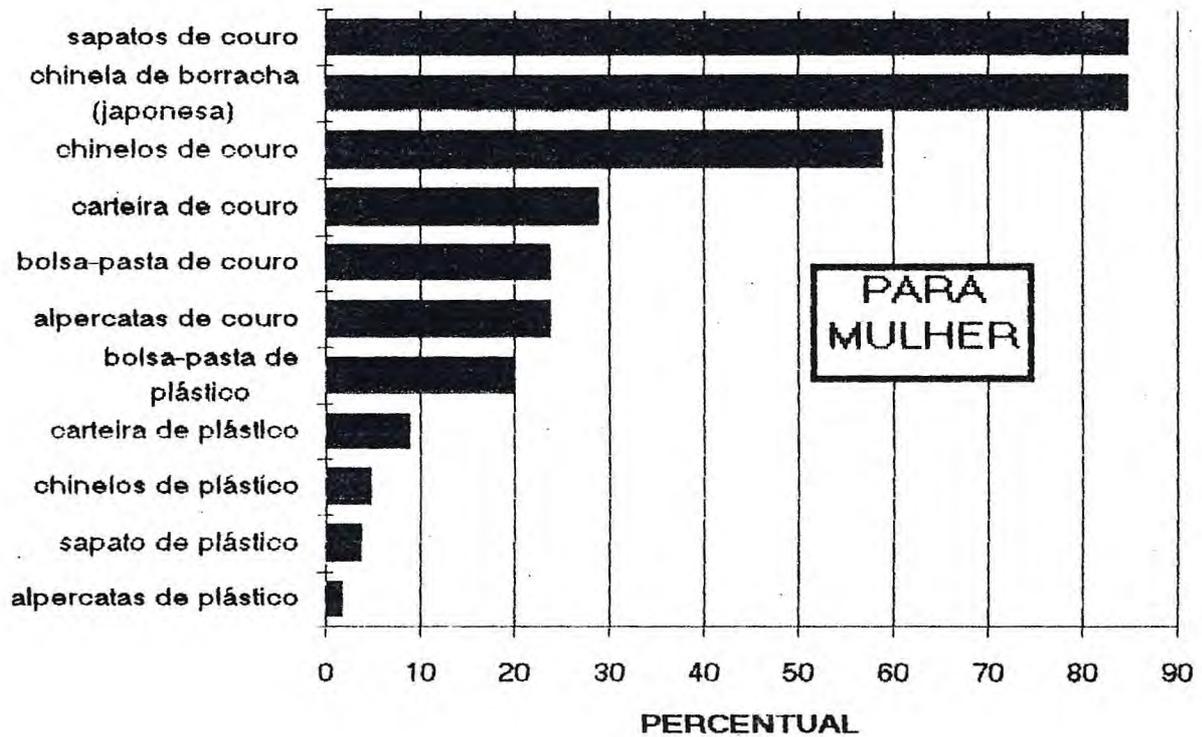


GRÁFICO 15

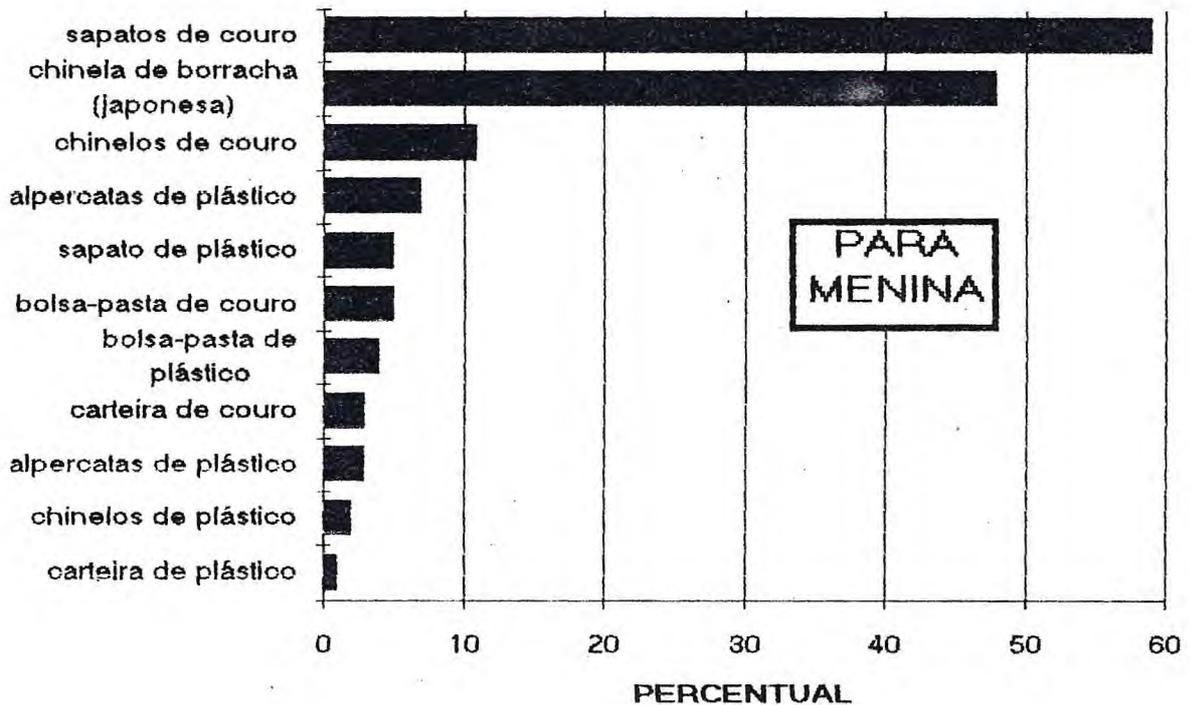


GRÁFICO 16

FREQUÊNCIA DOS DOMICÍLIOS NO CONSUMO DE CALÇADOS E ARTEFATOS DE COURO, BORRACHA E PLÁSTICO - 1991

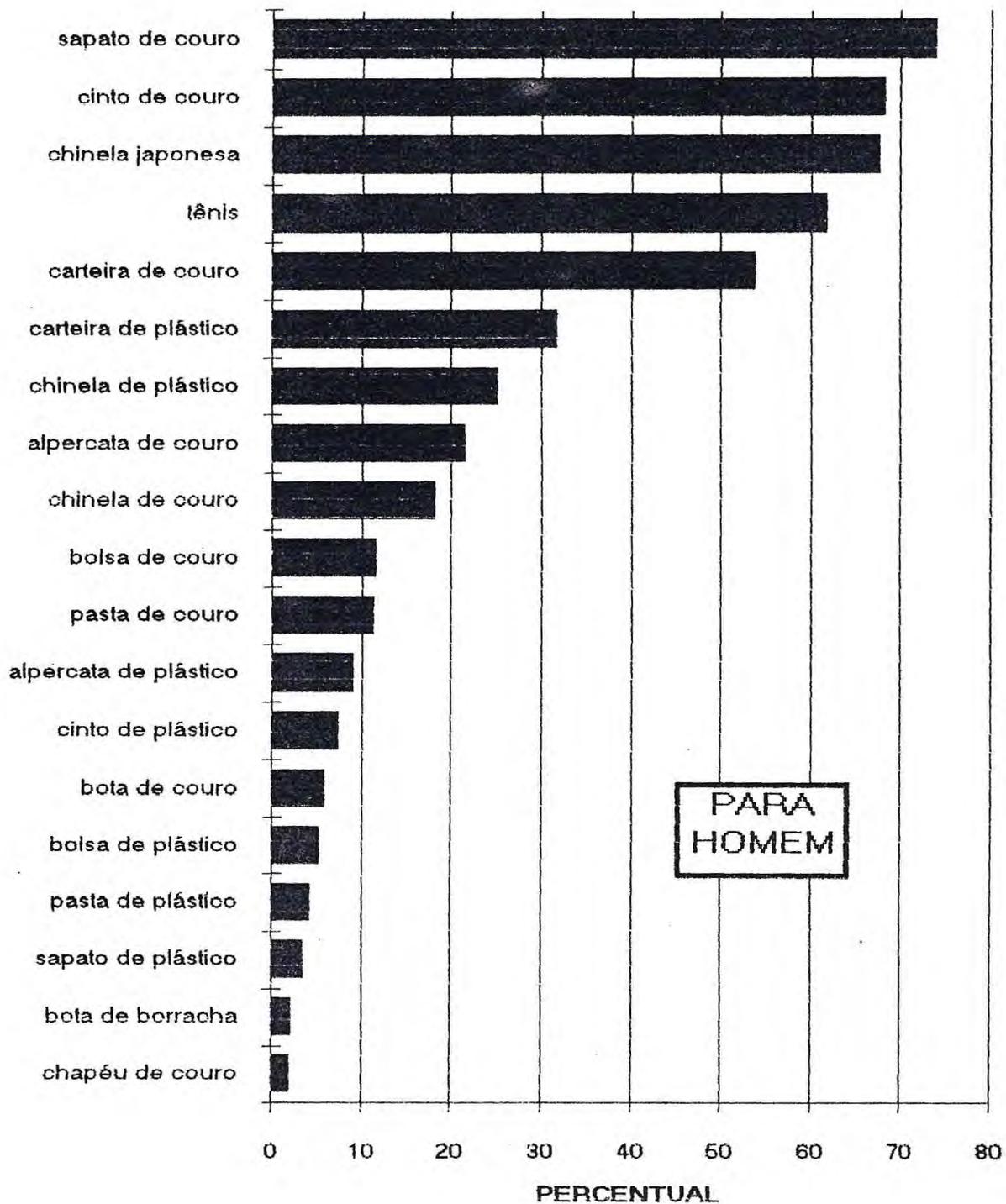


GRÁFICO 17

FREQUÊNCIA DOS DOMICÍLIOS NO CONSUMO DE CALÇADOS E ARTEFATOS DE COURO, BORRACHA E PLÁSTICO - 1991

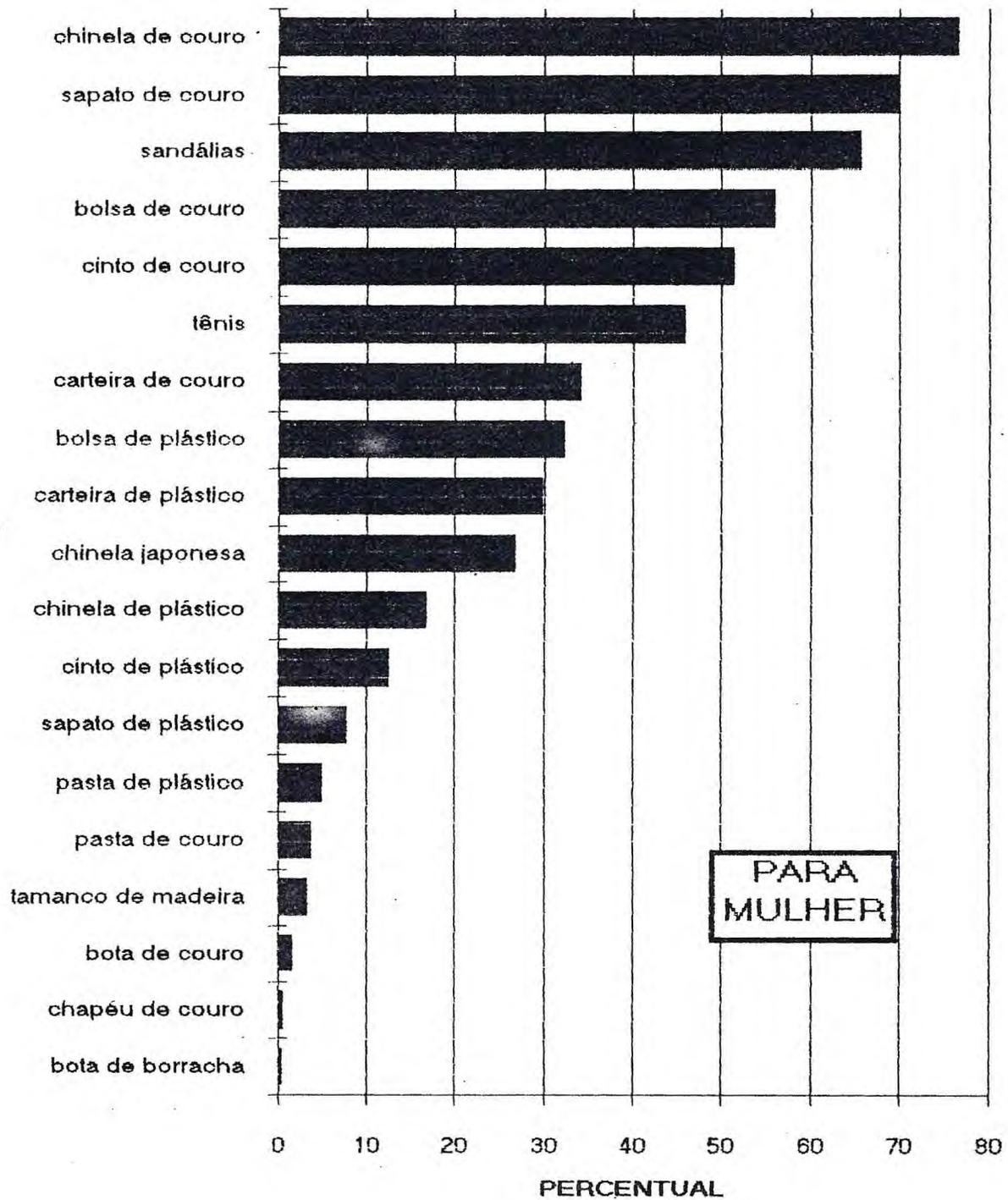


GRÁFICO 18

FREQUÊNCIA DOS DOMICÍLIOS NO CONSUMO DE CALÇADOS E ARTEFATOS DE COURO, BORRACHA E PLÁSTICO - 1991

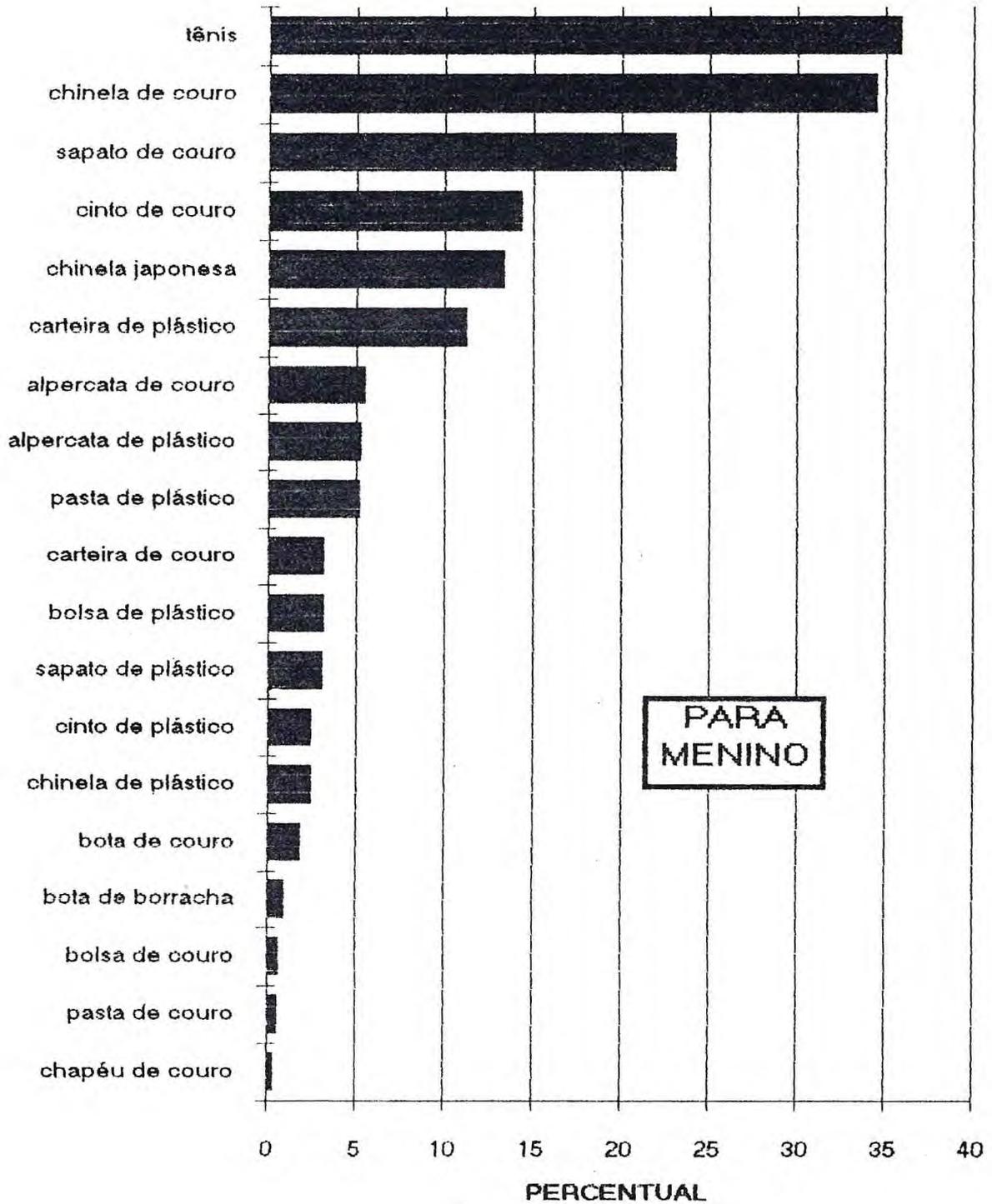


GRÁFICO 19

FREQUÊNCIA DOS DOMICÍLIOS NO CONSUMO DE CALÇADOS E ARTEFATOS DE COURO, BORRACHA E PLÁSTICO - 1991

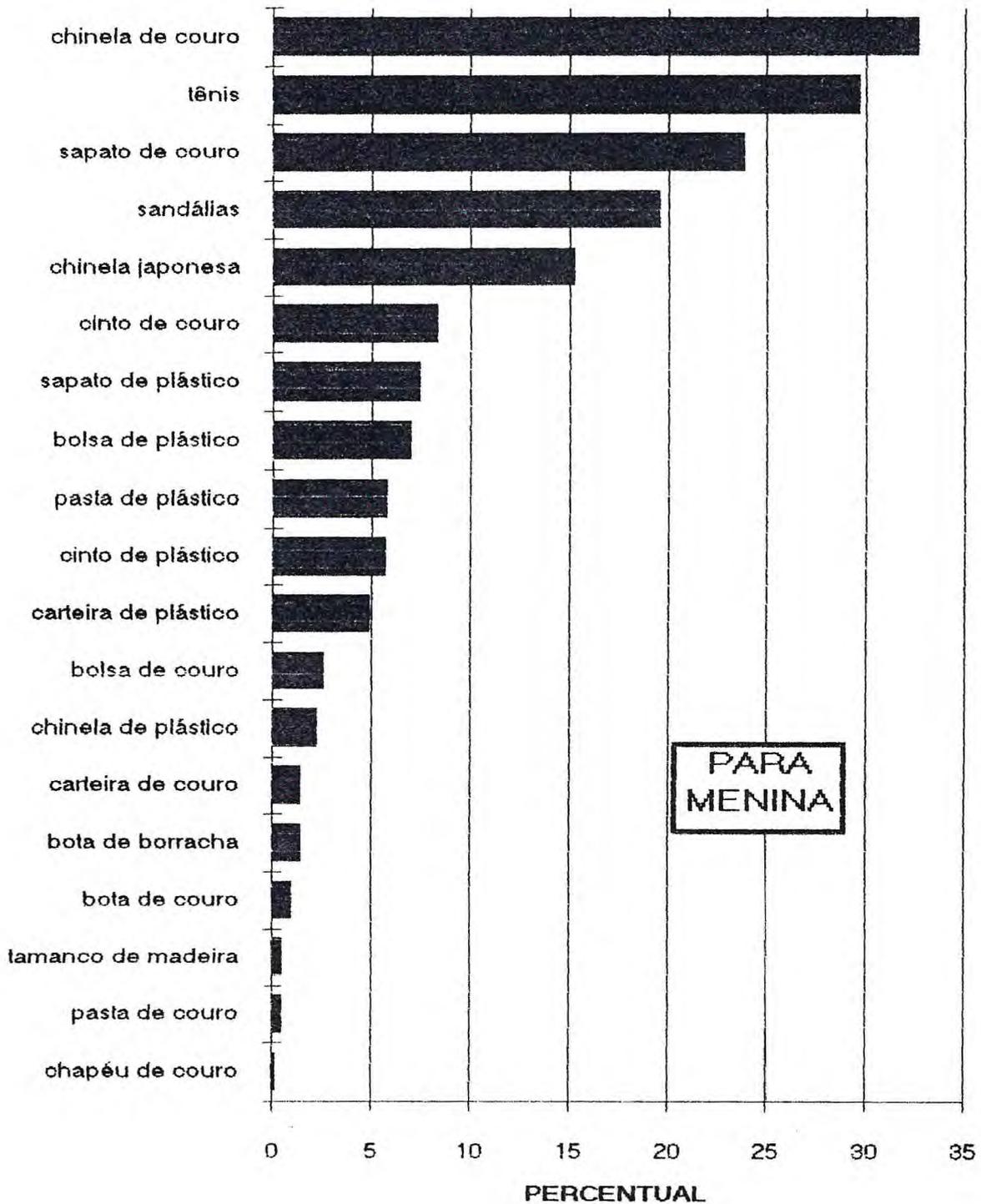


TABELA 33

**CONSUMO ANUAL MÉDIO "PER CAPITA" E POR DOMICÍLIO
DE PRODUTOS DE LIMPEZA DOMÉSTICA**

PRODUTOS	UNIDADE	CONSUMO MÉDIO		
		1965	1971	1991
CONSUMO PER CAPITA				
SABÃO DE CÔCO	Kg	0,068	0,147	0,472
SABÃO EM BARRA	Kg	9,228	7,964	5,156
SABÃO EM PÓ	Kg	0,699	2,145	3,251
SABÃO LÍQUIDO	L	0,059	-	0,223
CONSUMO POR DOMICÍLIO				
ÁGUA SANITÁRIA	L	1,420	5,039	22,901
ANTI-MOFO	CAIXA	-	0,109	-
AMACIANTE DE ROUPA	L	-	-	3,522
BALDE PLÁSTICO	UNID.	-	-	2,287
CERA PARA ASSOALHO	Kg	4,358	5,441	1,583
CREOLINA	L	5,304	1,440	0,128
DETERGENTE	L	-	-	10,914
ESPANADOR	UNID.	1,471	-	0,377
ESPIRAIS (MATA INSETOS)	CAIXA	-	-	1,920
ESPONJA DE AÇO	Kg	0,067	1,407	2,803
FLANELA	UNID.	-	-	0,833
INSETICIDA AEROSOL	L	-	0,978	0,435
INSETICIDA EM PÓ	Kg	-	0,313	0,048
INSETICIDA LÍQUIDO	L	1,049	1,496	0,439
LIMPA PLÁSTICO	UNID.	-	0,102	-
LIMPA VIDRO	L	-	0,448	0,239
LUSTRA MÓVEIS (CERA)	Kg	0,635	0,140	0,271
LUSTRA MÓVEIS (ÓLEO)	L	1,981	2,934	1,180
OUTROS DESINFETANTES	L	-	3,647	5,113
PALHA DE AÇO PARA ASSOALHO	Kg	0,440	-	-
PANO DE PRATO	UNID.	-	-	4,457
POLIDOR DE METAIS	L	0,266	0,535	0,107
RODO	UNID.	1,423	-	1,757
SACO PLÁSTICO DE LIXO	PCTE.	-	-	10,846
SAPÓLEO	Kg	2,711	0,969	0,274
VASSOURA DE PÊLO	UNID.	-	-	1,074
VASSOURA DE PLAÇAUA	UNID.	-	-	2,940

FONTE: Coleta direta.

GRÁFICO 20

FREQÜÊNCIA DOS DOMICÍLIOS NO CONSUMO DE PRODUTOS DE LIMPEZA DOMÉSTICA - 1965

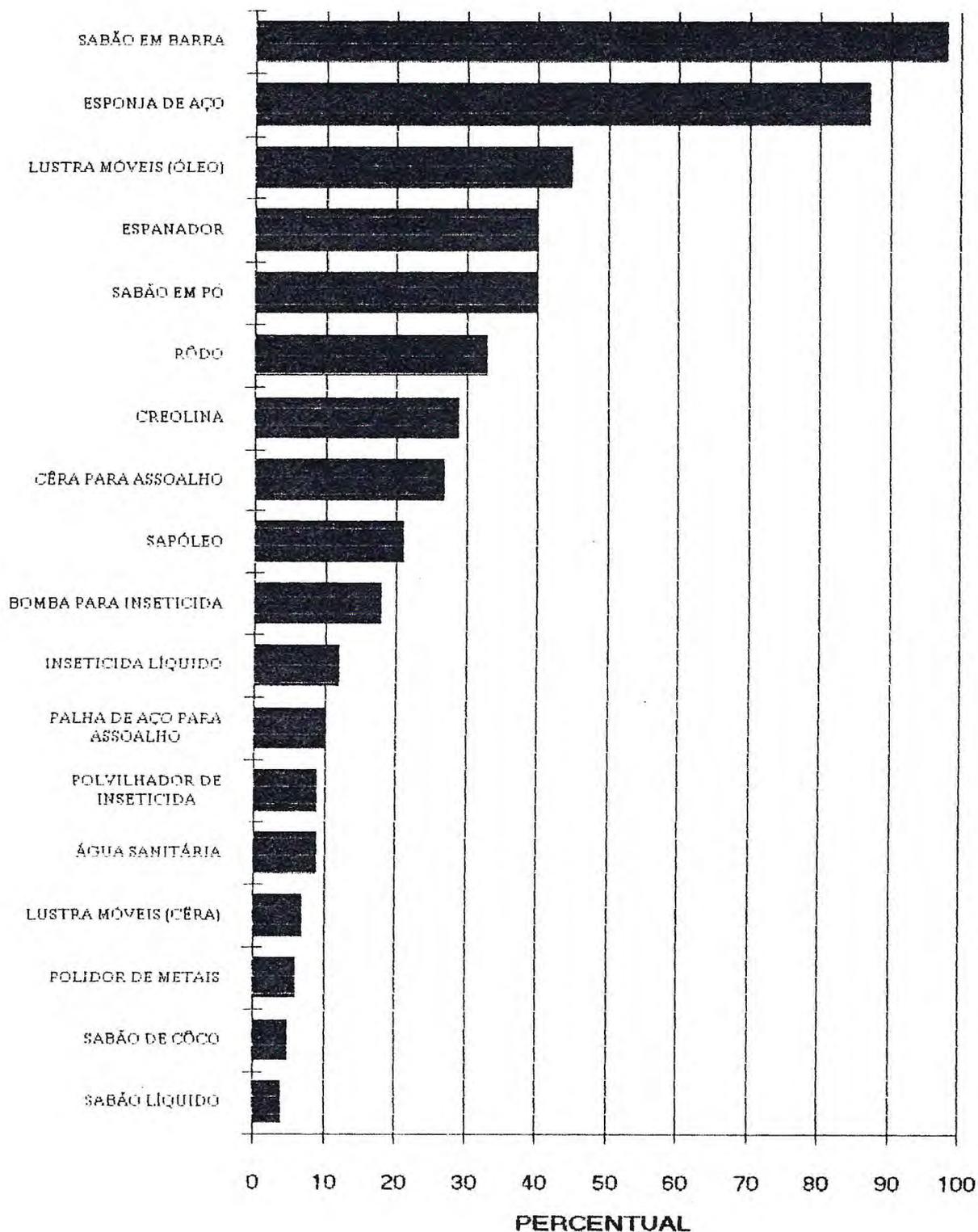


GRÁFICO 21

FREQÜÊNCIA DOS DOMICÍLIOS NO CONSUMO DE PRODUTOS DE LIMPEZA DOMÉSTICA - 1971

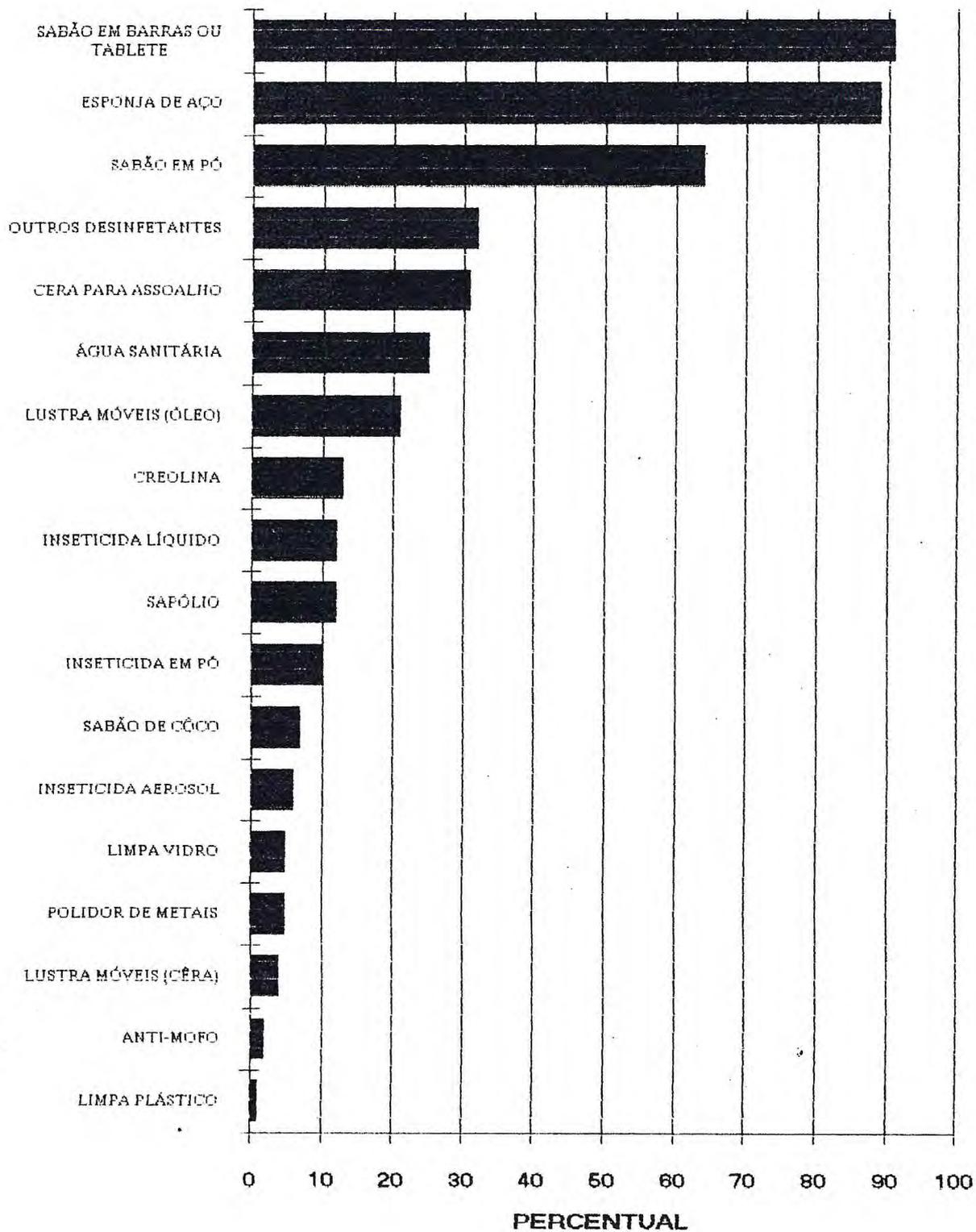


GRÁFICO 22

FREQÜÊNCIA DOS DOMICÍLIOS NO CONSUMO DE PRODUTOS DE LIMPEZA DOMÉSTICA - 1991

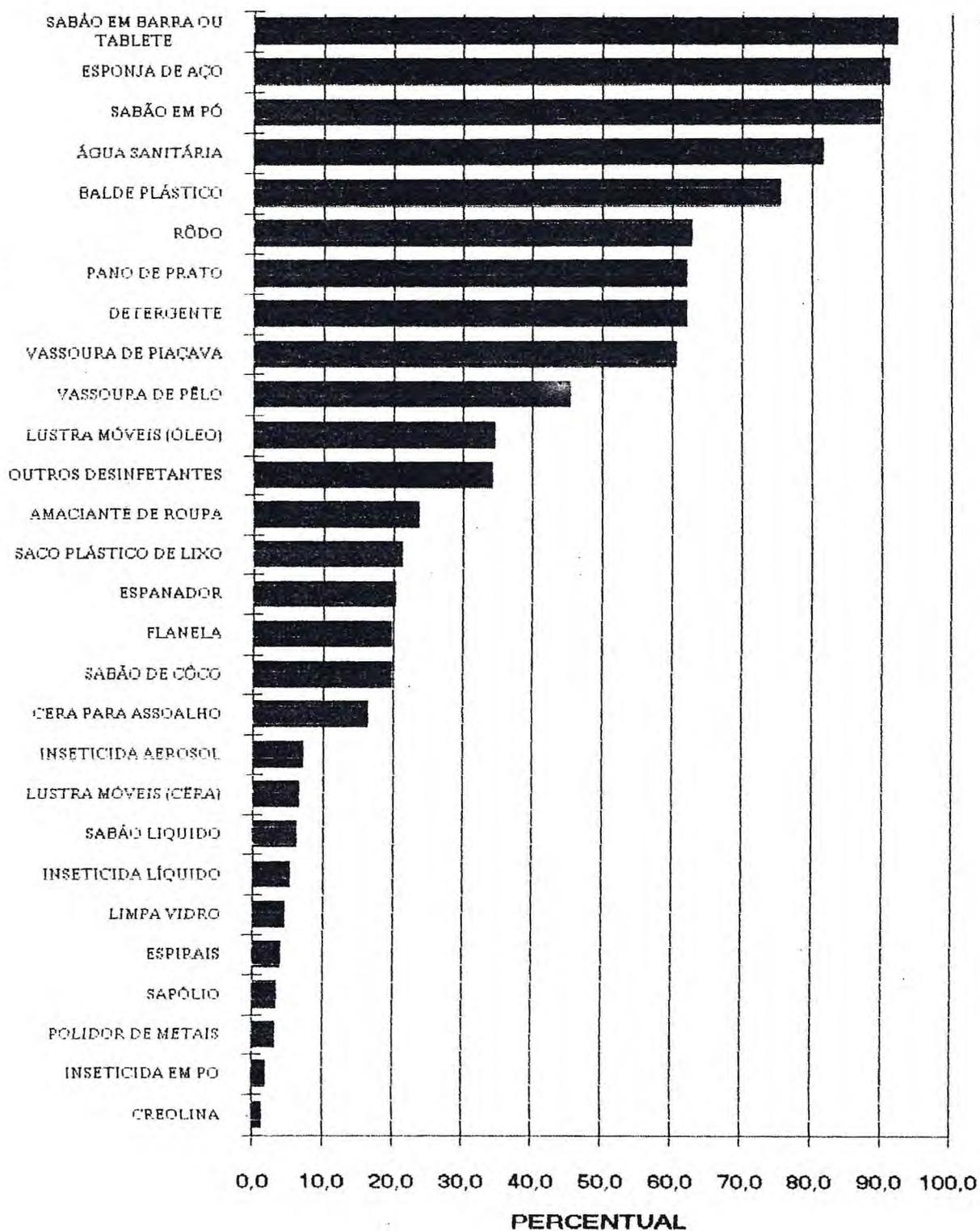


TABELA 34

**CONSUMO ANUAL E DISPONIBILIDADE "PER CAPITA" E POR DOMICÍLIO
MÉDIA DOS PRODUTOS DE TOUCADOR E HIGIENE PESSOAL**

PRODUTOS	UNIDADE	DISPONIBILIDADE MÉDIA		
		1965	1971	1991
CONSUMO PARA MULHER				
ABSORVENTE HIGIÊNICO (C/10)	PCTE.	-	-	9,956
BATOM	UNID.	2,811	1,105	2,036
DELINEADOR	Kg	-	0,333	0,114
DEPILATÓRIOS	Kg	-	-	0,045
LAQUÊ	L.	0,229	0,601	0,012
RÍMEL	UNID.	-	-	0,064
ROUGE	UNID.	1,440	0,360	0,183
SOMBRA	UNID.	-	0,539	0,092
CONDICIONADOR	Kg	-	-	1,051
ESMALTE	UNID.	2,498	2,184	1,478
PÓ	CAIXA	2,899	2,685	0,296
CONSUMO P/ HOMEM				
CREME DE BARBEAR	Kg	2,315	2,619	0,247
LOÇÃO APÓS BARBA	L.	0,250	1,273	0,120
FIXADOR PARA CABELO	Kg	0,297	-	0,054
CONSUMO COLETIVO				
ÁGUA DE COLÔNIA	L.	-	-	0,446
BRILHANTINA	VIDRO	1,241	0,351	-
BRONZEADOR	Kg	-	-	0,119
COTONETE	CAIXA	-	-	0,917
CREME DE LIMPEZA DE PELE	Kg	-	0,653	0,041
DENTIFRÍCIO	Kg	5,500	5,478	1,198
DESODORANTE	Kg	0,062	0,158	0,674
ESCOVA PARA DENTES	UNID.	1,505	2,021	2,029
HIDRATANTE PARA O CORPO	Kg	-	-	0,172
LENÇO DE PAPEL	CAIXA	-	-	0,531
LOÇÃO PERFUMADA	L.	-	1,043	0,223
LOÇÃO DE LIMPEZA DE PELE	L.	-	0,821	0,031
ÓLEO PARA CABELO	L.	0,632	0,415	0,029
ÓLEO PARA PELE	L.	-	-	0,023
PALITO	CAIXA	1,848	1,104	1,706
PAPEL HIGIÊNICO	ROLO	6,144	7,416	20,612
PENTE	UNID.	6,654	4,196	0,762
PROTETOR SOLAR	UNID.	-	-	0,014
SABONETE	Kg	8,948	8,324	1,430
SHAMPOO	L.	0,617	1,543	1,839
TALCO	Kg	2,521	3,151	0,081
TINTA PARA CABELO	UNID.	-	-	0,038
TOALHA DE ROSTO	UNID.	0,714	4,308	0,746
TOALHA DE BANHO	UNID.	0,600	3,596	1,330
CONSUMO P/ ADULTOS				
BARBEADOR MANUAL	UNID.	-	-	12,855
LÂMINA DE BARBEAR	UNID.	-	-	2,407
DISPONIBILIDADE				
ESCOVA DE ROUPA	UNID.	-	0,594	0,110
ESCOVA PARA CABELO	UNID.	0,424	0,980	0,255
SABONETEIRA	UNID.	0,285	2,209	0,230
TESOURINHA	UNID.	-	1,288	0,142

FONTE: Dados da amostra.

GRÁFICO 23

FREQUÊNCIA DOS DOMICÍLIOS NO CONSUMO DE PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL - 1965

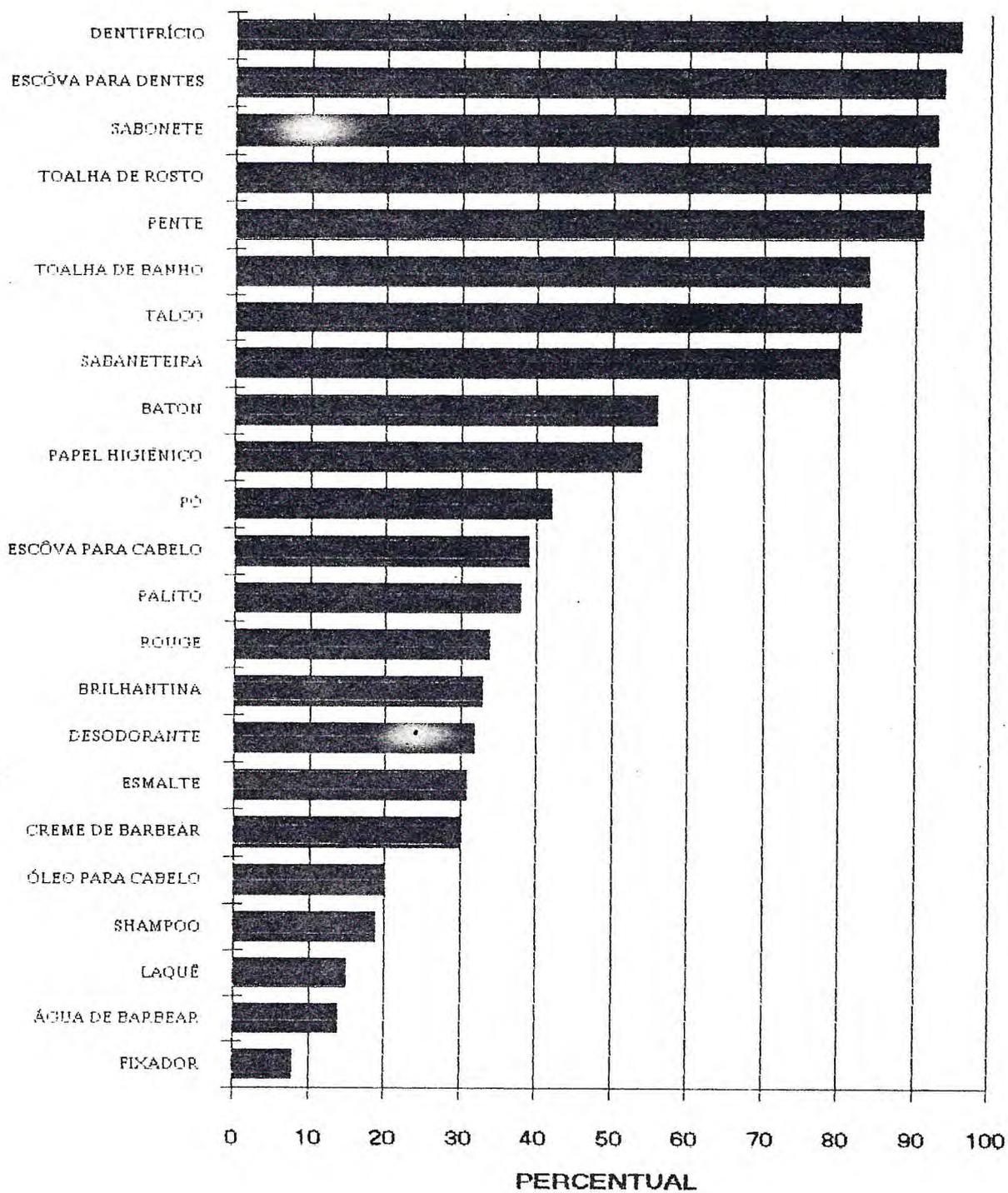


GRÁFICO 24

FREQÜÊNCIA DOS DOMICÍLIOS NO CONSUMO DE
PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL E TOUCADOR
- 1971 -

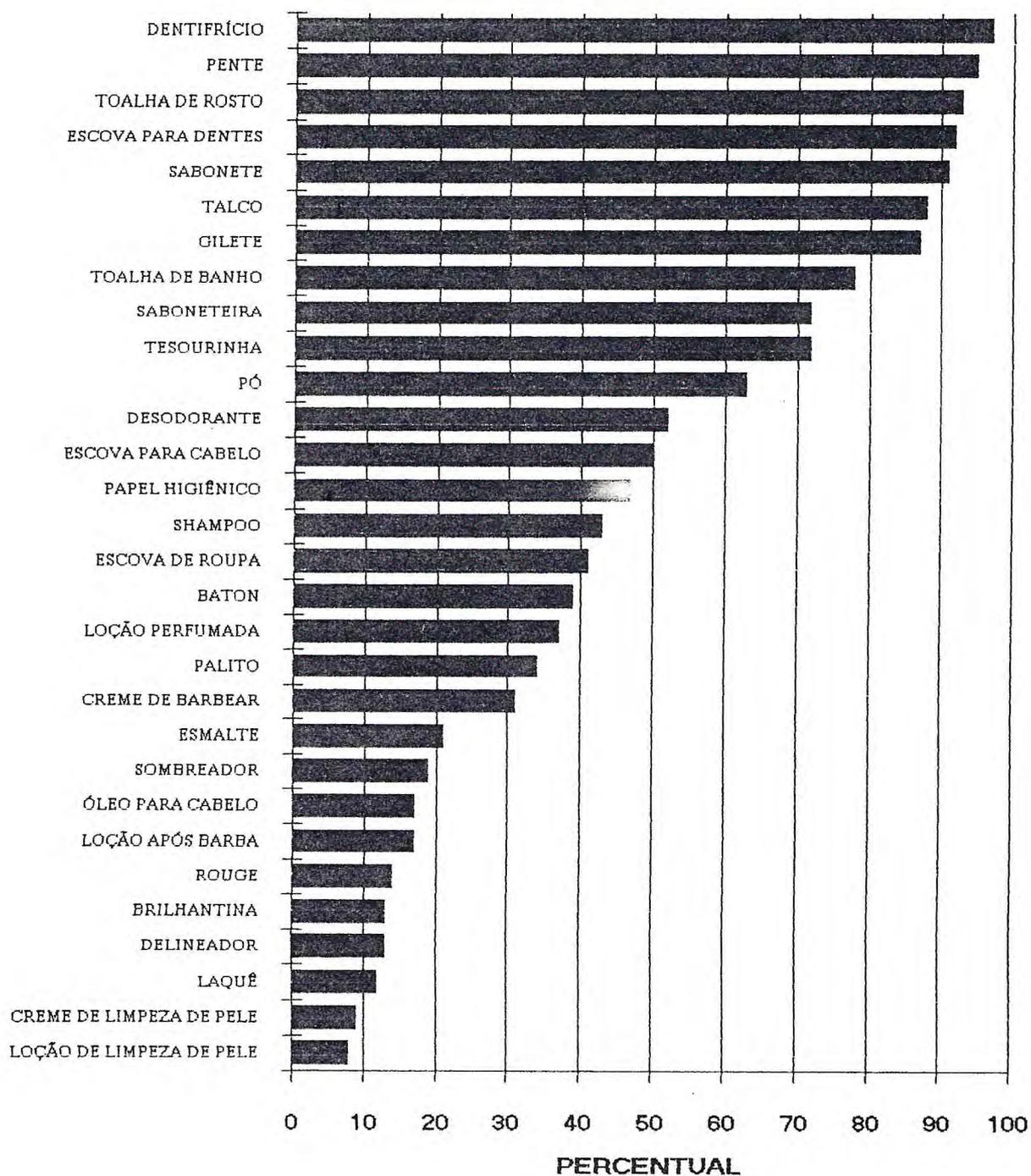


GRÁFICO 25

FREQÜÊNCIA DOS DOMICÍLIOS NO CONSUMO DE
PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL E TOUCADOR
- 1991 -

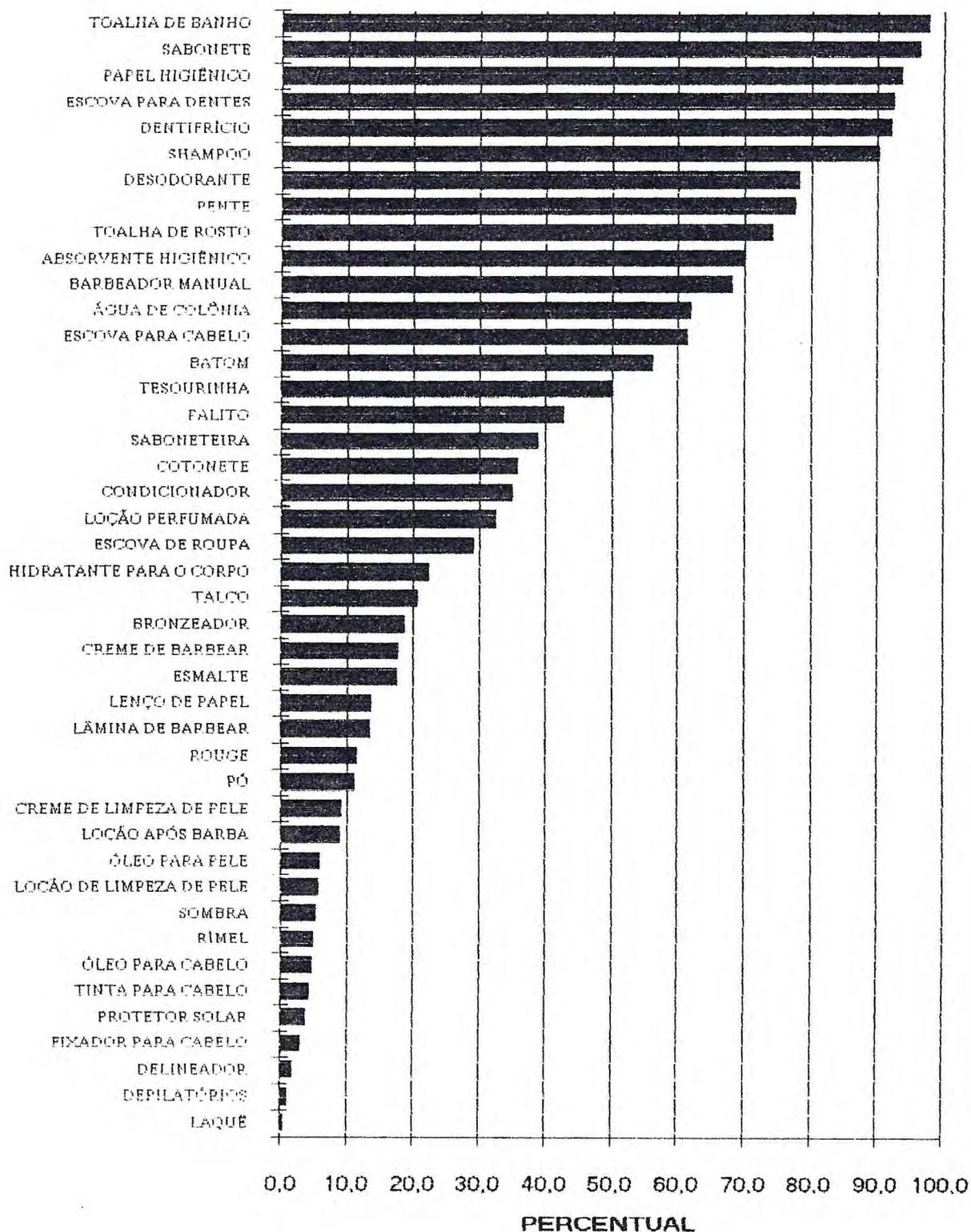


TABELA 35

DISPONIBILIDADE "PER CAPITA" DE BENS DURÁVEIS DE USO PESSOAL

PRODUTOS	UNIDADE	DISPONIBILIDADE MÉDIA		
		1965	1971	1991
HOMENS E MULHERES				
BARBEADOR ELÉTRICO	UNID.	-	0,011	0,031
ADULTOS				
BARBEADOR MANUAL NÃO DESCARTÁVEL	UNID.	-	0,191	0,089
CAMA DE CASAL	UNID.	-	-	0,261
MOTOCICLETA	UNID.	-	0,001	0,012
ÓCULOS ESPORTE	UNID.	0,074	0,052	0,255
CRIANÇAS				
BERÇO	UNID.	-	-	0,139
VELOCÍPEDE	UNID.	-	0,062	0,112
CONSUMO COLETIVO				
BICICLETA	UNID.	0,139	0,025	0,104
CABIDE	UNID.	-	-	3,198
CAMA DE SOLTEIRO	UNID.	-	-	0,271
CAPAS DE NYLON	UNID.	0,034	-	-
CAPAS DE TECIDO	UNID.	0,018	-	-
CAPAS DE PLÁSTICO	UNID.	0,068	-	-
COLCHÃO DE MOLA	UNID.	0,115	0,147	0,108
COLCHÃO DE OUTROS TIPOS	UNID.	0,135	0,069	0,343
GUARDA-CHUVA	UNID.	0,203	0,124	0,205
ÓCULOS DE GRAU	UNID.	0,065	0,122	0,225
REDE	UNID.	-	0,962	0,977
RELÓGIO DE PULSO	UNID.	-	-	0,462
SECADOR ELÉTRICO	UNID.	-	-	0,040

FONTE: Coleta direta.

GRÁFICO 26

FREQÜÊNCIA DOS DOMICÍLIOS NA
DISPONIBILIDADE DE BENS DURÁVEIS DE USO
PESSOAL E DOMICILIAR - 1965 -

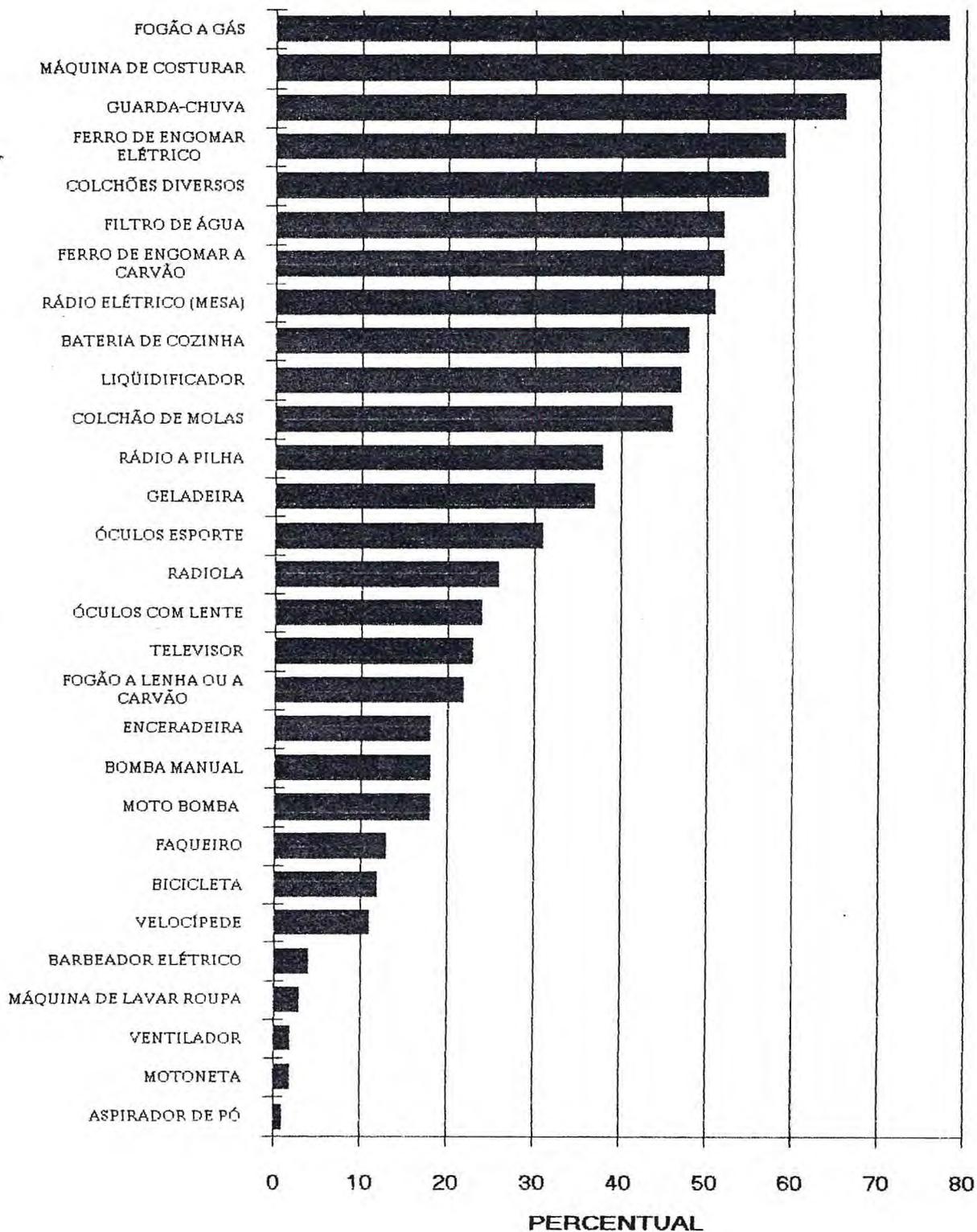


GRÁFICO 27

FREQÜÊNCIA DOS DOMICÍLIOS NA
DISPONIBILIDADE DE BENS DURÁVEIS DE USO
PESSOAL - 1971

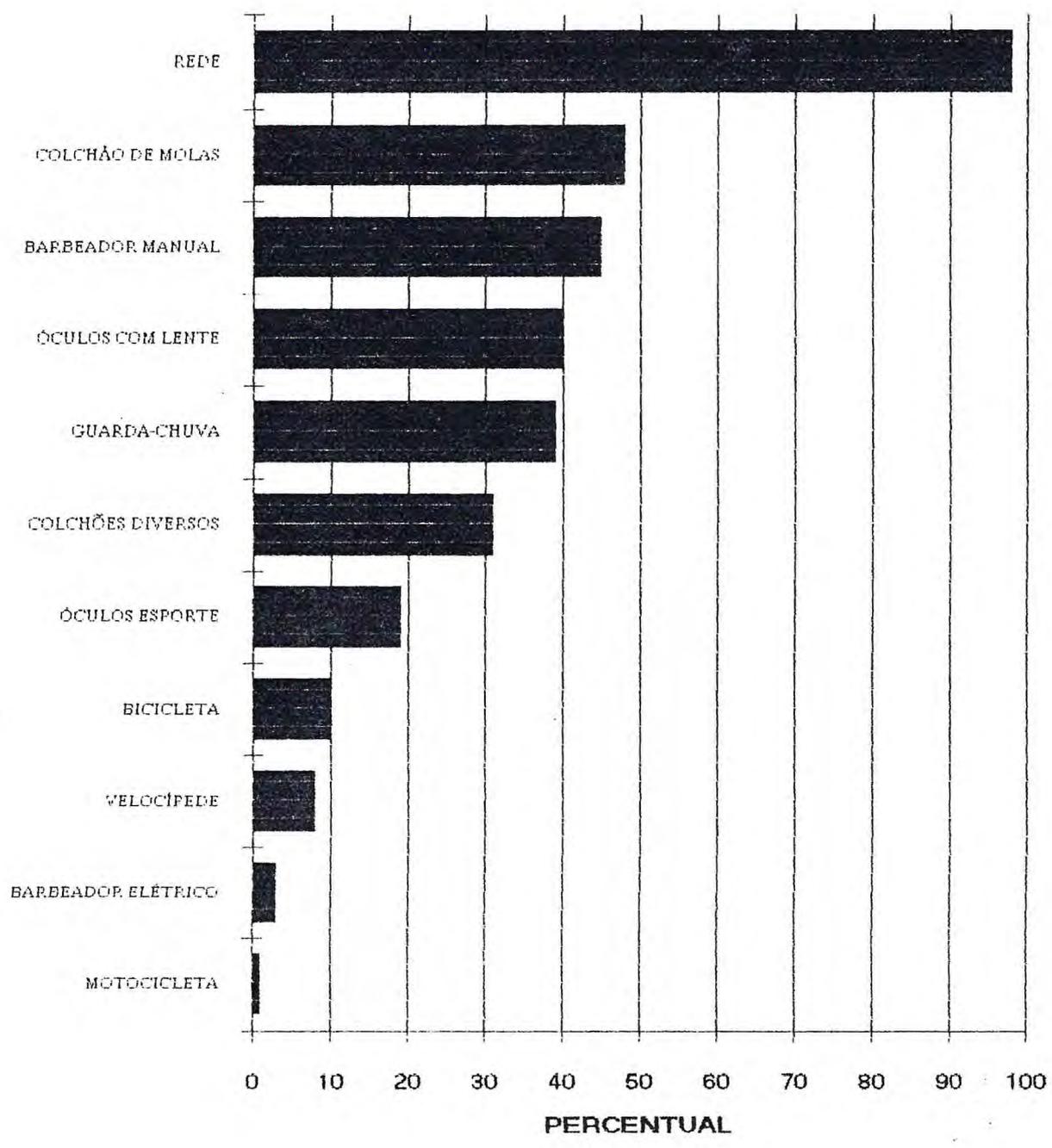


GRÁFICO 28

FREQÜÊNCIA DOS DOMICÍLIOS NA
DISPONIBILIDADE DE BENS DURÁVEIS DE USO
PESSOAL - 1991

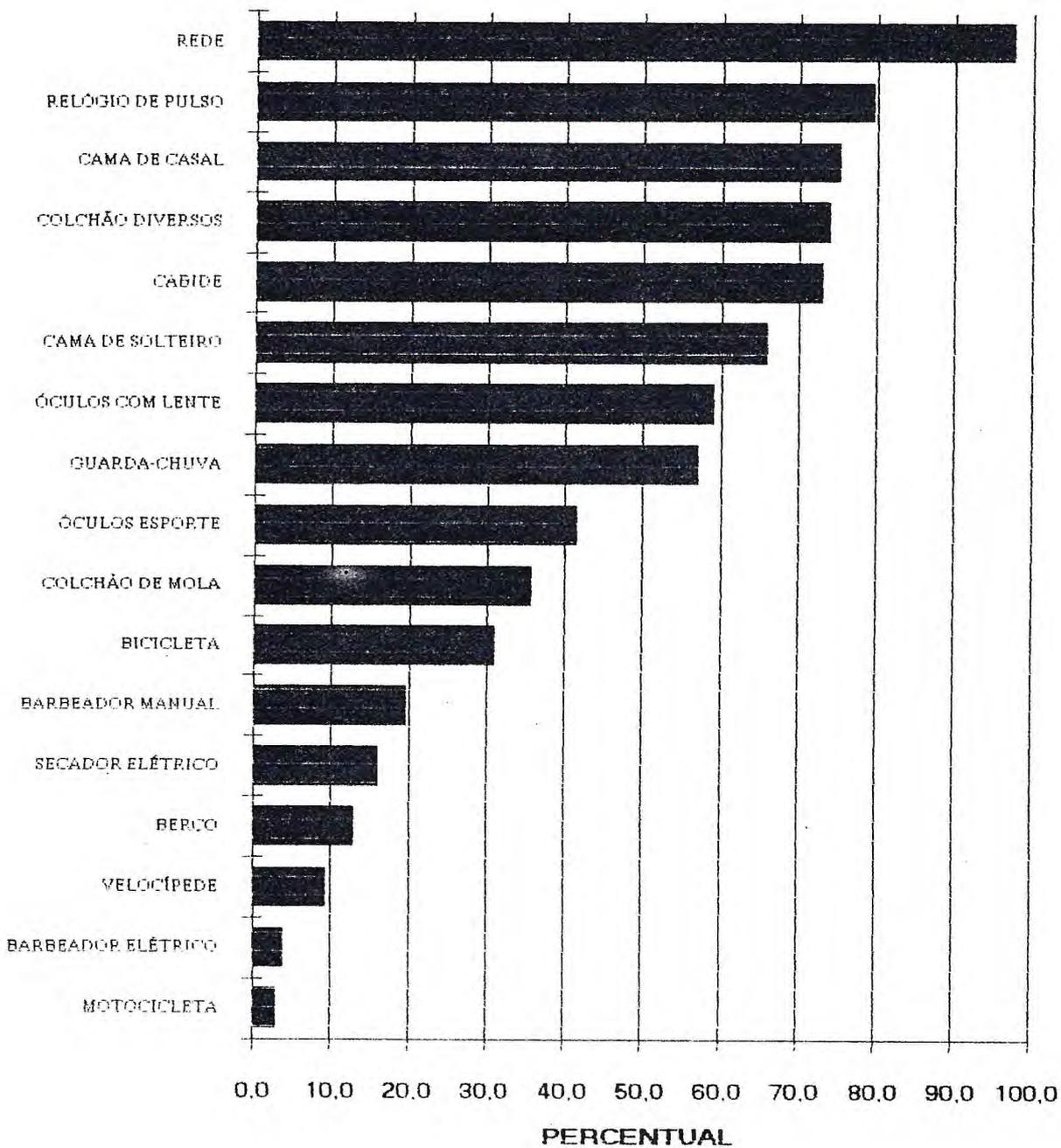


TABELA 36

**DISPONIBILIDADE MÉDIA POR DOMICÍLIO DE BENS DURÁVEIS
DE USO DOMICILIAR**

PRODUTOS	UNIDADE	CONSUMO E DISPONIBIL. MÉDIA		
		1965	1971	1991
ABRIDOR DE LATA ELÉTRICO	UNID.	-	-	0,012
ABRIDOR DE LATA MANUAL	UNID.	-	-	1,177
APARELHO DE AR REFRIGERADO	UNID.	-	0,010	0,087
APARELHO DE SOM	UNID.	0,260	-	0,634
APARELHO DE TELEVISÃO	UNID.	0,218	0,371	1,153
APARELHO DE JANTAR	UNID.	-	-	0,367
APARELHO DE LOUÇA	UNID.	-	0,236	-
ASPIRADOR ELÉTRICO	UNID.	0,012	-	0,050
BATEDEIRA ELÉTRICA	UNID.	-	0,041	0,167
BATERIA DE COZINHA	UNID.	0,483	0,413	0,410
BICAMA	UNID.	-	-	0,146
BOTIJÃO DE GÁS	UNID.	-	-	1,798
CAFETEIRA ELÉTRICA	UNID.	-	-	0,066
CENTRÍFUGA	UNID.	-	-	0,042
CHURRASQUEIRA	UNID.	-	-	0,107
CHUVEIRO ELÉTRICO	UNID.	-	-	0,117
CONJUNTO DE TERRAÇO	UNID.	-	0,229	0,310
CONJUNTO DE SALA DE JANTAR	UNID.	-	0,460	0,581
CONJUNTO DE SALA DE VISITA	UNID.	-	0,476	0,526
DESCASCADOR DE FRUTAS ELÉTRICO	UNID.	-	-	0,023
DESCASCADOR DE FRUTAS MANUAL	UNID.	-	-	0,172
ENCERADEIRA	UNID.	0,169	0,176	0,216
ESCRIVANINHA DE MADEIRA	UNID.	-	-	1,350
ESPREMEDOR DE FRUTAS ELÉTRICO	UNID.	-	-	0,247
ESPREMEDOR DE FRUTAS MANUAL	UNID.	-	-	0,470
ESTANTE	UNID.	-	-	0,802
FACA ELÉTRICA	UNID.	-	-	0,025
FAQUEIRO COMPLETO	UNID.	0,136	0,140	0,359
FERRO DE ENGOMAR ELÉTRICO	UNID.	0,608	0,574	0,950
FERRO DE ENGOMAR A CARVÃO	UNID.	0,534	0,381	-
FILTRO PARA ÁGUA	UNID.	0,540	0,621	0,856
FITA CASSETE	UNID.	-	-	5,388
FITA DE VÍDEO CASSETE	UNID.	-	-	0,882
FOGÃO A QUEROSENE	UNID.	-	0,057	-
FOGÃO A CARVÃO OU LENHA	UNID.	0,222	0,177	-
FOGÃO A GÁS	UNID.	0,793	0,814	1,008
FOGÃO ELÉTRICO	UNID.	-	-	0,025
FORNO MICROONDAS	UNID.	-	-	0,029
FREEZER	UNID.	-	-	0,128
GARRAFA TÉRMICA	UNID.	0,496	0,608	1,082
GELADEIRA	UNID.	0,357	0,360	0,806

FONTE: Dados da amostra.

CONTINUAÇÃO

**DISPONIBILIDADE MÉDIA POR DOMICÍLIO DE BENS DURÁVEIS
DE USO DOMICILIAR**

PRODUTOS	UNIDADE	CONSUMO E DISPONIBIL. MÉDIA		
		1965	1971	1991
GRAVADOR	UNID.	-	0,045	0,289
GRILL	UNID.	-	-	0,102
GUARDA-LOUÇA	UNID.	-	0,578	0,641
GUARDA-ROUPA	UNID.	-	1,083	1,538
LIQUIDIFICADOR	UNID.	0,478	0,416	0,850
MÁQUINA DE COSTURA	UNID.	0,814	0,643	0,507
MÁQUINA DE ESCREVER	UNID.	0,066	0,084	0,188
MÁQUINA DE LAVAR LOUÇA	UNID.	-	-	0,027
MÁQUINA DE LAVAR ROUPA	UNID.	0,028	0,020	0,108
MÁQUINA DE MOER CARNE	UNID.	-	-	0,090
MICROCOMPUTADOR	UNID.	-	-	0,007
MULTIPROCESSADOR ELÉTRICO	UNID.	-	-	0,080
PANELA DE PRESSÃO	UNID.	0,265	0,270	0,761
PANELA DE VIDRO	UNID.	-	-	0,099
PEÇAS AVULSAS DE BATERIA	UNID.	-	5,849	6,841
PEÇAS AVULSAS DE FAQUEIRO	UNID.	-	14,907	13,461
PEÇAS AVULSAS DE LOUÇA	UNID.	-	16,479	-
PEÇAS AVULSAS DE APARELHO DE JANTAR	UNID.	-	-	9,318
RÁDIO A PILHA	UNID.	-	0,180	0,473
RÁDIO ELÉTRICO	UNID.	0,560	0,309	0,366
RÁDIO PORTÁTIL	UNID.	0,399	0,416	-
RÁDIO RELÓGIO	UNID.	-	-	0,211
RELÓGIO DE PAREDE	UNID.	-	-	0,376
SECRETÁRIA ELETRÔNICA	UNID.	-	-	0,017
SOFÁ	UNID.	-	-	0,861
SUGADOR	UNID.	-	-	0,046
SUPERZON/OZONIZADOR	UNID.	-	-	0,146
TELEFONE (APARELHO)	UNID.	-	-	0,408
TORRADEIRA ELÉTRICA	UNID.	-	-	0,022
VEÍCULO PARTICULAR	UNID.	-	0,089	0,320
VENTILADOR	UNID.	0,029	0,117	0,944
VENTILADOR DE TETO	UNID.	-	-	0,029
VÍDEO CASSETE	UNID.	-	-	0,138
VÍDEO-GAME	UNID.	-	-	0,059
WALK-MAN	UNID.	-	-	0,102

FONTE: Dados da amostra.

GRÁFICO 29

FREQÜÊNCIA DOS DOMICÍLIOS NA DISPONIBILIDADE DE BENS DURÁVEIS DE USO DOMICILIAR - 1971

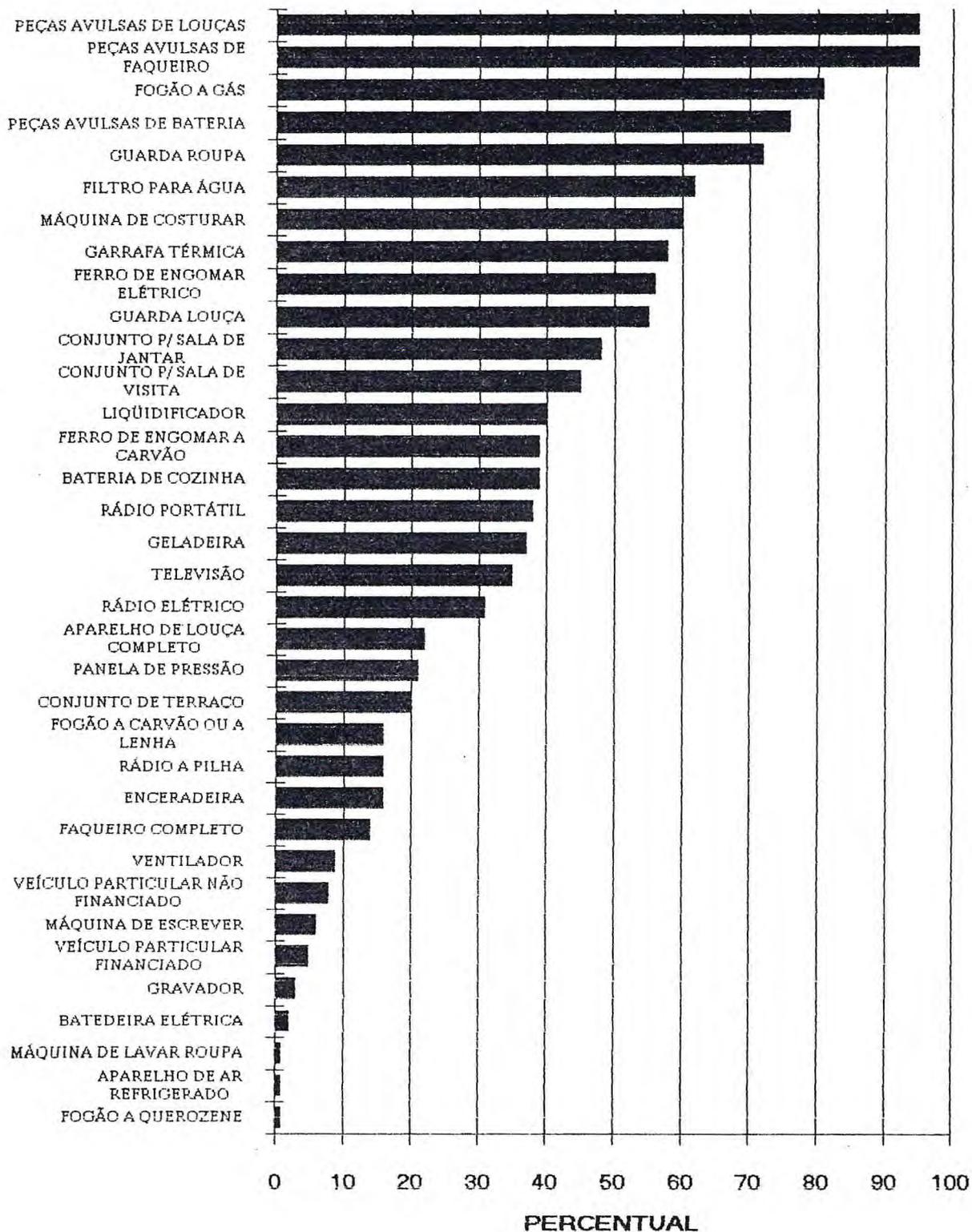


GRÁFICO 30

FREQÜÊNCIA DOS DOMICÍLIOS NA DISPONIBILIDADE DE BENS DURÁVEIS DE USO DOMICILIAR - 1991

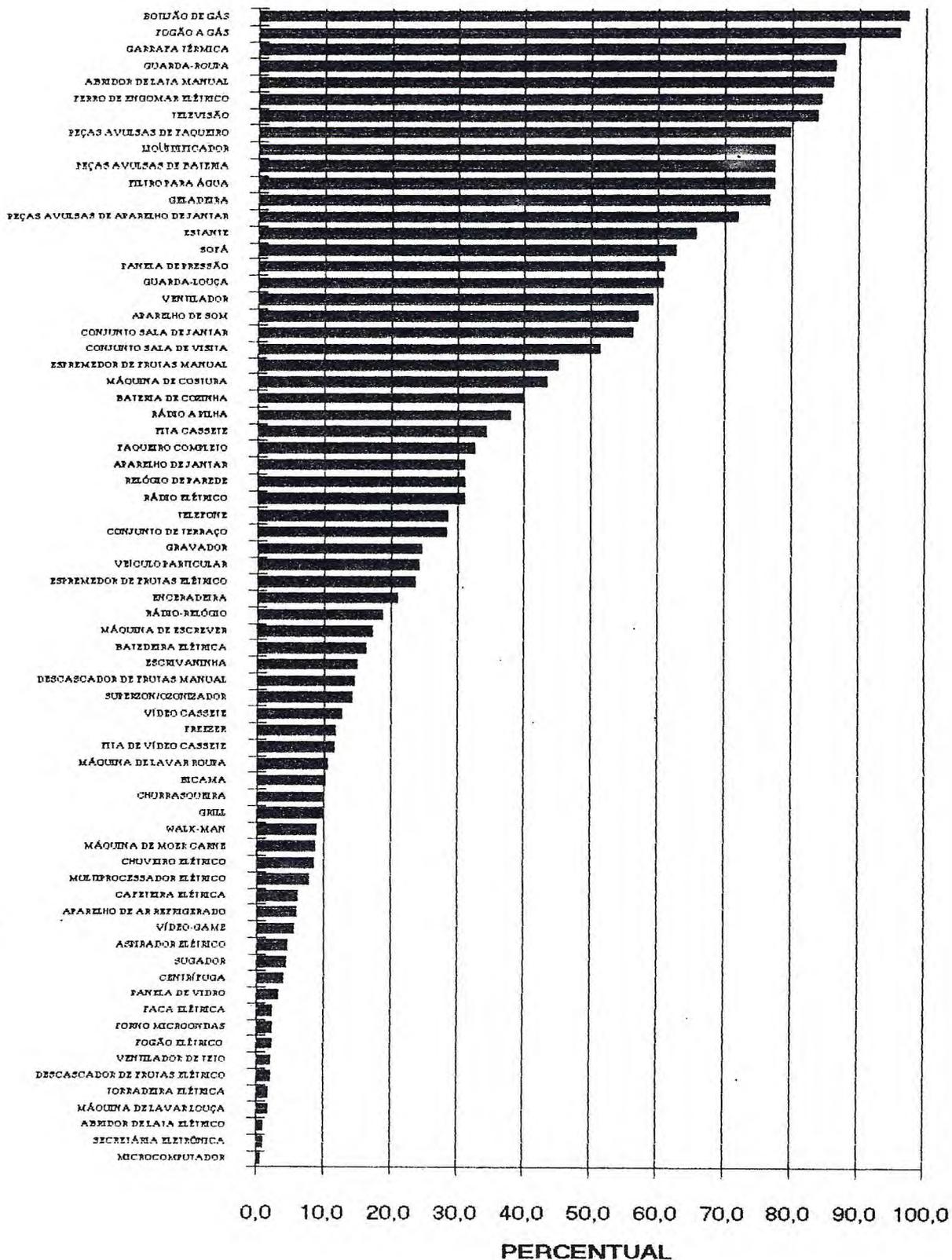


TABELA 37

CONSUMO ANUAL E DISPONIBILIDADE "PER CAPITA" E POR DOMICÍLIO
MÉDIA DE PRODUTOS DIVERSOS

PRODUTOS	UNIDADE	CONSUMO E DISPONIBIL. MÉDIA		
		1965	1971	1991
CONSUMO PER CAPITA				
ALGODÃO HIDRÓFILO	Kg	-	1,320	0,106
ÁLCOOL	LITRO	-	1,244	-
BAND-AID	CAIXA	-	0,383	0,338
COLA-TUDO	TUBO	0,009	-	-
ESFEROGRÁFICA DE MADEIRA	UNID.	0,522	-	-
ESFEROGRÁFICA DE PLÁSTICO	UNID.	1,443	-	-
ESPARADRAPO	TUBO	0,652	0,407	0,122
ESPIRAIS	CAIXA	0,253	4,015	-
GAZE	PCTE.	-	0,176	0,101
GUARDANAPO DE PAPEL	PCTE.	-	-	0,999
PILHA	UNID.	3,062	5,846	5,375
PASTA PARA SAPATO	Kg	0,034	0,091	0,018
MAMADEIRA DE PLÁSTICO	UNID.	2,938	0,855	1,576
MAMADEIRA DE VIDRO	UNID.	0,253	1,163	0,181
CONSUMO POR DOMICÍLIO				
FILTRO DE PAPEL	CAIXA	-	-	0,856
VELA (PCTE. C/ 8 UNIDS.)	PCTE.	-	-	9,712
DISPONIB. P/ DOMICÍLIO				
COLCHA DE CAMA	UNID.	0,573	0,430	4,787
CORTINAS	UNID.	-	0,793	0,680
ESCOVA PARA SAPATO	UNID.	0,097	-	-
ESCOVA PARA ROUPA	UNID.	0,086	-	-
FRONHA	UNID.	0,403	0,438	4,361
GUARDANAPO DE TECIDO	UNID.	-	-	1,771
LÂMPADA FLUORESCENTE	UNID.	-	-	1,282
LÂMPADA INCANDESCENTE	UNID.	-	5,231	6,634
LENÇOL	UNID.	1,076	1,331	7,333
MOSQUITEIRO	UNID.	-	-	0,361
TAPETE	UNID.	-	0,189	1,116
TOALHA DE MESA (TECIDO)	UNID.	0,501	2,601	3,126
TOALHA DE MESA (PLÁSTICO)	UNID.	0,171	1,038	-
TRAVESSEIRO	UNID.	-	-	2,141
TORNEIRA	UNID.	-	1,664	-
DISPONIB. P/ HOMEM				
CHAPÉU DE FELTRO	UNID.	-	-	0,014
CHAPÉU DE PALHA	UNID.	-	-	0,073

FONTE: Coleta direta.

GRÁFICO 31

FREQÜÊNCIA DOS DOMICÍLIOS NO CONSUMO E
NA DISPONIBILIDADE DE PRODUTOS DIVERSOS
- 1965

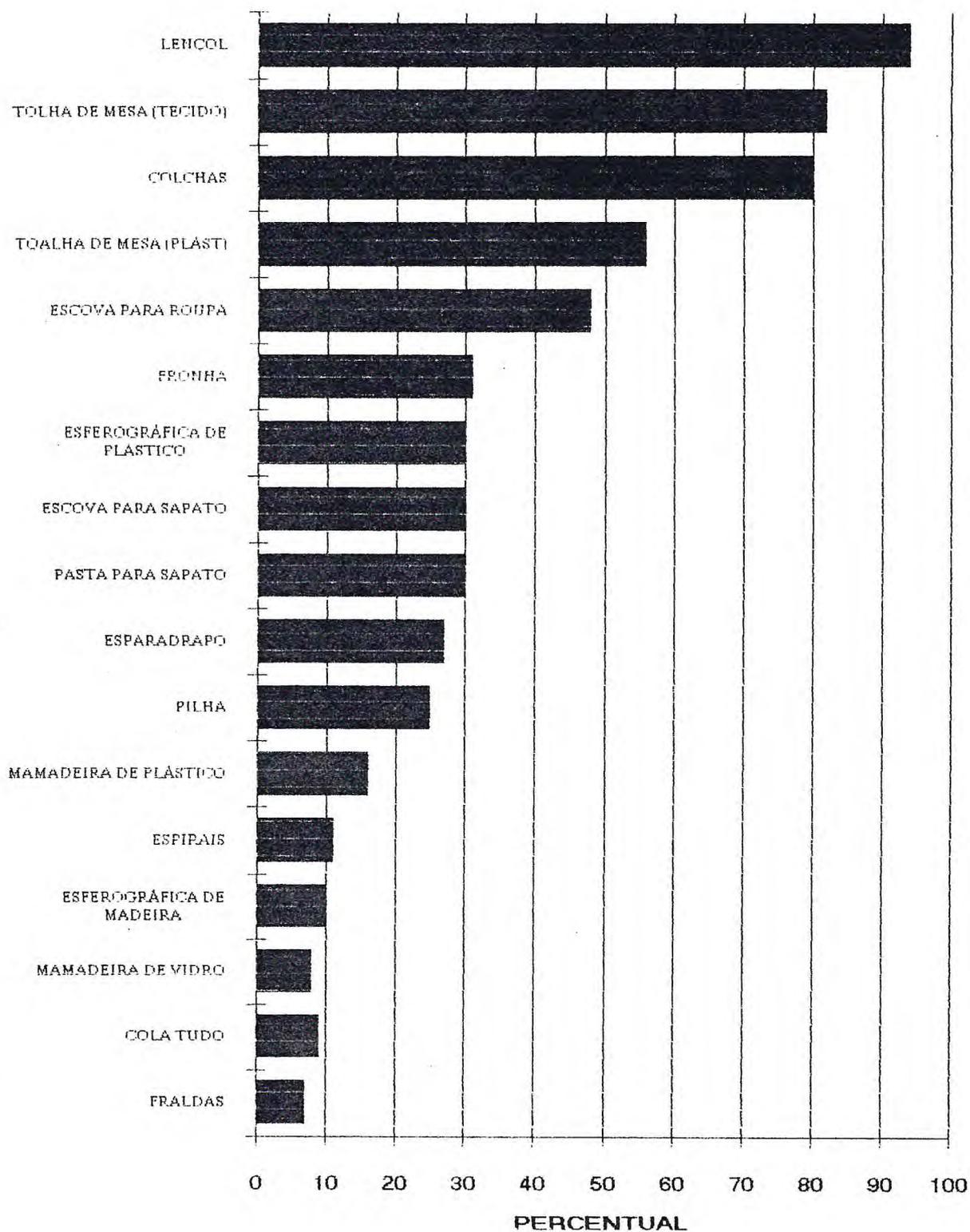


GRÁFICO 32

FREQÜÊNCIA DOS DOMICÍLIOS NO CONSUMO DE PRODUTOS DIVERSOS - 1971

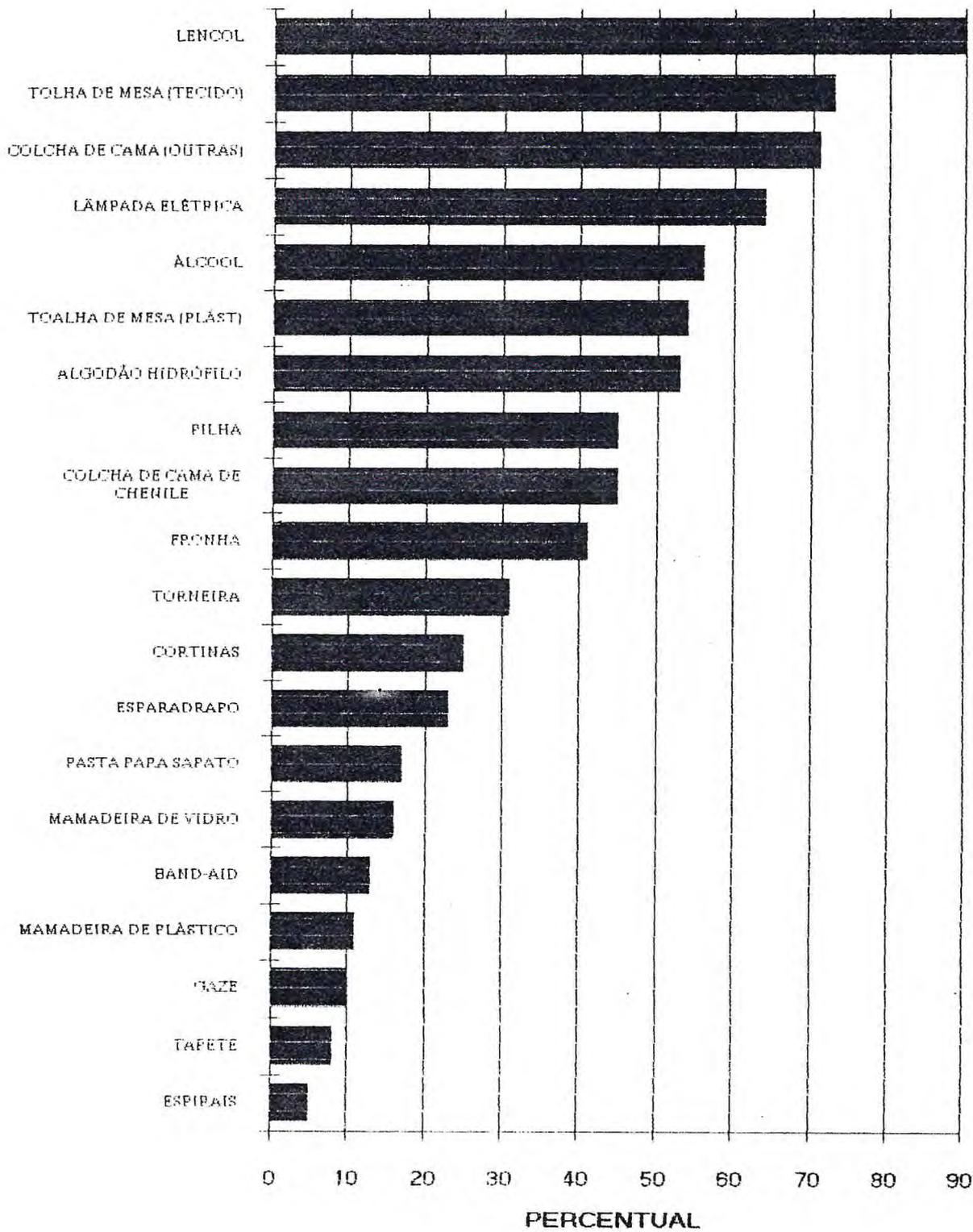


GRÁFICO 33

FREQÜÊNCIA DOS DOMICÍLIOS NO CONSUMO E NA DISPONIBILIDADE DE PRODUTOS DIVERSOS - 1991 -

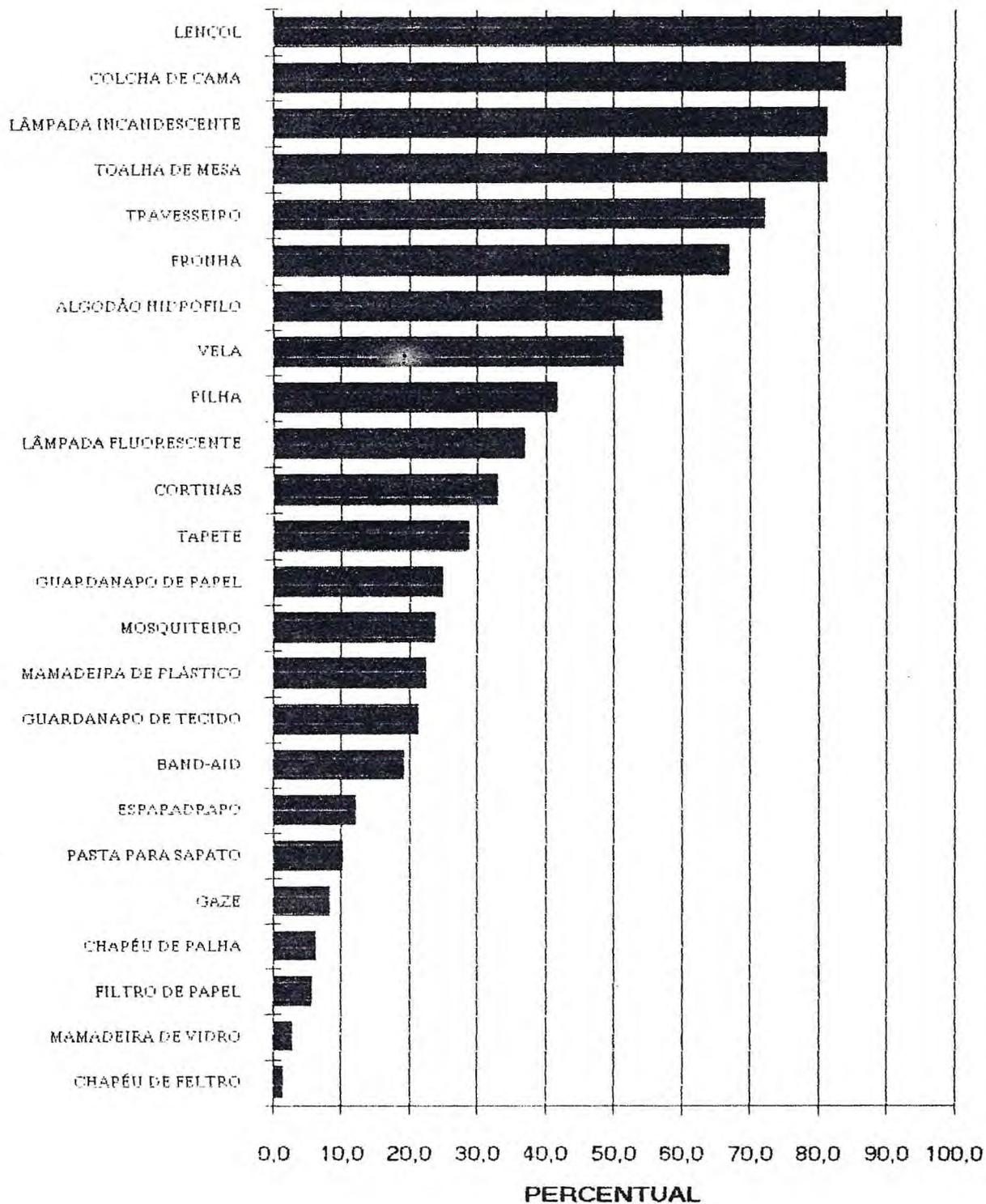


TABELA 38
PERCENTUAL DAS DESPESAS FAMILIARES, SEGUNDO OS TIPOS DE DESPESA,
NOS ANOS 1974/75 E 1987/88

TIPO DE DESPESA	DESPESA GLOBAL FAMILIAR 1974/75	TIPO DE DESPESA	DESPESA GLOBAL FAMILIAR 1987/88
DESEMBOLSO GLOBAL	100,00	DESEMBOLSO GLOBAL	100,00
DESPESAS CORRENTES	81,14	DESPESAS CORRENTES	83,14
DESPESAS DE CONSUMO	75,92	DESPESAS DE CONSUMO	74,23
ALIMENTAÇÃO	28,51	ALIMENTAÇÃO	22,63
ALIMENTAÇÃO NO DOMICÍLIO	25,75	ALIMENTAÇÃO NO DOMICÍLIO	16,84
CEREAIS E DERIVADOS	5,52	CEREAIS, LEGUMINOSAS E OLEAGINOSAS	1,87
TUBÉRCULOS, RAÍZES E SIMILARES	0,94	TUBÉRCULOS, RAÍZES E SIMILARES	0,17
AÇÚCARES E DERIVADOS	1,10	AÇÚCARES E DERIVADOS	0,92
LEGUMINOSAS E OLEAGINOSAS	1,84	FARINHAS, FÉCULAS E MASSAS	0,79
LEGUMES E VERDURAS	0,90	LEGUMES E VERDURAS	0,35
FRUTAS	1,31	FRUTAS	0,89
CARNES E PESCADOS	8,32	CARNES FRESCAS E VÍSCERAS	3,07
		PESCADO	0,45
		CARNES E PEIXES INDUSTRIALIZADOS	0,23
		AVES E OVOS	1,70
OVOS, LEITES E QUEIJOS	2,98	LEITE E DERIVADOS	2,60
		PANIFICADOS	1,71
		ÓLEOS E GORDURAS	0,27
ÓLEOS E GORDURAS	1,24	BEBIDAS E DIVERSOS	1,07
BEBIDAS E DIVERSOS	1,60	ENLATADOS E CONSERVAS	0,16
		SAL E CONDIMENTOS	0,30
		ALIMENTOS PREPARADOS	0,26
		OUTRAS	0,02
ALIMENTAÇÃO FORA DO DOMICÍLIO	2,76	ALIMENTAÇÃO FORA DO DOMICÍLIO	5,79
VESTUÁRIO	6,13	VESTUÁRIO	9,29
VESTUÁRIO CONFECCIONADO	2,68	ROUPA DE HOMEM	2,31
		ROUPA DE MULHER	1,95
TECIDOS E ART. DE ARMARINHO	0,99	ROUPA DE CRIANÇA	0,96
CALÇADOS	0,80	TECIDOS E ART. DE ARMARINHO	1,13

FONTE: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

CONTINUAÇÃO

**PERCENTUAL DAS DESPESAS FAMILIARES, SEGUNDO OS TIPOS DE DESPESA,
NOS ANOS 1974/75 E 1987/88**

TIPO DE DESPESA	DESPESA GLOBAL FAMILIAR	TIPO DE DESPESA	DESPESA GLOBAL FAMILIAR
	1974/75		1987/88
OUTROS ARTIGOS DE VESTUÁRIO	1,21	CALÇADOS	1,94
SERVIÇOS DO VESTUÁRIO	0,46	JÓIAS E BIJUTERIAS	1,00
HABITACÃO	23,41	HABITACÃO	14,09
ALUGUEL E TAXAS	12,40	ALUGUEL	2,08
MANUTENÇÃO DO LAR	4,68	MANUTENÇÃO DO LAR	2,70
MOBILIÁRIO E ARTIGOS DO LAR	2,36	MOBILIÁRIO E ARTIGOS DO LAR	2,78
APARELHOS E EQUIPAMENTOS DO LAR	2,71	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DO LAR	2,76
ARTIGOS DE LIMPEZA E OUTROS	1,25	ARTIGOS DE LIMPEZA E OUTROS	0,65
		IMPOSTOS E TAXAS	2,70
		CONCERTOS E MANUT. DE ART. DO LAR	0,94
HIGIENE E ASSISTÊNCIA A SAÚDE	4,67	HIGIENE E ASSISTÊNCIA A SAÚDE	6,43
HIGIENE E CUIDADOS PESSOAIS	2,16	HIGIENE E CUIDADOS PESSOAIS	1,84
		PERFUME	0,67
		CREME PARA PELE E BRONZEADOR	0,17
		PAPEL HIGIÊNICO	0,14
		OUTROS	0,87
MÉDICOS E DENTISTAS	0,47	CONSULTA MÉDICA	0,34
		TRATAMENTO DENTÁRIO	0,54
REMÉDIOS DE MARCA	1,28	REMÉDIOS DE MARCA	4,59
HOSPITALIZAÇÃO E CIRURGIA	0,35	HOSPITALIZAÇÃO E CIRURGIA	0,31
MATERIAL DE TRATAMENTO	0,30	ÓCULOS E LENTES	0,50
OUTRAS DESPESAS COM SAÚDE	0,10	OUTRAS DESPESAS COM SAÚDE	1,06
TRANSPORTE	4,85	TRANSPORTE	10,59
GASTOS COM VEÍCULO PRÓPRIO	2,68	VEÍCULO PRÓPRIO (GASOLINA)	2,57
		VEÍCULO PRÓPRIO (ÁLCOOL)	1,11
		VEÍCULO PRÓPRIO (MANUTENÇÃO)	3,02
TRANSPORTE URBANO	1,97	TRANSPORTE URBANO	2,13
VIAGENS A LONGA DISTÂNCIA	0,21	VIAGENS A LONGA DISTÂNCIA	1,20
		OUTROS	0,56

FONTE: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

CONTINUAÇÃO

**PERCENTUAL DAS DESPESAS FAMILIARES, SEGUNDO OS TIPOS DE DESPESA,
NOS ANOS 1974/75 E 1987/88**

TIPO DE DESPESA	DESPESA GLOBAL FAMILIAR	TIPO DE DESPESA	DESPESA GLOBAL FAMILIAR
	1974/75		1987/88
EDUCAÇÃO	2,38	EDUCAÇÃO	2,65
LIVROS E MATERIAL ESCOLAR	0,60	LIVROS E MATERIAL ESCOLAR	0,18
UNIFORME DE CRIANÇA	0,22	CURSOS 1, 2 E 3 GRAUS E PRÉ-ESCOLAR	1,31
MATRÍCULA/MENSALIDADE CURSOS	1,48	OUTROS CURSOS	0,25
GASTOS DIVERSOS	0,08	GASTOS DIVERSOS	0,91
RECREAÇÃO E CULTURA	1,98	RECREAÇÃO E CULTURA	2,83
LIVROS, JORNAIS E PAPELARIA	0,21	BRINQUEDOS E CULTURA	0,58
DIVERSÕES, CLUBES, ASSOC. ESPORT	1,31	DISCOS E FITAS	0,32
ARTIGOS PARA RECREAÇÃO	0,46	OUTRAS	1,93
FUMO	1,78	FUMO	1,23
		SERVIÇOS PESSOAIS	1,04
		CABELEIREIRO	0,31
		MANICURE E PEDICURE	0,21
		OUTROS	0,52
DESPESAS DIVERSAS	2,21	DESPESAS DIVERSAS	3,45
		CERIMÔNIAS FAMILIARES E RELIGIOSAS	0,40
		SERVIÇOS DE CARTÓRIO E PROFISSIONAIS	0,42
		OUTRAS	2,64
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5,22	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8,91
IMPOSTOS	0,77	IMPOSTOS	2,47
CONTRIBUIÇÕES TRABALHISTAS	3,04	CONTRIBUIÇÕES TRABALHISTAS	3,29
PENSÕES, MESADAS ETC	1,42	PENSÕES, MESADAS ETC	3,15
AUMENTO DO ATIVO	14,82	AUMENTO DO ATIVO	15,59
AUTOMÓVEL E OUTRO VEÍCULO	3,36	AUTOMÓVEL E OUTRO VEÍCULO	6,05
CASA, APARTAMENTO E TERRENO	3,48	IMÓVEL (AQUISIÇÃO)	4,60
SÍTIO E FAZENDA	0,42		
MELHORIA CASA PRÓPRIA	2,22	MELHORIA CASA PRÓPRIA	4,43
CRÉDITOS, OUTROS INVESTIMENTOS	5,35	CRÉDITOS, OUTROS INVESTIMENTOS ETC	0,50
DIMINUIÇÃO DO PASSIVO	4,04	DIMINUIÇÃO DO PASSIVO	1,28

FONTE: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

CONCLUSÃO

As condições sócio-econômicas da cidade de Fortaleza não são boas, haja visto que as pessoas economicamente ativas têm um rendimento médio mensal muito baixo. Apenas uma minoria, com mais de 30 anos, é bem remunerada. Além disso, 23,33% das pessoas de 5 anos ou mais são analfabetas, e um número irrisório de pessoas conseguem concluir um curso de nível superior. Isto mostra a necessidade de se investir em educação, através de melhores condições de ensino público e gratuito. Quanto à situação domiciliar, embora mais de 50% dos domicílios sejam próprios, as condições de moradia não são boas, pois a última pesquisa mostra que existem péssimas instalações sanitárias.

Baseado nessas informações, através de uma construção teórica microeconômica e macroeconômica, viu-se que o consumidor de Fortaleza toma suas decisões de consumo conforme sua renda. Como ela é baixa, não há quase o que poupar. É importante ressaltar que fatores como propaganda, embalagem e outros também influenciaram seu consumo, haja visto que com uma grande inserção de produtos novos no mercado, alguns vindos com o avanço tecnológico (microcomputador, por exemplo), o consumidor mostrou-se flexível, mudando, portanto seu hábito de consumo.

Observou-se, também, que devido a urbanização e a moda, muitos produtos deixaram de ser consumidos, ao longo dos anos analisados.

Contudo, as famílias de Fortaleza gastam quase a metade de sua renda com alimentação e bebida, principalmente, com os alimentos de primeira necessidade, tais como, arroz, açúcar, café e sal, os quais foram os mais consumidos.

Quanto ao grupo de produtos de vestuário, aqueles que têm vida útil quase sempre superior a um ano (terno e gravata, por exemplo) tiveram consumos reduzidos, ao longo dos anos. Considerando que alguns produtos industriais são consumidos por grupos da população, por exemplo, só por mulheres ou só por crianças, algumas tabelas foram elaboradas de acordo com a faixa etária e o sexo. Adotou-se este critério, também, para calçados e artigos de couro, borracha e plástico, onde constatou-se que os artigos de couro são bem mais consumidos que os demais.

Quanto aos produtos de limpeza, destacou-se o sabão em pó, o qual passou a ser consumido por quase 90% dos domicílios de Fortaleza, no ano de 1991.

Quanto aos produtos de higiene pessoal, observou-se que pente, sabonete, escova para dentes, dentífrico, toalha de rosto e toalha de banho, foram consumidos por mais da metade dos domicílios.

Quanto aos bens duráveis de uso pessoal, destacou-se o produto rede, o qual passou a ser consumido por quase cem por cento dos domicílios, em 1991.

Quanto aos bens duráveis de uso domiciliar, verificou-se que o fogão a gás e o filtro para água foram consumidos por mais da metade dos domicílios, nas três pesquisas realizadas.

Quanto aos produtos diversos, destacou-se o lençol, o qual foi consumido por mais de 90% dos domicílios.

Estes foram alguns resultados-chave do comportamento do consumo, durante os anos de 1965, 1971 e 1991. Através deles, os interessados nesta área poderão estudar as tendências do mercado.

BIBLIOGRAFIA

- * BNB. Consumo de produtos industriais na cidade de Fortaleza. Fortaleza, Ed. do BNB. 1967. 189 ps.
- * _____. Consumo de produtos industriais na cidade de Fortaleza. Fortaleza, Ed. do BNB. 1972. 189 ps.
- * _____. Consumo de produtos industriais na cidade de Fortaleza. Fortaleza, Ed. do BNB. 1992. 189 ps.
- * DEATON, Angus. Understanding consumption. Oxford - Inglaterra, Clarendon Press. 1992, Xiii. 242 ps.
- * DORNBUSCH e FISCHER, Rudiger e Stanley. Macroeconomia. São Paulo, Ed. McGraw-Hill e Makron Books do Brasil Editora. 1991. 930 ps.
- * IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico do Ceará. 1970
- * _____. Censo demográfico do Ceará. 1980
- * _____. Censo demográfico do Ceará. 1991
- * _____. Estudo Nacional da despesa familiar - ENDEF. 1978.
- * _____. Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF. 1987/88.
- * IPLANCE-Instituto de planejamento do Ceará. Anuário estatístico do Ceará - 1985/87. Fortaleza. 1989. 1025 ps.

- * _____ . Perfil da renda interna e per capita dos municípios cearenses em 1985 e 1991 (Resultados preliminares). Fortaleza. 1992.
- * _____ . Perfil dos Estados Brasileiros; indicadores básicos. Fortaleza. 1996. 169 ps.
- * MELO, F. A. Moura de. Padrão de Vida, Custo de Vida e Índice de Preços ao Consumidor. Revista Brasileira de Estatística. Rio de Janeiro, 37 (148) : 445-456. Out/dez. 1976.
- * MICHEL, Nelson Emilio. A Teoria da preferência revelada: uma análise empírica do bem-estar de um conjunto de consumidores. Porto Alegre, Ed. da Universidade, UFRGS. 1983. 67 ps.
- * PINDYCK, Robert S. Microeconomia. São Paulo, Makron Books. 1994.
- * VARIAN, Hal R. Microeconomia: Princípios básicos. Rio de Janeiro, Ed. Campus. 1994. 710 ps.